

CONSELHO DIRETOR
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



Ata da 954^a

Sessão de 25/02/2014

1 954^a Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos vinte e cinco dias do mês de
2 fevereiro de dois mil e quatorze, às quatorze horas, reúne-se o Conselho
3 Universitário, na Sala do Conselho Universitário, na Cidade Universitária
4 “Armando de Salles Oliveira”, sob a presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr.
5 Marco Antonio Zago e com o comparecimento dos seguintes Senhores
6 Conselheiros: Vahan Agopyan, Bernadette Dora Gombossy de Melo Franco,
7 José Eduardo Krieger, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Antonio Carlos
8 Hernandez, Sérgio França Adorno de Abreu, Maria Helena Rolim Capelato,
9 José Rogério Cruz e Tucci, Régis Fernandes de Oliveira, Reinaldo Guerreiro,
10 Fábio Frezatti, Marcelo de Andrade Roméro, Ana Lúcia Duarte Lanna,
11 Margarida Maria Krohling Kunsch, Eduardo Henriques S. Monteiro, Lisete
12 Regina Gomes Arelaro, Sonia Maria Vanzella Castellar, Tito José Bonagamba,
13 Richard Charles Garratt, Renato de Figueiredo Jardim, Alejandro Szanto de
14 Toledo, José Roberto Cardoso, Lucas Antonio Moscato, Geraldo Roberto
15 Martins da Costa, Luiz Gonçalves Neto, Giovanni Guido Cerri, Aluísio Augusto
16 Cotrim Segurado, Carlos Gilberto Carlotti Júnior, Luiz Ernesto de Almeida
17 Troncon, Luiz Henrique Catalani, Walter Ribeiro Terra, Albérico Borges Ferreira
18 da Silva, Antonio Aprigio da Silva Curvelo, Alexandre Nolasco de Carvalho,
19 André Carlos Ponce de Leon Ferreira de Carvalho, Flávio Ulhoa Coelho, Carlos
20 Eduardo Ferreira, Laerte Sodré Junior, Fábio Luiz Teixeira Gonçalves, Valdecir
21 de Assis Janasi, Silvio Roberto Farias Vlach, Terezinha de Jesus Andreoli
22 Pinto, Jackson Cioni Bittencourt, Rui Curi, Carlos Eduardo Falavigna da Rocha,
23 Miguel Trefaut Urbano Rodrigues, José Vicente Caixeta Filho, Marcos Vinícius
24 Folegatti, Enrico Lippi Ortolani, José Antonio Visintin, Diná de Almeida Lopes
25 Monteiro da Cruz, Raquel Rapone Gaidzinski, Silvana Martins Mishima, Fátima
26 Aparecida Emm Faleiros Sousa, Valdemar Mallet da Rocha Barros, Osvaldo
27 Luiz Bezzon, Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado, Waldyr Antônio
28 Jorge, Gerson Aparecido Yukio Tomanari, Vera Silvia Facciolla Paiva,
29 Frederico Pereira Brandini, Ana Maria Setubal Pires Vanin, Fernando Luis
30 Medina Mantelatto, Pietro Ciancaglini, Carlos Eduardo Negrão, Julio Cerca
31 Serrão, Suely Vilela, Helena Ribeiro, Paulo José do Amaral Sobral, Douglas
32 Emygdio de Faria, Sigismundo Bialoskorski Neto, Eliezer Martins Diniz, Maria
33 Cristina Motta de Toledo, Antonio Marcos de Aguirra Massola, Hugo Ricardo
34 Zschommler Sandim, Umberto Celli Junior, Guilherme Adolfo dos Santos
35 Mendes, Maria das Graças Bomfim de Carvalho, Francisco de Assis Leone,
36 Carlos Alberto Ferreira Martins, Eduvaldo Paulo Sichieri, Pedro Bohomoletz de
37 Abreu Dallari, Amâncio Jorge S. Nunes de Oliveira, Maria Beatriz Borba
38 Florenzano, Martin Grossmann, Oswaldo Baffa Filho, Simone Rocha de
39 Vasconcellos Hage, José Renato de Campos Araújo, João Bosco Nunes
40 Romeiro, Joaquim José de Camargo Engler, Amanda Guerra de Moraes Rego
41 Sousa, Neli Maria Paschoarelli Wada, Dulce Helena de Brito, Alexandre Pariol
42 Filho, Raul Santiago Rosa, Rafael dos Santos Ferrer, Stefhanie Costa Merino,
43 Filipe Gabriel Soares P. Rodrigues, Camilo Henrique Fernandes Martin, Carlos
44 Eduardo Garisto De Nicola, Marcos de Mattos Pimenta, Antenor Cerello Júnior,
45 José Luiz Borges Andreoli, Luiz Gustavo da Cunha Soares, Tomás Costa de
46 Azevedo Marques, Mariana Nunes de Moura Souza, Phillipe Pessoa de
47 Santana e Roberto Luiz dos Santos Antunes. Presente, também, o Prof. Dr.
48 Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário Geral. Justificaram antecipadamente
49 suas ausências, sendo substituídos por seus respectivos suplentes, os
50 Conselheiros: Roberto Gomes de Souza Berlinck, José Carlos Maldonado,

51 Jorge Kazuo Yamamoto, Silvia Helena de Bortoli Cassiani, Maria Augusta
52 Peduti Dal'Molin Kiss, José Carlos Pereira, Welington Braz Carvalho Delitti,
53 Antonio Carlos Teixeira Álvares, Abram Szajman e Rafael Madureira dos Anjos.
54 Justificaram, ainda, suas ausências os Conselheiros: Luiz Fernando Pegoraro,
55 Maria Vitória Lopes Badra Bentley, Vivian Valente Petri, Mariana Queen I.
56 Nwabasili, José Arana Varela e Fábio de Salles Meirelles. Havendo número
57 legal de Conselheiros, o Magnífico Reitor declara aberta a sessão e passa a
58 palavra ao Secretário Geral para apresentação dos novos membros. Secretário
59 Geral: Diretores: Prof. Dr. José Rogério Cruz e Tucci (FD), Prof. Dr. Tito José
60 Bonagamba (IFSC), Prof. Dr. Luiz Henrique Catalani (IQ); Representantes da
61 Congregação: Prof. Dr. Douglas Emygdio de Faria (FZEA), Reconduzido: Prof.
62 Dr. Eduvaldo Paulo Sichieri (IAU). Ato contínuo, o M. Reitor dá boas vindas aos
63 novos representantes, desejando que seus mandatos sejam produtivos e que
64 tragam a sua contribuição a este Conselho e passa às suas comunicações. **M.**
65 **Reitor:** “Na última reunião do Conselho Universitário foi aprovada, por
66 unanimidade, uma Moção relativa ao Plano Nacional de Educação. Comunico
67 que esta Moção foi enviada ao Presidente do Senado Federal, Renan
68 Calheiros, ao Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves,
69 ao Ministro da Educação, José Henrique Paim Fernandes e aos membros do
70 Conselho Especial do Plano Nacional de Educação, titulares e suplentes; são
71 trinta parlamentares, aproximadamente. Se alguém desse Conselho desejar
72 que esta Moção seja enviada para alguma pessoa adicional, basta comunicar
73 ao nosso Secretário Geral, que será encaminhada. Minha segunda
74 comunicação diz respeito à EACH. A Reitoria, por meio do Superintendente do
75 Espaço Físico, Prof. Osvaldo Nakao e por meio da Procuradoria Geral e da
76 Superintendência Jurídica, estão tomando as medidas para viabilizar o retorno
77 pleno àquele *Campus*. Isso passa, como está claro pelas pessoas envolvidas,
78 tanto por medidas no campo judicial como por ações que foram organizadas a
79 partir das demandas específicas. Neste momento, o processo encontra-se em
80 grau de recurso, que foi encaminhado à juíza, que por sua vez o encaminhou
81 ao Ministério Público, que deu origem ao processo e que deve dar um parecer,
82 que ainda não está no processo, embora tenha sido divulgado pelas rádios que
83 ele já tem uma decisão. Assim, esperamos que haja uma sentença, para que
84 possamos resolver a questão da expectativa de que no dia 10 possamos
85 retomar as aulas para cerca de 5.000 alunos da EACH. Finalmente, nesta
86 sessão de hoje, trataremos, em primeiro lugar, do Orçamento. Espero que
87 juntamente com as comunicações dos Pró-reitores, a primeira parte da palavra
88 aos Conselheiros e o Orçamento, consigamos resolver e votar antes do
89 almoço, para que possamos fazer uma pausa e continuarmos depois do
90 almoço. O outro tópico importante na reunião de hoje, que está distribuído em
91 diferentes parágrafos, diz respeito às modificações de Regimento e Estatuto,
92 que estão sendo propostos. Em primeiro lugar, uma simplificação do sistema
93 de eleição de Diretores e Vice-Diretores, com a abolição da lista tríplice.
94 Quando chegar o momento explicarei melhor os princípios dessa proposta.
95 Mas é uma proposta simplificadora naquilo que entendemos que, neste
96 momento, há acordo geral para ser aprovado sem muita dificuldade. Claro que,
97 certamente, sem prejuízo da discussão que se fará futuramente disto, a partir
98 do dia 25, quando da discussão da reforma da governança. Não queríamos,
99 neste momento, tratar de questões que pudessem ser polêmicas, mas
100 simplificar aquilo que pode ser simplificado. O segundo aspecto é que temos

101 que reformar a estrutura própria da Reitoria, para darmos andamento às ações
102 da gestão. Isso implica em extinguirmos as duas Vice-Reitorias Executivas, que
103 terão que ser aqui votadas porque foram criadas por este Conselho. Uma Vice-
104 Reitoria Executiva de Administração, uma vez que entendemos – e foi
105 amplamente discutido durante o processo eleitoral - que a Administração Geral
106 da Universidade será feita pelo Vice-Reitor. Contrariamente do passado, em
107 que eram atribuições que se faziam eventualmente ao Vice-Reitor, neste caso
108 estamos incluindo como uma responsabilidade regimental ou estatutária do
109 Vice-Reitor, a condução da Administração Geral da Universidade. Para isso,
110 ele será auxiliado por um Coordenador Geral de Administração. A segunda
111 modificação, no mesmo tópico, é a substituição ou a extinção da Vice-Reitoria
112 Executiva de Relações Internacionais, substituindo isso por uma Agência de
113 Cooperação da Universidade de São Paulo que se encarregue da cooperação
114 da Universidade, relações nacionais e internacionais, ampliando então, o
115 espectro de ação desse órgão de natureza executiva. Depois disso, teremos
116 votações relacionadas com processos de alienação de bens e, finalmente, a
117 alteração de regimentos de Unidades e recursos. No momento adequado
118 proporemos a forma de votação de cada um desses tópicos. Isso é para dar
119 um quadro de qual o programa que nos espera hoje a partir do início da Ordem
120 do Dia. Antes disso, temos as comunicações dos Pró-reitores. O Professor
121 Vahan Agopyan tem uma comunicação.” **Vice-Reitor:** "Acabamos de receber,
122 da Câmara Municipal de São Paulo, uma mensagem ao Conselho Universitário
123 que é um voto de júbilo e congratulações ao nosso Reitor, no ensejo da sua
124 posse como Reitor da Universidade de São Paulo. No voto de júbilo está
125 indicado que querem comunicar ao Conselho Universitário para que saibam
126 todos quanto partilham da vida de excelência do homenageado, do
127 reconhecimento da edilidade paulistana aos feitos do médico, professor e
128 cidadão que engrandece um pensamento científico, a Congregação Acadêmica
129 e a Cidade. Então, o nosso Reitor recebeu um voto de júbilo da Câmara
130 Municipal de São Paulo e a maioria dos vereadores assinou. Parabéns
131 Professor.” **M. Reitor:** “Muito obrigado.” Ato seguinte, o M. Reitor passa a
132 palavra aos senhores Pró-reitores.” **Cons. Antonio Carlos Hernandez:**
133 “Inicialmente quero agradecer o apoio à homologação, que ocorreu na Sessão
134 passada e dizer que as informações adicionais a serem agregadas às
135 Diretrizes Gerais foram acolhidas e já iniciamos, nesse curto período de tempo,
136 as visitas às Unidades, na medida em que tem havido posse dos novos
137 Diretores e temos aproveitado, não só para estar presente na solenidade de
138 posse, mas, também, para conversar com os Presidentes das Comissões de
139 Graduação e visitar algumas das Unidades. Estivemos no *campus* de Ribeirão
140 Preto, em Piracicaba e tivemos uma visita bastante agradável na FAU.
141 Estamos programando para estar na capital, a partir do carnaval, em todas as
142 outras Unidades. Naturalmente, o tempo não ajuda muito. As visitas costumam
143 demorar um pouco, porque temos andado por dentro das Unidades para ver,
144 inclusive, qual é a realidade que os alunos têm enfrentado. Farei rapidamente,
145 pois apresentarei, na próxima reunião do Conselho, só os dados relativos à
146 FUVEST, o vestibular 2014 referente até a quarta chamada. Teremos ainda
147 mais uma chamada e depois o processo de reescolha. Esses dados foram
148 encaminhados pela FUVEST agora pela manhã: das 11.057 vagas disponíveis
149 a todos os cursos da Universidade de São Paulo, preenchemos 10.552 vagas.
150 Isso corresponde a 95,4% das vagas dos cursos da Universidade de São

151 Paulo. Dessas 10.552 vagas, 3.330 vagas foram preenchidas por estudantes
152 do ensino médio de escolas públicas. Isso corresponde a 31,6% dos alunos de
153 ensino médio de escolas públicas. Dos 10.552 matriculados, 16,8% são
154 declarados pretos, pardos e índios de modo que isso corresponde a quase
155 17% ou 50% dos alunos de escola pública. Temos mais dois processos e na
156 próxima reunião apresentarei os dados consolidados. Quero só chamar a
157 atenção de dois cursos, o curso de Medicina de São Paulo, em que temos 175
158 vagas preenchidas, 41,7% dos alunos matriculados são de origem do ensino
159 médio de escolas públicas, sendo que 13,1% são pretos, pardos e índios. O
160 Curso de Medicina de Ribeirão Preto teve 100 vagas preenchidas, 35% são do
161 ensino médio de escola pública, 24% de PPIs. Tenho os números de cada
162 curso, mas citei apenas esses dois, como exemplo, mas trarei essas
163 informações consolidadas. A ideia é que todos os Diretores recebam essas
164 informações para que possamos trabalhar em conjunto como está proposto nas
165 nossas Diretrizes.” **Cons. Alexandre Pariol Filho:** "Achei os números da
166 Medicina interessantes e gostaria de saber sobre os dados da FUVEST do ano
167 de 2013." **M. Reitor:** "Isso será apresentado. Essa foi uma apresentação muito
168 sumária e inicial. O Prof. Hernandes tem o compromisso de informar com
169 detalhes, na próxima reunião, inclusive dados comparativos, para que
170 possamos observar a evolução e se está ocorrendo em um ritmo desejável ou
171 não.” **Cons.^a Bernadette Dora Gombossy de Melo Franco:** “Começo
172 estendendo os meus agradecimentos, primeiramente, ao Prof. Zago e Prof.
173 Vahan, por terem me convidado para assumir esse cargo da Pró-reitoria de
174 Pós-Graduação. Também gostaria de agradecer a todos os Conselheiros pelo
175 apoio que recebemos na última reunião, pela homologação das nossas
176 propostas e agradecer, particularmente, os aplausos e os *e-mails* estimulantes
177 que recebi, alguns deles bastante interessantes e todos oferecendo apoio, que
178 será muito importante para o nosso trabalho. Nesses últimos quinze dias
179 estivemos montando a nossa equipe de trabalho. Já temos o nosso Pró-reitor
180 adjunto, que é o Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva, da Faculdade de Filosofia,
181 temos os nossos substitutos, também, já devidamente publicados no Diário
182 Oficial, a Prof.^a Dr.^a Agma Juci Machado Traina, do ICMC e o Prof. Dr.
183 Edmilson Dias de Freitas, do IAG. Temos, também, a nossa equipe de
184 assessores já montada, a assessora acadêmica será a Prof.^a Dr.^a Marina
185 Helena Cury Gallottini, da Faculdade de Odontologia e o Prof. Dr. João
186 Eduardo Ferreira, do IME, que nos assessorará na parte da informática, que é
187 extremamente importante nas nossas atividades do dia a dia. Já realizamos
188 algumas visitas, estivemos em alguns eventos - hoje cedo já estive na
189 Faculdade de Medicina Veterinária, onde estava ocorrendo um simpósio dos
190 pós-graduandos -, estivemos em Ribeirão Preto e temos outras visitas
191 agendadas. Os nossos quinze dias foram um tanto quanto tumultuados, porque
192 a CAPES nos surpreendeu com duas iniciativas que já estavam sendo
193 gestadas há algum tempo e os bebês nasceram. Um deles é o início do
194 sistema *on line* de registro dos dados dos programas de pós-graduação, a
195 famosa Plataforma Sucupira, que já estava encubada há vários anos, agora
196 está funcionando e, desta forma, teremos que fazer um trabalho bastante
197 complicado junto aos Coordenadores de Programas, junto às Secretarias de
198 Programas, para tornar essa Plataforma Sucupira amigável com os nossos
199 sistemas informatizados de registros dos dados da pós-graduação. A segunda
200 surpresa que a CAPES nos trouxe, diria que é difícil de ser gerenciada dentro

201 do ambiente da pós, porque os recursos financeiros não mais serão
202 repassados diretamente para a Universidade, mas serão gerenciados através
203 de um sistema federal, que é o SICOMV, que é o Sistema de Convênios. Isso
204 também requereu um treinamento de todos os Departamentos Financeiros das
205 Unidades e dos Coordenadores de Programa, porque os procedimentos terão
206 que ser diferentes do que vinham sendo feitos até o momento. Então estamos
207 em uma fase de aprendizado. Outro grande desafio que estamos enfrentando
208 são as novas modificações que aconteceram por causa da implementação, no
209 final do ano passado, do novo Regimento da Pós-Graduação e dos
210 Regulamentos dos Programas individualmente. Esses regulamentos estão
211 sendo aprovados um a um, analisados muito cuidadosamente, para que
212 estejam adequados aos nossos objetivos. Esses são os trabalhos que estamos
213 fazendo nesses últimos quinze dias. Tenho um grupo de trabalho já montado e
214 vamos, daqui para frente, começar a estabelecer como iremos trabalhar com
215 as outras prioridades que estavam apresentadas na nossa proposta de
216 trabalho, com particular ênfase à implementação efetiva da avaliação USP da
217 Pós-Graduação. Como todos sabem, os programas de pós-graduação são
218 avaliados pelo Ministério da Educação, pela CAPES, que dá os conceitos, as
219 notas, mas queremos fazer um sistema de avaliação nosso, onde poderemos
220 usar outros indicadores de qualidade que irão ser importantes para que
221 possamos fazer a gestão, o gerenciamento desses programas de pós-
222 graduação de uma maneira mais adequada.” **Cons. José Eduardo Krieger:**
223 “Em primeiro lugar também gostaria de agradecer o apoio de todos por ocasião
224 da última reunião, da homologação dos nossos nomes e manifestar que
225 encontramos o estado da Pró-reitoria de Pesquisa em muito boas condições,
226 não poderia ser diferente. Os grandes desafios que temos pela frente, aos
227 poucos vão aparecer nas nossas reuniões, mas tem duas questões que
228 gostaria de salientar. A primeira delas é que há uma vontade entre os Pró-
229 reitores - e acho uma necessidade - de que várias das nossas ações sejam
230 interligadas. Isso já aconteceu no passado de maneira mais ou menos
231 espontânea e agora estamos querendo que isso aconteça de uma maneira
232 sistemática. Acredito que várias das ações, como por exemplo, existem
233 Programas, como a iniciação científica, que se encontra parte em uma Pró-
234 reitoria, parte em outra, e há uma necessidade de podermos somar esforços,
235 diminuir redundância e aumentar a eficiência desses programas. Esse é um
236 aspecto importante. A segunda questão é uma cobrança que está sendo feita a
237 vários níveis, desde as Agências de Fomento, do próprio Reitor e
238 fundamentalmente dos pesquisadores, para que a Universidade consiga
239 oferecer uma Plataforma de Gestão de Projetos onde haja a diminuição do
240 tempo gasto dos pesquisadores nessa atividade. Esse é um problema
241 complexo e que já foi resolvido em outras partes do mundo. Isso, em parte, tem
242 a ver com modelo de financiamento. Por exemplo, na América do Norte, nos
243 Estados Unidos, com os *overheads*, que acabam garantindo e, inclusive, são
244 uma fonte de recurso para as Universidades, mas acredito que iremos ser
245 criativos e tentar, progressivamente, oferecer primeiro a diminuição do esforço
246 que o pesquisador gasta nesta atividade e, segundo, realmente fazer com que
247 a Pró-reitoria possa ser quase como uma Agência de facilitar os nossos
248 pesquisadores a terem acesso a diversas formas de financiamento que se
249 encontram aí, não só as clássicas, como são as das Agências Públicas
250 Estaduais e Federais, mas, também, tem um terreno muito grande para

251 atuarmos junto à iniciativa privada e ao setor público, entendendo demandas
252 do setor público aonde a Universidade possa contribuir. E, evidentemente, que
253 existem fatos anedóticos. Nós somos uma Universidade regida pelas mesmas
254 regras, mas se você quiser comprar um *software* você vai no Instituto de Física,
255 não vai na Faculdade de Medicina, se você quiser importar um reagente, você
256 vai no ICB, não vai na Unidade A, B, C e D. Então, uma das perguntas que
257 teremos que responder é por que esse conhecimento, ou esse caminho dos
258 processos foi muito bem desenvolvido em algumas Unidades e não em outras.
259 E tentar, primeiro, fazer com que isso seja disponível a todas, ou abrindo isso
260 para todo mundo, ou até mesmo solicitando auxílio dessas Unidades que
261 desenvolveram essas competências, para poder viabilizar as demandas que
262 temos. Acho que a perspectiva é muito boa. Quero, de novo, enfatizar esse
263 aspecto da vontade dos Pró-reitores e quase que sob uma demanda do nosso
264 Reitor para que exista, realmente, uma integração das atividades para ganho
265 de eficiência. Ousar um pouco mais no que podemos fazer com os recursos
266 disponíveis e enfatizar que quero atribuir que parte das respostas que tivemos
267 nas últimas duas semanas de vários indivíduos venha, inclusive, por força dos
268 Diretores dos outros membros daqui do Conselho, que acho que de certa forma
269 auxiliaram a nos apresentar - os Pró-reitores - à comunidade. E a comunidade
270 vem fazendo uso dos meios eletrônicos e por telefone, para sugerir e para
271 demandar coisas, o que certamente vai fazer com que nos ajude a orientar as
272 atividades.” **Cons.^a Maria Arminda do Nascimento Arruda:** “Naturalmente, se
273 há alguém que deva agradecer com a maior ênfase a esse Conselho, sou eu.
274 Tenho consciência muito clara que a recondução é sempre muito mais
275 complicada do que a primeira indicação. Ela é, aparentemente, mais simples,
276 mas bem ao contrário, o retorno é de maior responsabilidade. Por essa razão,
277 os meus agradecimentos têm que ser muito especiais, porque significam que
278 este Conselho depositou confiança na minha pessoa e reconheceu o trabalho
279 anteriormente desenvolvido. Muito obrigada. Eu tinha preparado uma
280 apresentação, porém acho que não é o dia adequado, pois hoje iniciamos novo
281 período. O relatório da gestão anterior da Pró-reitoria de Cultura e Extensão
282 Universitária será apresentado a todos os membros desse Conselho, quando
283 os recursos de impressão estiverem disponíveis. Isso significa que essa Pró-
284 reitoria enfrenta um desafio muito especial, porque ela é diversa, fragmentada,
285 grande e cobre um leque enorme de atividades. Ora, aceitar um desafio como
286 esse, o de repetir mandato, exige muita energia, muito convencimento e a
287 crença na possibilidade de ampliar, aprofundar, inovar, para não decepcionar
288 este Conselho, sobretudo a Universidade. Isso é muito difícil, porque a
289 tendência, quando estamos acostumados às atividades, é a tendência a aceitar
290 a rotina, e eu não quero isso. E foi exatamente por não querer seguir a rotina
291 que aceitei este imenso desafio. Esse desafio, é claro, se expressa em vários
292 setores, alguns são muito mais evidentes. Todos sabem que durante a gestão
293 passada se procurou institucionalizar, qualificar, ampliar as atividades da Pró-
294 reitoria, isso não significou, de forma nenhuma, perda de participação da
295 comunidade da USP ou de substância. Ao contrário, segundo o meu
296 diagnóstico, permitiu-se que esta área, que era muito dispersa adquirisse mais
297 substância, solidez e tivesse uma participação muito maior. Mas outras
298 iniciativas não puderam ser feitas e no decorrer dessa nossa convivência
299 nesses próximos dois anos, chamarei a atenção para elas. Hoje quero chamar
300 a atenção apenas para uma, porque ela me parece central: construir uma

301 política de extensão e de cultura ampliada, ao mesmo tempo aprofundada e ao
302 mesmo tempo organizada. A Universidade de São Paulo tem uma extensão
303 incalculável e possui patrimônios que raramente uma Universidade no mundo
304 possui. Ora, isso envolve um compromisso público e é por ter, para mim, que o
305 compromisso público é central, que aceitei esse novo desafio para junto com
306 as figuras fundamentais desses dois campos - que são enlaçados por uma
307 única Pró-reitoria - que é a Cultura e Extensão, possam pensar uma política
308 para a área que sirva e que esteja tendo sentido e que se aprofunde no âmbito
309 da Universidade. Mas que a Universidade de São Paulo cumpra também a sua
310 função superior, que é o compromisso com a sociedade e, portanto, que ela
311 possa ser externamente projetada. Os meus agradecimentos são nenhuma
312 figura de retórica, pois devo agradecer com mais ênfase do que os Pró-reitores.
313 Muito obrigada, de coração." **M. Reitor**: "Tenho certeza que o desejo de todos
314 é de que os quatro Pró-reitores sejam muito bem sucedidos na sua missão,
315 porque isso será em benefício de toda a Universidade." Ato contínuo, o M.
316 Reitor informa que passará a palavra aos Senhores Conselheiros, lembrando
317 que, para a facilidade e melhor conforto, a discussão será dividida em dois
318 blocos. Um bloco de trinta minutos agora e, havendo inscritos, um segundo
319 bloco no início da sessão à tarde. **Cons. José Roberto Cardoso**: "Estou me
320 manifestando para uma despedida. Hoje é o último Conselho que participo
321 como Diretor da Escola Politécnica, meu mandato se encerra em breve. O Prof.
322 José Castilho Piqueira foi o vencedor da eleição, foi o indicado pelo Reitor e
323 tomará posse no dia 13. Agradeço muito essa convivência, aprendi muito com
324 esse Conselho e, de fato, identifiquei a importância dele para a Universidade.
325 Aqui é o lugar onde as questões são decididas de forma clara, consciente e
326 dentro do espírito de colaborar e agora, como sabemos, somos todos pela
327 USP. Muito Obrigado." Palmas. **M. Reitor**: "Prof. Cardoso, é a Universidade
328 quem tem que agradecer ao senhor, tanto pela sua participação neste
329 Conselho e suas contribuições, como por quatro anos dedicados à direção de
330 uma das maiores Unidades. E todos reconhecemos o excelente trabalho
331 realizado. Parabéns." **Cons. Flávio Ulhoa Coelho**: "Serei muito breve, mas o
332 que tem incomodado o meu Instituto já a algum tempo e gostaria de dividir com
333 todos essa preocupação. Sabemos todos das dificuldades econômicas da
334 Universidade nesse momento. É um momento especial e temos que tomar
335 muito cuidado, mas acho que temos, também, por um outro lado, não deixar a
336 Universidade parar em certos aspectos. Falo exatamente dos cargos docentes,
337 que em um primeiro momento você tem que dar uma parada e ver como está a
338 situação. Preocupa-me muito e o Instituto de Matemática tem essa
339 preocupação, porque estamos com uma situação muito grave em termos de
340 cargos docentes. O Instituto oferece muitas disciplinas para outras Unidades,
341 oferecemos disciplinas para outras treze Unidades da Universidade. Metade
342 dos alunos que entram nesse *Campus* fazem alguma disciplina com o Instituto
343 de Matemática. É uma colaboração muito grande que temos e estamos cada
344 vez mais com dificuldades em contratar docentes. Tivemos, só nestes últimos
345 três meses, seis aposentadorias no Departamento de Matemática e isso é
346 quase 10% do Departamento e, também, a questão do curso novo de
347 Engenharia da Poli na zona leste. Apoiamos irrestritamente, desde que tivesse
348 os cargos docentes. O Instituto sempre colaborou com as Unidades, nunca
349 recusou uma colaboração desse tipo, mas precisamos dos cargos docentes.
350 Precisamos que isso funcione. Gostaria de colocar essa preocupação e

351 solicitar que no primeiro momento em que a Reitoria começar a discutir essa
352 reposição de cargos, que seja levado em consideração a prioridade dos cursos
353 novos e a prioridade de reposição em relação a outras distribuições. Não
354 estamos solicitando aqui neste momento, acho que devido às condições
355 financeiras, não estamos solicitando aumento do corpo docente, a formação de
356 novos grupos, nada disso, estamos preocupados com a reposição dos cargos
357 docentes que não temos, para podermos continuar oferecendo cursos da
358 graduação com melhor qualidade. Solicitaria que a Reitoria olhasse com
359 cuidado e em particular os cursos novos. Mencionei o da Poli que é o que
360 estamos mais envolvidos, mas existem outros cursos novos que também estão
361 com necessidade e as reposições, pelo menos parciais, nesse momento. Em
362 minha opinião, isso deve fazer parte de uma preocupação meio imediata, para
363 não perdemos tudo aquilo que temos na graduação, que é o serviço bem feito
364 e evitar que as salas fiquem cada vez mais cheias. Quero dividir essa
365 preocupação com todo o Conselho e com a Reitoria.” **Cons.^a Maria Cristina**
366 **Motta de Toledo:** “Essa é a minha segunda participação no Conselho
367 Universitário, porque este mês tivemos duas reuniões. É a primeira vez que me
368 manifesto e em uma situação bastante peculiar, porque estou Diretora de uma
369 Unidade que está passando por problemas jamais vistos na USP, porque
370 ocupamos um espaço que tem essas questões que todos conhecem com maior
371 ou menor detalhe. Em minha manifestação queria seguir duas linhas
372 basicamente, a primeira é de profundo agradecimento aos Professores Zago,
373 Vahan, Nakao, que têm, desde a época de transição de gestão, mostrado uma
374 disposição firme, concreta de buscar os encaminhamentos para a solução dos
375 problemas, para que possamos voltar às nossas atividades normais. Para os
376 colegas terem uma ideia - porque nem todos sabem a dimensão da EACH -,
377 são mais de quatro mil e quinhentos alunos de graduação, já temos nove
378 Programas de Pós-Graduação, aproximadamente duzentos e setenta
379 professores de todas as áreas do conhecimento, inclusive, de áreas com
380 laboratórios com instalações complexas, o que coloca ainda mais uma
381 dificuldade nessa fase de interdição, sem contar duzentos e vinte funcionários,
382 aproximadamente, que estão todos - docentes, funcionários e alunos - tendo
383 um funcionamento muito parcial, graças à colaboração de várias Unidades da
384 USP - mais de dez. Não falarei especificamente de nenhuma, mas até a nossa
385 matrícula teve que ser em outra Unidade, que muito gentilmente cedeu as suas
386 instalações e arcou com vários impactos um pouco indesejáveis desse evento.
387 Manifesto que, apesar de todas as ações concretas que tem sido feitas, não
388 sabemos ainda o correr da situação. É possível que a um ou outro colega seja
389 ainda solicitado alguma ajuda enquanto não conseguimos voltar totalmente as
390 atividades. Tenho convicção que nessa nova gestão reitoral as ações serão - e
391 já estão se mostrando - muito concretas realmente, e isso terá um resultado
392 visível e esperamos que concreto, do ponto de vista da mudança da visão do
393 poder judiciário em relação à possibilidade de ocupação do *Campus* com os
394 problemas, principalmente, do gás metano e da terra contaminada. A outra
395 linha, muito breve, apenas para dizer que a comunidade tem tido uma
396 mobilização muito intensa, com um clima bastante tenso, porque nem sempre a
397 tranquilidade consegue imperar, e não estamos conseguindo disseminar a
398 mesma convicção que tenho para todos os setores, ainda mais porque a
399 maioria não está aqui conversando frequentemente com os Professores Zago,
400 Vahan e, principalmente, com o Prof. Nakao. E, também, a questão de alunos,

401 professores e funcionários, cada um com a sua visão, de que estão sentindo
402 que as suas carreiras estão seriamente comprometidas por esse tempo. É uma
403 visão de tempo, algumas semanas ou não sabemos bem quanto tempo, mas
404 isso, no futuro, obviamente, poderá ser recuperado, mas o momento agora é
405 de grande tensão. Quero apenas indicar que o que tem aparecido na imprensa
406 - no rádio, na televisão, nos jornais e meios de comunicação – está, digamos,
407 contaminado por um clima que vem, justamente, da dificuldade de
408 comunicação concreta e até, muitas vezes, da dificuldade de termos respostas
409 específicas e concretas quando as questões ainda estão em andamento. Isto é
410 para os colegas ficarem um pouco mais informados, mas, claro, não dei
411 detalhe nenhum, porque os detalhes estão na documentação disponível no *site*
412 oficial da EACH. Finalizo, agradecendo a atenção de todos e reforçando a
413 nossa convicção, e de grande parte do corpo da EACH, nas ações concretas
414 que estão sendo executadas agora.” **M. Reitor:** "Aproveito para agradecer a
415 Cons.^a Maria Cristina por esse esclarecimento. É importante, vindo da Diretora
416 da própria Unidade e este Conselho tem, de fato, que acompanhar o que está
417 ocorrendo, na medida do possível. Lembro que indicamos uma Comissão de
418 professores da Universidade, que são independentes da Reitoria, no sentido de
419 que não possuem cargos diretivos ou administrativos, para também
420 acompanharem as ações, nos darem sugestões e, de certa forma, servirem
421 como uma referência, independente do que está sendo feito. Essa Comissão é
422 constituída pelo Prof. Paulo Saldiva, da Faculdade de Medicina, o Prof.
423 Eugênio Foresti, professor de Engenharia Ambiental da Escola de Engenharia
424 de São Carlos, o Prof. Delijaicov, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e a
425 Profa. Ana Maria Nusdeo, professora de Direito Ambiental da Faculdade de
426 Direito. Desta forma, temos a expectativa de que essas pessoas, que são todas
427 relacionadas com as questões ambientais, possam acompanhar as ações que
428 a Universidade está tomando e, ao mesmo tempo, possam dar sugestões
429 adicionais e independentes.” **Cons. José Renato de Campos Araújo:** “Pedi a
430 palavra por dois motivos, um é continuar um pouco o assunto que a Cons.^a
431 Maria Cristina e o M. Reitor acabaram de tratar, que é a questão da EACH. O
432 outro é me apresentar formalmente. Essa é a segunda reunião que participo,
433 fui eleito em dezembro de 2013, no final da gestão, como representante dos
434 Professores Doutores de toda a USP. Pedi a palavra para falar exatamente da
435 EACH e foi um pedido dos colegas Doutores da Unidade, porque estamos
436 vivendo, desde o segundo semestre do ano passado, um problema bastante
437 sério. Ao receber a pauta dessa reunião, que é bastante extensa sobre o
438 orçamento, pedi ao antigo representante dos Professores Doutores, Prof.
439 Ádrian Fanjul, que me repassasse os documentos da última discussão do
440 orçamento e ele me passou a Ata de 18.12.2012, quando se discutiu o
441 orçamento de 2013. Aparentemente não tem nada a ver com a EACH, mas
442 naquela Ata – acho até graça – nas últimas linhas, apresenta o Prof. João
443 Grandino Rodas dizendo da licença ambiental que a USP Leste tinha acabado
444 de receber em dezembro de 2012, dizendo o quanto que a USP tinha se
445 modificado na gestão dele por conta de estar, desde 2005, sem a licença
446 ambiental. Em seguida à sua fala vem a fala do antigo Diretor, Prof. José Jorge
447 Boueri Filho, que está de licença desde 10 de setembro de 2013, depois dos
448 episódios que aconteceram e foram públicos na nossa Unidade. Por que estou
449 citando essa Ata desse egrégio Conselho? Porque naquela oportunidade, o
450 antigo Reitor, Prof. João Grandino Rodas, comunicou que havia uma licença

451 ambiental sendo expedida, só que ele esqueceu de dizer que junto a esta
452 licença ambiental, a USP tinha cento e oitenta dias para cumprir onze
453 condicionantes para que a referida licença fosse válida. Naquela própria licença
454 ambiental, ele não comunicou ao Conselho Universitário que no final desses
455 cento e oitenta dias, se não fossem cumpridas as onze condicionantes, o
456 *Campus* da USP Leste poderia ser interditado, como foi, em agosto de 2013.
457 Para quem não sabe, a USP foi comunicada pela CETESB de que ela não
458 cumpriu aqueles onze condicionantes da licença ambiental emitida em
459 dezembro de 2012, dando mais sessenta dias; e em outubro de 2013 a
460 CETESB autuou a Universidade de São Paulo em uma primeira multa.
461 Obviamente que não estou imputando a esta nova Reitoria nenhuma
462 responsabilidade sobre esses fatos e sobre esses episódios; e gostaria de
463 fazer coro à Cons.^a Maria Cristina. Fiquei muito contente desde o momento da
464 vossa eleição, o senhor começou a reunião de hoje - e para mim isso é muito
465 significativo - falando da situação da EACH, acho que o Conselho Universitário
466 tem que estar mais informado do que está acontecendo. E, se possível - é
467 apenas uma sugestão de minha parte - nessa Comissão de especialistas
468 criada, ter um representante do Conselho Universitário, para acompanhar os
469 graves fatos que estão acontecendo. Para terminar, não se esqueçam de que o
470 grande problema ambiental da EACH deve-se a um aterro ilegal, realizado em
471 2011, dentro do *Campus* da Universidade de São Paulo. Isso é um dado do
472 Ministério Público Estadual: cento e nove mil metros cúbicos. Sou sociólogo e
473 não sei exatamente quanto é a dimensão de cento e nove mil metros cúbicos,
474 mas disseram-me que é bastante. Cento e nove mil metros cúbicos dentro do
475 nosso *Campus* e foi feito por um membro desse egrégio Colegiado. Gostaria de
476 deixar claro isso. Posteriormente, quando houver a discussão sobre o
477 Orçamento, pedirei a palavra novamente.” **Cons. Tomás Costa de Azevedo**
478 **Marques**: “Vou me manifestar sobre dois pontos relativos à pós-graduação. A
479 Pró-reitora fez uma fala e gostaria de fazer uma proposta. Chegamos a ler, no
480 dia da apresentação das Diretrizes pelos Pró-reitores e a avaliação é sempre
481 um assunto polêmico, inevitavelmente. Lembro-me que quando estava no
482 Conselho de Graduação estávamos fazendo uma discussão se a USP
483 participaria do ENADE ou não, é um assunto muito polêmico. Sou a favor da
484 avaliação, pessoalmente. Acho que a USP tem que se avaliar e se quiser fazer
485 uma avaliação própria, também tem que fazer. Peço a senhora Pró-reitora que
486 quando for discutir os indicadores, que pudéssemos fazer uma discussão
487 ampla, prévia, até para aproveitar, primeiro, esse espaço, convidando a
488 Associação dos Pós-Graduandos, os pós-graduandos interessados em discutir
489 o tema de avaliação, pois existe muita gente que pesquisa isso. Também, seria
490 uma resolução de conflitos, porque sabemos que se a coisa vier de cima para
491 baixo isso pode gerar muitos. De forma que se fizermos um processo
492 participativo, que envolva mais pessoas, pode contribuir até com mais ideias.
493 Outro tema é sobre o passe escolar para a pós-graduação. Os pós-graduandos
494 hoje não possuem passe escolar integral. Eu, por sorte, tive algum problema
495 com a SPTRANS e por isso recebo passe integral, mas isso é porque foi um
496 problema deles, mas os estudantes em geral não têm, e me parece que o
497 cálculo do passe escolar é feito baseado nas disciplinas matriculadas. Acho
498 que é um tema extremamente urgente, porque quer queira quer não, o passe
499 escolar é um gasto muito grande no nosso orçamento, que é bem curto.” **M.**
500 **Reitor**: “Devo lembrar que todos temos – Reitor e Pró-reitores – uma meta de

501 nos comunicarmos diretamente com as respectivas populações estudantis. Isto
502 é necessário, fundamental. Certamente, os Pró-reitores já estão tomando
503 essas iniciativas e devem ampliá-las no sentido de ouvir diretamente os
504 diferentes grupos, representações dos estudantes. Isto é um ponto central. O
505 outro ponto, no qual o Conselheiro fez uma referência breve, mas que,
506 certamente, precisará ser muito ampliado, é a questão da avaliação. Em
507 primeiro lugar, temos que separar claramente a questão da avaliação individual
508 da questão da avaliação institucional. Avaliação individual, principalmente no
509 que diz respeito aos docentes, é um elemento central na vida da Universidade.
510 Ela sempre foi elemento de conflitos e teremos que reverter isto e transformar
511 em um elemento em que os conflitos tenham sido resolvidos, adotando,
512 provavelmente, novos modelos e revendo todo o nosso conceito de carreira
513 universitária, de progressão docente, de regimes de trabalho e assim por
514 diante. Para isso - e cumprindo o que prometemos -, iremos promover um
515 amplo estudo na Universidade, ouvindo todos os níveis e todas as categorias.
516 A outra questão é a avaliação institucional. Essa também é vital, porque uma
517 instituição de qualquer tipo não pode existir, não pode haver gestão, sem
518 avaliação. Não podemos imaginar que todas as decisões que tomamos aqui e
519 nos diferentes Conselhos de Pesquisa, de Pós-Graduação, de Graduação e de
520 Cultura, são unidas com sabedoria divina, não, muitas serão decisões
521 corretas, outras não, precisarão ser modificadas. E os efeitos disso, depois,
522 quando se executa, também podem ser bons, medianos ou ruins. Sem essas
523 informações, sem esse *feedback*, não existe gestão da Universidade. Então,
524 nesses próximos anos trabalharemos com todos e os estudantes têm um papel
525 muito importante em tudo o que diz respeito à avaliação de ensino, tanto de
526 graduação como de pós-graduação, inclusive na avaliação institucional, no
527 desempenho dos Departamentos e dos Programas das diferentes Unidades.
528 Este passo será tomado logo em seguida, quando vencermos essa barreira de
529 hoje, que é a barreira do Orçamento. Suas contribuições são muito bem-
530 vindas.” **Cons. Raul Santiago Rosa:** “Gostaria apenas de colocar três
531 apontamentos, rapidamente. O primeiro é que não pude estar presente no
532 último Conselho, mas fico feliz com a aprovação da Moção em relação ao PNE
533 e em relação à educação pública, que é muito importante. Nós, os estudantes,
534 sempre estamos falando nessa questão, de que o investimento tem que ser na
535 educação pública e é muito bom que isso tenha sido aprovado aqui. Gostaria
536 de deixar um informe, de que o que está acontecendo nas Faculdades
537 Técnicas é uma consequência muito grande do baixo investimento na
538 educação pública; que está acontecendo agora uma greve de estudantes,
539 funcionários e professores de várias Faculdades, de várias Escolas Técnicas e
540 que tem muita coerência com isso, de forma que temos que nos atentar para
541 haver uma coerência com aquilo que aprovamos no último Conselho. A
542 segunda questão é que estamos no começo do ano e tivemos uma nova
543 geração de calouros e sempre temos na Universidade o mecanismo do Disque
544 Trote, para relatar problemas nas matrículas. É muito bom e funciona bastante,
545 pelo menos na minha Unidade funcionou. Apenas gostaria de deixar uma
546 sugestão para que, nos próximos anos, sejam incorporados nessa campanha
547 do Disque Trote, questões relacionadas à homofobia e ao machismo, porque
548 vemos isso sendo praticado tanto por estudantes, como por pais de estudantes
549 durante as matrículas. Isso é muito grave. Tivemos um caso, na própria
550 Faculdade, de uma estudante que foi colar um cartaz escrito 'Meu sangue é

551 bordô - que é a cor da nossa Faculdade - e o nosso coração é arco-íris', uma
552 campanha contra a homofobia, e um pai foi recriminá-la. Precisamos olhar mais
553 explicitamente para isso, devido à importância que a nossa Universidade
554 possui. Por último, faço coro ao que o Cons. Flávio disse, em relação ao
555 Instituto de Matemática e Estatística, porque nós, que temos aula no IME,
556 sabemos que ano após ano enfrentamos salas muito lotadas, especialmente
557 nas aulas de Estatística e isso é uma situação muito indigna na maior
558 Universidade do país. Não querendo transparecer nenhum tipo de preconceito
559 do que é do exterior, mas temos professores que falam pouquíssimo de
560 português e estão dando aula. Precisamos rever muito bem essa questão de
561 cargos docentes no Instituto de Matemática e Estatística, porque o conjunto de
562 vários Institutos e Faculdades são prejudicados, muitas vezes, tanto pela
563 situação muito grave de salas cheias quanto da qualidade docente também.” **M**
564 **Reitor:** "Apenas um comentário sobre um dos tópicos. Claro que temos
565 imperfeições ainda, mas tenho certeza de que merecem cumprimento os
566 estudantes, os servidores, os docentes e, particularmente, os Diretores, pela
567 responsabilidade com que foi conduzido este ano a recepção dos calouros.
568 Comparativamente a situações de anos anteriores, aparentemente está se
569 estabelecendo na Universidade uma cultura muito mais civilizada no
570 recebimento dos calouros e acho que todos devem ser cumprimentados,
571 porque isso não é algo que se resolve com uma decisão do Reitor, é algo que
572 se resolve com uma mudança de cultura. E aparentemente isto está ocorrendo
573 na nossa Universidade.” Ato contínuo, o M. Reitor passa à **ORDEM DO DIA -**
574 **CADERNO I - ORÇAMENTO DA USP PARA 2014 - PROCESSO**
575 **2014.1.163.1.0 - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO** - Proposta de Orçamento
576 da USP para 2014, aprovada pela COP, em Sessão realizada em 18.02.2014.
577 Nesta oportunidade, o M. Reitor convida o Prof. Dr. Sigismundo Bialoskorski
578 Neto, Presidente da COP, para tomar lugar na mesa para fazer a apresentação
579 do tópico e participar da discussão. **M. Reitor:** “Antes da apresentação, tenho
580 certeza que é minha responsabilidade fazer um encaminhamento deste tópico,
581 porque a análise e votação desse Orçamento tem atraído uma considerável
582 atenção, tanto dentro como fora da USP. De fato, estamos tratando de uma
583 situação que é, de certa forma, inusitada, porque sem termos discutido as
584 Diretrizes Orçamentárias do último ano, vamos votar o Orçamento da
585 Universidade no final do segundo mês já do ano em curso. E sem fazer
586 qualquer juízo de mérito com relação a isso, devo lembrar que isso ocorre
587 porque no ano passado tivemos apenas duas reuniões ordinárias do Conselho
588 Universitário, ambas no primeiro semestre. Estamos, portanto, agora, tentando
589 retomar a vida regular da Universidade. Sei que a atenção de todos têm se
590 concentrado nos cortes orçamentários que seremos obrigados a fazer em
591 relação, por exemplo, ao Orçamento de 2012 que é o último que temos. Há
592 muita especulação, diria, até certo ponto infundada, sobre os efeitos deletérios
593 que isto terá sobre a atividade da Universidade. Já ouvi até mesmo
594 especulações sobre motivos que não estariam aparentes e de que estariam
595 nos levando a este tipo de proposta. Por isso, acho essencial lembrar os
596 motivos, que são muito simples e aparentes. Vou enumerar alguns, para que
597 não haja qualquer dúvida. Primeiro, o balanço orçamentário da USP nos
598 últimos cinco anos foi o seguinte: 2009 - superávit de cento e vinte e sete
599 milhões; 2010 - superávit de duzentos e cinco milhões; 2011 - déficit de setenta
600 e um milhões; 2012 - déficit de quinhentos e setenta e dois milhões; 2013 -

601 déficit de um bilhão de reais. No curso dos últimos quatro anos, a Universidade
602 contratou cerca de 2.600 de novos servidores. Isso é expansão do quadro e o
603 salário médio dos servidores aumentou cerca de 73% em relação ao valor de
604 2009. O comprometimento com a folha salarial corresponde a 100% dos
605 repasses da quota-parte do Governo do Estado de São Paulo. A fim de que
606 não haja também nenhuma dúvida sobre essa evolução, devo lembrar que em
607 2010, o comprometimento da folha de pagamento das três Universidades
608 Públicas Paulistas era o seguinte: USP - 79%; UNESP - 83%; UNICAMP -
609 82%. Estávamos, para todos os fins de efeito, praticamente empatados. Em
610 2013: USP - comprometimento de 100%; UNICAMP - 92%; UNESP - 89%. A
611 situação que agora enfrentamos é absolutamente inédita, pelo menos ela não
612 se verificou nos últimos dez anos. Ouvi até a afirmação de que a USP tinha, há
613 alguns anos, um Orçamento de três bilhões e poderia ser muito mais proativa -
614 que era um orçamento muito menor - e agora, como é que estaria paralisada
615 com um orçamento de cinco bilhões. O problema não é o tamanho do
616 orçamento, o problema é o tamanho do comprometimento da folha de
617 pagamento. Se tivéssemos um orçamento de dez bilhões ou de vinte bilhões,
618 estaríamos na mesma situação se o comprometimento fosse 100% com folha
619 de pagamento. Esta é a diferença, é o ineditismo da situação que vivemos hoje
620 e todos têm que entender muito bem isto. O problema não é quem construiu
621 isso ou deixou de construir aquilo, o problema é que nós aumentamos a massa
622 salarial de uma maneira incompatível com a nossa previsão orçamentária. Isto
623 é insustentável. Sei que todos têm planos e gostariam de ter recursos
624 financeiros para realizá-los - eu mais que qualquer um nessa sala. Sou
625 obrigado a lembrar de que temos que ter prioridades e não podemos falar, por
626 exemplo, tranquilamente, em novas obras, enquanto a Estação Ciência está
627 fechada a mais de ano, o teto ruiu. O Museu Paulista está interdito e sem
628 perspectiva de ser reaberto. Ele é um monumento nacional e a USP é guardiã
629 deste monumento; a USP Leste está fechada e não temos perspectiva de
630 acolher cinco mil alunos em local que não seja lá. Estamos, portanto,
631 coletivamente obrigados a encarar a realidade. Tenho certeza que iremos fazer
632 isso com responsabilidade. Agora, devo acrescentar a essa dura lista de fatos
633 contra os quais não há argumentos, são fatos, a minha visão pessoal, sinto-me
634 obrigado a isso, porque é para isso que fui eleito e sei que a pergunta que
635 neste momento perpassa todas as mentes aqui é simplesmente a seguinte:
636 Para onde nós estamos indo? Para onde este Reitor está conduzindo a
637 Universidade? Digo, então, a minha impressão pessoal. Temos uma situação
638 inusitada, mas não temos um desastre à vista. Não sofreremos com os cortes
639 orçamentários que estão previstos na proposta que o Prof. Sigismundo irá nos
640 apresentar. Por exemplo, o Prof. Vahan tem dados que me mostrou e que nos
641 informa que a Dotação Básica das Unidades, que está prevista nesse
642 orçamento com cortes é a mesma da Dotação de 2010, com as respectivas
643 correções, ou seja, estamos apenas regredindo à Dotação de 2010. A
644 Universidade não vai ser paralisada pela reprogramação de obras, segundo um
645 planejamento plurianual. As emergências terão que ser resolvidas, como por
646 exemplo, e reafirmo os gastos eventualmente necessários para sanar os
647 problemas ambientais da USP Leste. Agora, e por outro lado, todos sofrerão
648 com a suspensão de contratações de servidores e docentes. Não há maneira
649 de imaginar que o Reitor autorize contratações quando estamos com 100% do
650 nosso orçamento comprometido com folha de pagamento. Essa decisão

651 independe de nossas aspirações, planos ou de demandas. Devo lembrar que o
652 nosso orçamento ainda não sofreu todo o impacto do plano de carreira dos
653 servidores e da progressão dos docentes, ou seja, o comprometimento
654 orçamentário com pessoal vai aumentar, mesmo com essa parada de
655 contratações. Finalmente, quero ler uma carta de uma estudante da USP que
656 está no exterior e escreveu para o seu avô que também é professor da USP.
657 'Oi vovô. Tudo bem com o senhor? A minha vida acadêmica aqui é muito
658 diferente do que eu estava habituada. Temos poucas horas de aula, mas em
659 compensação, muitos artigos para escrever. Minhas matérias mais pesadas
660 são as de Engenharia Médica, uma delas é mais teórica, a aula tem duração de
661 duas horas, onde na primeira aula o professor apresenta o conteúdo e na
662 segunda hora nós temos um estudo de caso para ser discutido. A segunda
663 funciona assim: são quatro dias inteiros de aula sobre quatro assuntos
664 diferentes e depois temos que escrever um ensaio de mais ou menos três mil
665 palavras sobre o assunto. Ou seja, você acaba lendo, no mínimo, seis a dez
666 artigos sobre o assunto. Gosto muito desse sistema, porque sinto que aprendo
667 a aprender sozinha. Todavia, mais uma vez, não sei se isso daria certo no
668 Brasil, afinal teria que ser uma mudança na cultura dos alunos. Mas, enfim,
669 estou muito feliz e sinto que estou aprendendo. No verão, sou obrigada a fazer
670 um estágio de férias e, provavelmente, farei um estágio acadêmico. Meu
671 próximo passo é procurar um estágio aqui na Universidade. Eles têm um
672 Centro muito forte de simulação de sistemas médicos e um Centro muito forte
673 de tribologia. Saudades da sua neta que muito te ama e admira.' Minha
674 pergunta. Quanto custaria para fazermos essas modificações que mudam
675 completamente a estrutura e a maneira de ensinar? Certamente não
676 representarão grandes encargos orçamentários. A mensagem que quero dar é
677 a seguinte: há muita coisa para fazer que representa mudança de
678 comportamento, mudança de estrutura, mudança de reação. Vamos nos
679 desprender um pouco desta dependência de que sem dinheiro novo não
680 fazemos nada e sem um funcionário novo não fazemos nada. Temos que
681 mudar a nossa visão e tenho a impressão de que temos quatro anos de grande
682 entusiasmo pela frente. Vamos ver se passamos hoje a questão do Orçamento,
683 para começarmos uma vida ativa, que é necessário." **Cons. Sigismundo**
684 **Bialoskorski Neto**: "Acho que todos imaginam a responsabilidade que tenho,
685 nesse momento. Pensei diversas coisas, entre elas, fazer uma apresentação,
686 mas após algumas conversas, inclusive, com alguns membros do conselho,
687 resolvi ajustar essa apresentação de forma a fazer algumas considerações
688 iniciais. A primeira consideração da minha parte é agradecer aos membros da
689 COP, que me elegeram como Presidente e, muito mais do que isso, deixar o
690 testemunho do esforço de cada um nessa jornada. Fomos eleitos e, dois dias
691 depois, todos os diretores modificaram completamente suas agendas e
692 estivemos aqui para uma reunião de, aproximadamente, dez horas seguidas,
693 onde tivemos um suporte fantástico da CODAGE, do Prof. Rudinei, do Peter,
694 do Daniel e da Secretaria Geral. Propusemos, nessa discussão, uma série de
695 temas e uma série de assuntos e sei que a CODAGE trabalhou no final de
696 semana, fazendo uma revisão naquilo que era necessário. Na terça-feira
697 voltamos para cá e todos os membros, novamente, tivemos outra reunião de
698 quase dez horas. Fui encontrar o Prof. Geraldo no Posto Graal, às onze horas
699 da noite, já depois de Piracicaba, onde continuamos discutindo um pouco sobre
700 o orçamento. Portanto, nesses dias em que estivemos reunidos, trabalhamos

701 muito, assim como a CODAGE trabalhou muito também. Tivemos muito apoio
702 e conversamos sobre vários assuntos importantes, e agora vou inverter um
703 pouco a minha apresentação. Na realidade, foi consensual, nas reuniões da
704 COP, que deveríamos repensar as Diretrizes Orçamentárias da USP.
705 Deveríamos repensar a forma de fazer o orçamento na Universidade de São
706 Paulo e, também, pensamos que em uma situação em que não temos o
707 orçamento aprovado, deveríamos agir de uma forma rápida e eficiente, para
708 que o fluxo financeiro entre os órgãos centrais e as unidades pudesse ser
709 restabelecido. Já trabalhamos, na COP, com o conhecimento que queremos
710 modificar esse processo, buscar transparência, participação e, talvez, a
711 modernização de toda essa estrutura. Mas, infelizmente, em uma semana ou
712 em quinze dias, o que era possível fazer foi feito. Fizemos da melhor forma
713 possível, a mais eficiente possível, salvo o melhor juízo de qualquer um dos
714 membros da COP. A segunda observação, que é bastante importante, é que
715 hoje a USP não tem, nem as Diretrizes Orçamentárias, nem no Orçamento
716 aprovados, apesar de termos discutido esse orçamento em outubro do ano
717 passado, quando votamos o orçamento, inclusive, ele sofreu os primeiros
718 ajustes e cortes, nessa ocasião. Voltamos a fazer essa discussão em
719 dezembro, mas não ocorreu a referida aprovação do orçamento no Conselho
720 Universitário, bem como não houve a aprovação das Diretrizes Orçamentárias.
721 Por causa disso, a nova gestão reitoral iniciou o ano sem poder fazer os
722 repasses orçamentários que deveriam ser feitos, simplesmente por não haver
723 orçamento aprovado. Portanto, se o orçamento for aprovado agora, o fluxo
724 financeiro volta a correr para todas as Unidades, como já é de costume e como
725 todos os diretores estão acostumados a fazer a gestão nas suas Unidades,
726 mas para isso, necessitamos de um orçamento aprovado. Na realidade,
727 estamos trabalhando com o Orçamento de 2013 e com as Diretrizes
728 Orçamentárias aprovadas e vigentes dentro da USP, com alguns ajustamentos
729 feitos, que consideramos necessários. Temos parte de receita própria e parte
730 de dotação orçamentária, parte dos recursos está consignada, por exemplo,
731 em áreas de informática, em diferentes lugares e nos serviços terceirizados.
732 Isso traz, sem dúvida, alguma dificuldade adicional no acompanhamento da
733 execução orçamentária e precisa ser revisto. A COP discutiu todos esses
734 assuntos e está preparada para fazer essa revisão. Talvez tenhamos, ao lado
735 desses itens dispersos, uma leitura crítica da própria COP, que sempre
736 apresentou os orçamentos, mas, na realidade, o acompanhamento da
737 execução orçamentária acabou não existindo com a intensidade que deveria
738 existir. Esse é um assunto importante para ser tratado quando começarmos a
739 discutir a forma de governança e as modificações necessárias na governança
740 da Universidade onde, na área orçamentária, já se tem ideia de que uma série
741 de modificações seria importante. Isso faz parte, sem dúvida nenhuma, de
742 nosso processo de crescimento e de modernização. Gostaria, inicialmente, de
743 apresentar alguns dados, que os senhores já têm, pois já foram distribuídos, de
744 forma a introduzir a discussão propriamente dita. Esses dados foram
745 catalogados e trabalhados pela CODAGE, a qual a COP agradece pelo
746 empenho. No material que distribuimos, temos nosso Orçamento de 2009 a
747 2013, onde é possível verificar, não só o crescimento do orçamento como
748 também das despesas, em particular, as despesas de pessoal. É possível,
749 também, notar, no orçamento executado, quais foram os resultados de nossos
750 saldos financeiros. Para aqueles mais atentos e que em determinado momento,

751 gostariam de fazer uma comparação entre os orçamentos executados e os
752 aprovados em sessões anteriores do Co, vão notar que existem diferenças na
753 alocação de recursos entre o orçamento aprovado pelo Co e o realmente
754 executado pelos órgãos centrais da Reitoria e Unidades. O que nos mostra a
755 necessidade de termos instrumentos de gestão ou, talvez, de contratos de
756 aplicação financeira e aplicação fiscal, enfim, de responsabilidade fiscal, por
757 parte das Unidades e dos órgãos centrais. O fato é que, em 2013, tivemos um
758 resultado bastante preocupante, porque até 2013, nos resultados anteriores,
759 trabalhávamos na COP, salvo melhor juízo, com os resultados financeiros das
760 aplicações das reservas e isso acabou, em um determinado momento,
761 orientando nossas discussões mais para o Orçamento de 2013, o qual foi
762 executado de forma diferente. Trago um gráfico que ilustra o que gastamos
763 com 'Pessoal' e 'Outros Custeios' e com 'Investimento'. É possível ver que de
764 2009 a 2013, a forma como esses valores cresceram e a forma como eles
765 ultrapassaram o repasse que a USP recebe do Governo Estadual, de forma
766 que, hoje, perto de 100% do nosso orçamento está sendo aplicado na folha
767 salarial. Temos, também, no relatório, o repasse do Tesouro do Estado, gasto
768 com 'Pessoal', 'Outros Custeios e Investimentos', na realidade, o que foi
769 realizado em 2013. A proposta de 2014, aqui apresentada, está como original,
770 mas existia uma proposta anterior, em que as reservas estavam na casa de,
771 aproximadamente, R\$ 800 milhões. Houve um primeiro corte para uma
772 segunda proposta original, de R\$ 670 milhões e, agora, a proposta feita pela
773 COP é de R\$ 575 milhões, decrescendo cerca de 42%. Isso é a situação das
774 reservas, que reflete dezembro de 2013, mas já temos novas informações de
775 que esses valores, em fevereiro, são um pouco menores. Isso quer dizer que
776 continuamos a consumir as reservas. Dessas reservas, a economia
777 orçamentária ou saldo orçamentário das unidades está indicado no relatório.
778 Os restos a pagar do ano anterior é com credores, com algumas obras em
779 andamento, obras previstas e o próprio déficit na proposta orçamentária. Isso
780 quer dizer que se nada fosse feito, se nenhuma atitude fosse tomada e se,
781 simplesmente, continuássemos a executar o orçamento da maneira que
782 estávamos fazendo, chegaríamos em dezembro de 2014 com apenas R\$ 50
783 milhões de nossas reservas. Isso é muito preocupante, de certa maneira -
784 falando agora como diretor da FEARP -, esperava que as reservas da USP
785 fossem algo, no mínimo, de um bilhão e meio, algo de dois a quatro meses da
786 folha salarial ou algo de 20% a 25% de seu orçamento, capaz de criar uma
787 situação onde alguma flutuação nas receitas do Estado e no repasse do
788 Estado, em alguma situação emergencial a nível macroeconômico nacional e
789 internacional, permitisse à USP ter, em determinado momento, dois, três ou
790 quatro meses de flexibilidade no pagamento de sua folha salarial e nas suas
791 atividades. Portanto, este número é, tecnicamente, um número inaceitável; por
792 causa disso, o esforço de recompor os níveis aceitáveis dessas reservas. A
793 participação na folha de pagamento, por categoria funcional, está dividida por
794 técnicos administrativos, docentes e aposentados. O quadro de pessoal, pelas
795 informações que tenho, cresceu perto de 18,06% em números de servidores
796 técnicos e perto de 6,9% em número de docentes. Então, além do aumento da
797 folha salarial, também ocorreu o aumento do número de funcionários que, em
798 determinado momento, levou à situação de um crescimento geométrico, como
799 podem perceber no relatório. O salário médio, em valores nominais, da coluna
800 em azul, são os docentes e na coluna em vermelho, são os servidores.

801 Observa-se que, em 2013, saímos de 2009 de um salário médio de R\$ 4.700
802 para um salário médio de R\$ 8.257, para os servidores técnicos; e de R\$ 9.400
803 para R\$ 13.500, para os docentes, representando um crescimento de 75% nos
804 salário médios dos servidores e um aumento de 43% nos salários médio dos
805 docentes. Esses dados permitem ter uma ideia da decomposição desses
806 salários e mostram que os docentes tiveram um aumento de 43,19% e os
807 técnicos administrativos 74,85%. Os reajustes efetuados pelo CRUESP foram
808 da ordem de 29,22%, enquanto que a inflação foi da ordem de 22%. Portanto,
809 houve um ganho de 5,02% para os professores e de 28,24% para os
810 funcionários. Por último, temos um gráfico que mostra o comprometimento com
811 a folha salarial nos orçamentos da Universidade de São Paulo, da Universidade
812 de Campinas (UNICAMP) e da Universidade do Estado de São Paulo
813 (UNESP), mostrando que nesses três casos, a partir de 2011, este
814 comprometimento foi bastante significativo, particularmente na USP, onde o
815 comprometimento foi mais intenso que nas outras duas universidades.
816 Portanto, a nossa situação é bastante clara, pois os gráficos e os dados são
817 claros, restando pouco para discutir sobre o passado e muito a discutir sobre o
818 futuro. E discutir sobre como podemos ajustar, de certa forma, o orçamento da
819 Universidade de São Paulo, inclusive, como recompor parte das reservas que
820 garantiria, não só as políticas acadêmicas, mas, também, os níveis dos
821 salários. Na proposta de orçamento de 2014, tiveram algumas premissas.
822 Primeiro trabalhamos na proposta já existente de 2013, que foi elaborada no
823 ano passado. A premissa era de se preservar a situação de benefícios e
824 salários existentes na Universidade de São Paulo e ajustar o orçamento, em
825 determinadas alíneas, onde era possível. De certa forma, tem-se a consciência
826 de que é necessário analisar o orçamento de cada órgão, dos órgãos centrais e
827 de cada uma das Unidades, em particular. Não havia tempo hábil para isso,
828 mas, certamente, isto será pauta dos nossos próximos trabalhos. A intenção,
829 neste semestre, é oferecer não somente uma revisão sobre essa execução
830 orçamentária, como também alguns índices novos, que poderiam reorientar ou
831 orientar uma construção diferente para as nossas diretrizes orçamentárias;
832 como já sei do teor de algumas exposições, estou me adiantando, porque esse
833 fato foi discutido, sem dúvida nenhuma, no âmbito da COP e da CODAGE. Na
834 realidade, nesses ajustes, tomou-se como base a priorização dos cursos de
835 graduação, por ser prioridade da Universidade e da nova gestão reitoral, e dos
836 benefícios ou das condições que permitam que os alunos possam cumprir com
837 suas funções, como por exemplo, restaurantes universitários e permanência
838 estudantil. Alguns desses itens, inclusive, está em discussão a possibilidade de
839 aumentá-los, na proporção do crescimento do próprio número de alunos e das
840 atividades de extensão universitária; porque se considerou que em outras
841 atividades, como a de pesquisa e pós-graduação, teríamos como nos valer de
842 agências financiadoras e de recursos externos, de uma forma bastante
843 eficiente, já conhecida por todos. A proposta orçamentária do Estado é de R\$
844 4,5 bilhões, desses, a despesa com Pessoal é de 99,96%, portanto, passamos
845 a avaliar o orçamento com aquelas premissas iniciais, porque era impossível
846 estudar cada uma das Unidades, em particular, pelo pouco tempo disponível na
847 comissão. Para a 'Dotação Básica' se fez um decréscimo global perto de 31%;
848 para as unidades de ensino, 35%; para hospitais, a dotação foi reduzida em
849 10%, apenas com o objetivo de que essas unidades possam se ajustar em um
850 orçamento novo, mas tendo a consideração de que são atividades de difícil

851 ajustamento; para os órgão de apoio foram de 28,53%, que são a Reitoria,
852 CODAGE e outros; e para os órgãos de serviço 52%, que são o CCE, SIBi,
853 CEPEUSP e outros. O que orientou a discussão e execução desses números
854 foi a execução orçamentária da Universidade, nos últimos anos. Na realidade,
855 esse orçamento está muito próximo ao orçamento da USP em 2010 e esses
856 ajustes estão muito próximos aos que a execução orçamentária pede dentro de
857 uma universidade como a USP. Então, há razões técnicas para as escolhas
858 desses números. A política de apoio à permanência estudantil foi aumentada
859 em 2%, tentando ajustar esse número ao crescimento do número de alunos. As
860 reservas específicas sobre administração da própria COP foram reduzidas em
861 90%, com exceção ao apoio a viagens didáticas e a manutenção de animais,
862 por considerarmos que áreas como solos, geologia e outras necessitam dessas
863 viagens. Sou Engenheiro Agrônomo de formação e sei o quanto é importante
864 olhar uma formação de solo *in loco*, em vez de estudar isso em fotografia, em
865 sala de aula. A manutenção de animais para aulas, se não for possível, em
866 determinado momento, termos três vacas, podemos ter duas, não
867 necessariamente nesse sentido, mas elas têm que ser alimentadas. Lembro,
868 também, que essas dotações orçamentarias são administradas pela Comissão
869 de Orçamento e Patrimônio. Isso quer dizer que as Unidades enviarão para a
870 COP suas demandas especiais, logicamente, haverá Unidade com demanda
871 maior e mais justificada do que outras e, aqui, novamente, cito o caso da
872 geologia ou da própria FEARP, onde essas viagens são importantes e
873 necessárias, mas não no grau de importância de outras Unidades. O corte feito
874 aqui não deve ser considerado como um corte linear a todas as Unidades, uma
875 vez que são, na realidade, dotações administradas, tradicionalmente, pela
876 Comissão de Orçamento e Patrimônio. A Assistência Médica e Odontológica
877 teve seus valores, praticamente, mantidos com um leve aumento de 0,41%; as
878 atividades integradas 22,05%; material bibliográfico e o SIBi foi outro caso
879 especial. Trabalhamos com os valores informados diretamente pelo SIBi, de
880 forma que nenhuma das publicações, assinaturas ou compromissos tivessem
881 algum tipo de prejuízo, de forma que o SIBi teve, realmente, um tratamento
882 especial. Na SEF, o orçamento foi reduzido em 75%. Isso, também, teve
883 participação da Superintendência de Espaço Físico, a qual devemos
884 agradecer, pela sensibilidade com que tratou estas solicitações. O Restaurante
885 Universitário teve um aumento na dotação em 8% e os serviços de utilidade
886 pública, em 3,97%, de forma a manter o serviço de vigilância, limpeza, água,
887 luz, entre outros. Estamos prevendo entrarem R\$ 575 milhões no primeiro
888 orçamento; essa previsão era de R\$ 860 milhões ou R\$ 890 milhões e passou
889 para R\$ 600 milhões; agora está em R\$ 575 milhões. Se me perguntarem se
890 isso é suficiente, ainda vou dizer, como diretor da FEARP, que ainda é
891 insuficiente, mas acredito que no prazo de dois anos ou um pouco mais, com
892 uma boa administração financeira, sem dúvida, conseguiremos recompor a
893 Universidade de São Paulo no seu orçamento, nas suas reservas e na sua
894 administração e gestão de seus recursos. Esse vai ser, no processo de reforma
895 da gestão e governança, o grande desafio da COP. Se observarmos os dados
896 nas tabelas distribuídas, em vermelho, o que, tradicionalmente, sempre esteve
897 nas propostas orçamentária, quero lembrar que isto é uma aproximação, pois o
898 Orçamento do Estado tem, por parte da Secretaria de Planejamento, uma ideia
899 do que vai ocorrer com os níveis inflacionários, ideia inicial do crescimento do
900 PIB e esta evolução pode ser ligeiramente diferente. Tanto é verdade, que o

901 orçamento que recebemos no ano passado foi ligeiramente acima do que era
902 previsto inicialmente, isso se dá pelas aproximações do crescimento
903 econômico, do PIB, da atividade econômica e o da própria inflação. Não
904 gostaria de dizer isto, mas as previsões de crescimento - acho que vocês já
905 têm lido nos jornais - elas estão sendo revistas não para acima, mas para
906 baixo, o que pode nos deixar em uma situação mais preocupante e delicada.
907 Isso, sem dúvida nenhuma, demanda, por parte da COP, não só um bom
908 relacionamento com órgãos centrais, em particular, com a CODAGE, como um
909 esforço adicional de acompanhar, nesses primeiros meses, o que está
910 ocorrendo na execução de nosso orçamento para, talvez - espero que não -
911 tomarmos assento, novamente, em reunião do Conselho Universitário, para
912 informar a todos os Senhores e para, eventualmente, conversar sobre novos
913 ajustes. Espero que seja sempre de crescimento econômico e ajustes positivos
914 do que ajustes negativos, mas a primeira discussão econômica do ano, não
915 nos leva a ter um nível muito alto de entusiasmo. A COP também sugeriu, em
916 determinado momento, algumas ações adicionais. Primeiro, a ideia de que a
917 receita própria e o saldo orçamentário que existia em 2013 são, sem dúvidas,
918 das Unidades e está consignado nas Unidades; segundo, a receita própria
919 contingenciada poderia ser devolvida e a COP considerou que poderia ser
920 devolvida em três parcelas de um terço cada, respectivamente, em março/abril
921 e outubro/novembro de 2014 e março/abril de 2015. Isso é para tentar
922 resguardar o caixa da Universidade e que o saldo orçamentário contingenciado
923 tivesse mais uma liberação de 6%, como já teve uma 6%, seriam 12% agora
924 em março/abril e o restante ficaria a ser definido em conjunto com o Conselho
925 Universitário, na definição do próximo Orçamento de 2015, de forma
926 participativa. Essa é mais uma ideia de reforçar o caixa da Universidade.
927 Quanto aos projetos especiais, núcleos de pesquisas e projeto I, considerou-se
928 que a liberação também seria de um terço dos recursos e nos projetos
929 especiais, cujos recursos já estavam na Universidade e, porventura, tenham
930 sido licitados no ano passado e tenham sido empenhados ou tenham algum
931 tipo de contrato entre a Universidade de São Paulo e os fornecedores ou outras
932 pessoas, que eles deveriam ser honrados. Já os outros casos deveriam ser
933 analisados caso a caso. Para isso, o fórum seria a COP, esse fórum seria por
934 demanda, uma vez que as necessidades são completamente diferentes de
935 unidade para unidade e as necessidades são completamente diferentes de
936 núcleo de pesquisa a núcleo de pesquisa. Participo de um núcleo de pesquisa
937 de economia, na área de Ciências Humanas e, para nós, é muito fácil fazer
938 esses ajustes, mas sei que nas áreas Tecnológicas, onde é necessário um
939 equipamento determinado, não se pode trabalhar com números fixos, como um
940 terço, um quarto, um triplo, trinta, vinte. Nessas áreas específicas, teria que ser
941 analisado caso a caso a urgência e a necessidade, porque não temos uma
942 crise, mas uma situação de atenção e, por isso, temos que estar muito atentos
943 a essa situação. Este, talvez, seja o recado que trago como Presidente da COP
944 e de todos os membros da COP ou, talvez, como prestação de contas dessas
945 duas reuniões iniciais de dez horas cada uma. Os membros da COP se
946 comprometeram a rever as Diretrizes Orçamentárias da Universidade com
947 novos parâmetros e índices, e fazer uma discussão bastante seria do modelo
948 de elaboração orçamentária e do planejamento orçamentário dentro da
949 Universidade. Gostaríamos de fazer isso ainda neste semestre, de forma que o
950 próximo orçamento já fosse elaborado com premissas diferentes. O que está

951 nos orientando são os processos participativos, a transparência orçamentária e
952 a ideia de termos instrumentos de responsabilidade fiscal no âmbito da
953 Universidade de São Paulo, para com todas as unidades, órgãos centrais e
954 outros executores orçamentários. Portanto, existe um comprometimento da
955 COP com a ideia participativa e a transparência. Na FEARP, falando agora
956 como diretor, tivemos um planejamento estratégico para definir nosso
957 orçamento, com a participação de professores, alunos e funcionários. Hoje,
958 temos nosso orçamento auditado, transparente e no *site* da FEA, é só clicar e
959 temos acesso aos últimos orçamentos. O próximo vai ser colocado agora,
960 portanto, isso não é só um discurso, mas uma realidade prática. Eu, não como
961 presidente, mas como membro da COP, acredito bastante nessas três
962 premissas. A COP é formada por esses professores os quais agradeço o
963 enorme empenho nessas reuniões, que não foram fáceis de maneira nenhuma;
964 e aos convidados Rudinei, Pedro e Daniel, que foram fantásticos; a Secretaria
965 Geral pela forma com que nos apoiou; e a secretaria da própria COP. Acredito
966 que eram essas minhas observações e estou a disposição, assim como os
967 outros membros da COP, para qualquer tipo de esclarecimento.” **M. Reitor:**
968 “Em primeiro lugar, agradeço ao professor Sigismundo e aos membros da
969 COP, uma vez que em curto espaço de tempo e com a pressão a qual estavam
970 submetidos, fizeram um trabalho louvável e muito esclarecedor para este
971 Conselho. Chamo a atenção, particularmente, para o trabalho que foi duplo, ou
972 seja, ao mesmo tempo em que preparam a proposta orçamentária, que será
973 votada, identificaram mecanismos que nos permitirão, daqui para frente,
974 manter o controle mais estrito sobre, não só a execução do orçamento, mas,
975 também, uma maneira construtiva de propormos o orçamento que será testado,
976 espero no final deste ano, com nossa nova proposta orçamentária para 2015.
977 Isso merece nossos cumprimentos. Eles fazem referências a três tópicos, que
978 são centrais e não podemos esquecer: primeiro, que a questão dos processos
979 participativos têm que ser uma tônica; segundo, a transparência orçamentária,
980 que não é uma escolha nossa, mas uma exigência da sociedade. Hoje, isso
981 terá que progredir e para isso, teremos que estar em condição de informar, nos
982 nossos *sites*, o uso dos recursos da Universidade e, finalmente, a questão da
983 responsabilidade fiscal. Todos sabem que a questão da responsabilidade fiscal
984 foi um dos grandes progressos que a sociedade brasileira fez, no que diz
985 respeito a toda questão dos administradores públicos e da política, desta
986 forma, não há motivo para que isso não seja aplicado, também, à Universidade
987 que faz parte do Orçamento do Estado. Portanto, não é admissível que
988 façamos desvios tão grandes em relação àquilo que é prática esperada de
989 todos os gestores públicos. Então, novamente, meus agradecimentos. Vamos
990 abrir a discussão procurando que sejam as mais livres possíveis, mas
991 lembrando, primeiro, que nosso objetivo central é aprovar este Orçamento,
992 desta forma ou com modificações que serão apresentadas, ou seja, as
993 manifestações dos conselheiros são livres, mas procurem, de certa forma,
994 objetivar o voto que terão de dar a favor ou contra, ou modificações que
995 venham a ser feitas.” **Cons. Jose Vicente Caixeta Filho:** “Gostaria,
996 publicamente, de externar os cumprimentos a todos os envolvidos na
997 elaboração dessa peça orçamentária, em um período de tempo recorde, menos
998 de trinta dias, conforme já foi mencionado pelo Prof. Sigismundo. Externo meus
999 agradecimentos ao Prof. Sigismundo, diretor da FEARP, Presidente da COP,
1000 ao Prof. Rudinei Toneto Júnior, Coordenador de Administração Geral da USP,

1001 pelo empenho e maestria na condução de suas novas funções, pela
1002 organização de materiais de excelente qualidade que foi incluído na pauta e,
1003 também, pelo anexo, que foi intitulado como Conjunto de Informações
1004 Financeiras. Feitas essas considerações, quero dizer que como dirigente da
1005 ESALQ, pegamos todo esse material que nos foi compartilhado previamente,
1006 para que fosse avaliado em conjunto com os chefes de departamentos,
1007 presidentes de comissões administrativas e assistentes. Tivemos para isso,
1008 pelo menos, duas reuniões, que não duraram 10 horas cada uma, mas foram
1009 longas e desgastantes. Depois delas, uma série de dúvidas foram
1010 apresentadas, muitas dessas dúvidas, talvez, já esclarecida pelo discurso do
1011 Prof. Sigismundo. Tenho certeza que dentro dessa ótica do processo
1012 participativo e da transparência orçamentaria, as dúvidas que não foram
1013 esclarecidas ainda, poderão ser, depois, analisadas e encaminhadas, seja à
1014 COP, seja à CODAGE. Vou compartilhar com os colegas do Conselho as
1015 principais dúvidas apresentadas e, na sequência, vou colocar sugestões que
1016 também foram colocadas por esse grupo. Primeiro, foi colocado que as
1017 Unidades têm R\$ 866 milhões de saldo retidos, recursos do Tesouro não
1018 utilizados mais receitas e 'que ao serem devolvidos junto com as demais
1019 despesas pendentes, restos a pagar e obra em andamento, mais o déficit do
1020 orçamento de 2014 e mais obras previstas, tudo isso implicará a Reitoria ter um
1021 saldo ao final de 2014 de, apenas, R\$ 52,8 milhões', conforme informado pelo
1022 Prof. Sigismundo. A única reserva, de fato, existente diria respeito aos recursos
1023 atuais retidos pela Reitoria, que não serão restituídos imediatamente, como
1024 também já foi colocado. Um questionamento de alguns dos colegas é se essa
1025 leitura de dados está correta. Parece-me que sim, mas o que não está claro é o
1026 detalhamento referente ao que se entende em termos de escopo por obras
1027 previstas e obras em andamentos. Entendemos que esse detalhamento vai
1028 poder ser feito sob demanda. Ainda foi colocado que a devolução das verbas
1029 retidas de receitas ocorrerá em três parcelas, sendo a primeira em março/abril
1030 de 2014; a segunda em outubro/novembro de 2014; e a terceira em março/abril
1031 de 2015; entretanto, de acordo com o que é dito, pode-se apenas gastar o
1032 dinheiro que está disponível para ser empenhado, portanto, apenas poderemos
1033 gastar, em 2014, se os serviços de compra da USP forem ágeis, a parcela de
1034 março/abril de 2014, pois, por exemplo, a que entrar em outubro/novembro de
1035 2014 não poderá ser gasta, dado que o orçamento fecha em novembro. Então
1036 acho que essa é uma preocupação importante, porque por mais que haja essa
1037 programação dos três terços, na prática, vamos poder usar quantos terços?
1038 Para ESALQ parece ser muito severa a redução do apoio às viagens didáticas,
1039 atividades de campo, manutenção de animais de pesquisas, ainda que tenha
1040 sido comentado que os recursos da graduação serão mantidos. Parece-me que
1041 há um corte de um terço na verba para excursões e viagens didáticas, isso
1042 poderá prejudicar a qualidade do ensino, de forma que estamos entendendo
1043 que as demandas específicas poderão ser encaminhadas à COP. Depreende-
1044 se dos testemunhos e manifestações de diversos colegas da ESALQ, que a
1045 preocupação maior está muito mais relacionada à devolução de recursos
1046 contingenciados que às reduções, propriamente ditas, no orçamento de 2014.
1047 Por outro lado, entende-se que a aprovação do orçamento para 2014, na
1048 reunião de hoje do Co, seja algo fundamental para a boa continuidade das
1049 atividades de nossa Universidade, conforme foi colocado. As reduções
1050 aplicadas para o orçamento de 2014 parecem estar alinhadas à manutenção

1051 do valor real do orçamento de 2010, como a execução orçamentária média das
1052 Unidades da USP, ao longo dos últimos anos. Sendo assim, acho que esse é
1053 um indicador importante para balizar nossa reflexão e votação, na data de hoje.
1054 Nesse sentido, são feitas uma série de sugestões e é destacada a questão do
1055 tratamento linear, como já foi, inclusive, colocado pelo Prof. Sigismundo. Em
1056 termos de política orçamentária, por mais interessante que possa ser esse
1057 tratamento linear e homogêneo dado a todas as Unidades da USP, sabe-se,
1058 claramente, que os contextos que permeiam a Universidade são totalmente
1059 distintos. No caso da ESALQ e, certamente, de outras unidades da USP,
1060 coincidentemente já ilustrado pelo Prof. Sigismundo, é extremamente elevada a
1061 dependência que se tem de recursos relacionados à viabilização do apoio às
1062 viagens didáticas, atividades de campo e à manutenção de animais de
1063 pesquisa, ou seja, o tratamento diferenciado poderá ser um exercício
1064 importante para balizar as diretrizes orçamentárias que venham a ser
1065 colocadas. Por isso, acreditamos que esses são exemplos de reflexão de
1066 exercícios essenciais para uma transparência ainda maior das peças
1067 orçamentárias que venham balizar as tomadas de decisões na Universidade de
1068 São Paulo.” **Cons José Roberto Cardoso**: “Vejo que esse orçamento retrata
1069 bem o cenário financeiro que estamos passando e entendo que os sacrifícios
1070 estão equilibrados, todos vão ter que apertar seus cintos. Fiquei muito satisfeito
1071 em verificar que programas relevantes foram preservados, sobretudo as
1072 políticas de permanência estudantil, manutenção de animais e apoios às
1073 viagens didáticas. Sou favorável à aprovação desse orçamento como está e
1074 fico muito satisfeito em saber da prática do orçamento participativo e da
1075 transparência, que tanto foi buscada por nós nos últimos anos.” **Cons. Filipe**
1076 **Gabriel Soares Pereira Rodrigues**: “Serei bem rápido, trata-se de fazer uma
1077 observação ou tirar algumas dúvidas relacionadas com a questão da moradia.
1078 Observei que houve um aumento de 2% em relação ao Orçamento de
1079 2012/2013 e isso me agradou, pois é um aumento que estamos precisando e
1080 vamos precisar, tendo em vista as notícias dadas pelo Pró-reitor de Graduação,
1081 Prof. Hernandez, sobre a entrada de alunos de escolas públicas. Isso leva a
1082 crer que medidas de permanência estudantil será algo extremamente
1083 importante e prioritário. Em relação à questão da moradia, pergunto qual a
1084 porcentagem do valor desse orçamento será destinado à construção de novos
1085 prédios de moradia, porque vejo que a USP tem um peso muito grande em
1086 relação a bolsa, auxílio moradia, mas, muitas vezes, seria mais importante
1087 aumentar a construção de prédios de moradias, como forma de reduzir gastos.
1088 Não sei se teve algum estudo em relação a isso dentro da Comissão.” **M.**
1089 **Reitor**: “É possível - e estudos podem mostrar isso - que a construção de
1090 moradias talvez redunde em economia, no entanto, a construção demora e
1091 estamos falando de orçamento para atender o aumento de alunos previstos
1092 para este ano. Temos que nos preocupar com aquilo que é possível fazer neste
1093 momento. Outra coisa é o planejamento feito a prazo um pouco maior e que
1094 poderá ser reestudado, mas, neste momento, precisamos de recursos
1095 disponíveis para atender estudantes que estão chegando agora na
1096 Universidade, que se matricularam e que dia 17 começaram os seus estudos.
1097 Esse é o objetivo principal, não só de ter poupado, como aumentado os
1098 recursos para essa alínea neste momento.” **Consª. Lisete Regina Gomes**
1099 **Arelaro**: “Vamos aprovar o Orçamento hoje, porque não tivemos essa sessão
1100 realizada no ano passado, mas gostaria que essa sessão fosse diferente. Não

1101 pode ser igual, vou insistir, há muitas coisas do ponto de vista financeiro que
1102 esse Conselho Universitário desconhece. Com todo respeito ao Prof.
1103 Sigismundo, que está assumindo esse ônus histórico, acho que a COP é uma
1104 Comissão que chama para si, exageradamente, responsabilidades que têm
1105 que ser coletivas. Gostaria de saber uma série de coisas, pois estou nesse
1106 Conselho há pelo menos 10 anos, com várias representações e têm muitas
1107 coisas que não sei, por isso, vou começar com uma delas. Li todas as Atas dos
1108 últimos dois anos e meio e, em nenhum momento, este Conselho Universitário
1109 aprovou gastos para Pessoal no valor de 96%, 97% ou 99%. Não aprovamos,
1110 ao contrário, vou lembrar que quando o DRH propôs e chamou os diretores
1111 para uma reunião - vou mencionar o Prof. Joel, porque era obrigação dele -,
1112 esta discussão foi feita sobre o que significaria aquela proposta de
1113 reorganização da carreira dos servidores, a qual aprovamos e com isso
1114 saímos, como o Prof. Engler pode confirmar, de históricos 79% de gasto com
1115 Pessoal para 80%, o que era muito razoável. Desconheço e a COP não nos
1116 alertou que estávamos indo para 99%. O mesmo deve ser dito para a carreira
1117 dos professores. Acho isso um absurdo e uma irresponsabilidade e,
1118 logicamente, tenho que propor o seguinte: que seja adiada a carreira dos
1119 professores que, aliás, deveríamos ter avaliado em setembro do ano passado,
1120 se a carreira proposta era de fato o que queríamos e se ela estava dando certo
1121 ou não, e não o fizemos. Então, esta situação é delicada. Quero lembrar que
1122 aprovamos, por unanimidade - como o Cons. Alexandre Pariol há de lembrar -
1123 a reorganização da carreira dos servidores, exatamente dizendo que isso
1124 significaria, no final da sua aplicação, 86%. Dessa forma, estou surpresa de
1125 saber que se passou para 100%, sem nenhuma outra discussão. Quero
1126 lembrar o que alguns colegas já disseram, na última reunião, que com relação
1127 à carreira dos professores, o que está baixo é o salário inicial de Professor
1128 Doutor, o qual, se continuar assim, em breve não vamos conseguir trazer
1129 professores novos para a Universidade e eu me preocupo muito com isso.
1130 Precisamos e vou propor, já que vocês falaram tanto em transparência, que de
1131 três em três meses, ou seja, em maio, agosto e novembro seja discutido, no
1132 Conselho Universitário, os recursos da Universidade, para podemos, inclusive,
1133 não só acompanhar, mas repriorizar. Os cortes terão que ser feitos, porque não
1134 temos verbas. Lembro a vocês, ainda, que quando se perguntava sobre
1135 reserva, fazia-se uma brincadeira dizendo que ela 'era um segredo que nem o
1136 marido contava para mulher', pois todo ano se perguntava qual era a reserva,
1137 mas nunca se recebia essa informação, nem no orçamento, porque a reserva
1138 era o dinheiro secreto do Reitor. Por isso, cumprimento a nova Comissão por
1139 trazer a reserva ao conhecimento de todos. Fico pasma, também, de saber que
1140 foi gasto todo o fundo, o que só fiquei sabendo agora, mas eu não autorizei
1141 gastar, até porque, tenho outras prioridades. E por esse motivo, quero mais
1142 transparência. Gostaria de saber a relação de obras e onde estamos, pois mais
1143 uma vez fui surpreendida em saber que estamos construindo 6 centros de
1144 convenções. Quero defender o de São Paulo, pois temos 900 mil pessoas e
1145 não temos nenhum lugar para receber 3 mil pessoas; é uma vergonha. Além
1146 disso, quando vamos emprestar um auditório temos que pagar. Depois, fiquei
1147 sabendo que tínhamos comprado dois terrenos, um na Av. Paulista e o outro na
1148 Rua Consolação e pergunto: quem e por que decidiu isso? Não consigo
1149 entender alguém da USP comprando um terreninho na Avenida Paulista, não
1150 entendo, pois temos os ônus. Assim, gostaria de saber obra por obra, por dever

1151 de responsabilidade conjunta, porque sou uma das tais Unidades, 'a tal dos
1152 pobres' e hoje, por incrível que pareça - se me permite - a FFLCH conseguiu
1153 estar um pouco melhor do que a Faculdade de Educação. Estamos caindo aos
1154 pedaços, temos três professores por sala de um metro por um, ou melhor, dois
1155 metros por um. Qual Unidade da USP tem essa condição de trabalho para os
1156 seus professores? Não podemos hoje receber um professor estrangeiro e, se
1157 recebemos, ele tem que sentar na minha mesa. Quero fazer duas solicitações.
1158 Primeiro, que comecemos a trabalhar com atas de registro de preços - e para
1159 isso o Sr. Peter é o homem certo -, precisamos fazer um esforço para adotar
1160 isso na Universidade de São Paulo, pois qualquer prefeitura trabalha com ata
1161 de registros de preços, isso facilita muitíssimo, mas nunca é adotado. Vou
1162 pedir, também, que se faça um corte no orçamento dos órgãos de apoio, pelo
1163 menos para serem solidários ao grande corte feito nas Unidades, que é de
1164 28,53%. Que o corte da CODAGE, do Gabinete do Reitor e das Pró-reitorias
1165 seja de 35% ou de 32%. É uma igualdade de cortes que acho necessária e
1166 precisamos adiar as promoções, redistribuir funcionários. Hoje há uma
1167 desproporção de 2700 funcionários contra 400 professores, portanto,
1168 precisamos priorizar a reposição de professores que estão se aposentando ou
1169 morrendo, para repormos o quadro, mesmo que haja a necessidade de
1170 mudarmos a nossa forma de trabalho. Por último, gostaria de propor, pois já faz
1171 alguns anos que sabemos, por meio de estudos paralelos, que 9,7% do ICMS
1172 já não era mais suficiente para o conjunto das necessidades das três
1173 universidades, considerando, também, o Centro Paula Sousa. Acho que esse é
1174 um estudo que poderíamos ir fazendo de forma solidária com as Universidades
1175 coirmãs e com o Centro Paula Souza, no sentido de apoiarmos uma
1176 reivindicação que a ADUSP já apresentou, historicamente, de que hoje
1177 precisaríamos de 11,5% do ICMS para que, de fato, possamos dar conta desse
1178 conjunto de despesas das três Universidades." **M. Reitor:** "Vou passar algumas
1179 informações e fazer alguns comentários, rapidamente. Primeiro, a visão
1180 periódica do orçamento será feita e três vezes por ano é uma periodicidade
1181 bastante razoável, portanto será feita. Segundo, a questão das movimentações
1182 das carreiras, tanto docente quanto dos funcionários, serão objeto,
1183 provavelmente, da próxima reunião do Conselho Universitário, porque temos
1184 questões pendentes que precisam ser resolvidas e, como dissemos, serão
1185 resolvidas coletivamente. Devo dizer, no entanto, ou lembrar o que disse no
1186 início, que toda questão da carreira docente, inclusive a questão do regime de
1187 trabalho, avaliação, métodos etc., tudo isso será objeto de um grupo de
1188 trabalho, que deverá se estender por alguns meses, mas estas movimentações
1189 previstas terão que ser tratadas aqui, porque foram daqui que se originaram.
1190 Quanto aos terrenos, vamos providenciar o que for possível, com relação a
1191 eles, mas devo dizer que entre os R\$ 460 milhões de obras previstos naquele
1192 orçamento inicial e foram suspensas, estava a construção de um prédio de 16
1193 andares no terreno da rua da Consolação. Finalmente, quanto à cota-parte e a
1194 destinação de recursos às universidades, é óbvio que precisamos discutir isso.
1195 Amanhã haverá uma reunião com os dois Reitores das duas outras
1196 Universidades, porque pretendemos atuar conjuntamente em tudo que diz
1197 respeito ao Ensino Superior no Estado de São Paulo. Precisamos recompor
1198 esta noção de um grupo que trabalha pelo Ensino Superior no Estado de São
1199 Paulo e não apenas cada um tratando dos interesses da sua Universidade.
1200 Mas, devo lembrar que o ambiente, certamente, não é favorável para tratar

1201 disso nesse momento, por dois motivos: primeiro, por causa da queda de
1202 arrecadação ou pelo menos do crescimento do PIB que nunca atende às
1203 expectativas. Já faz alguns anos que o ICMS não obedece aos economistas,
1204 eles dizem que vai crescer um tanto e ele cresce menos e o PIB também não
1205 obedece ao Ministro da Fazenda, ele manda crescer 2% e o PIB cresce 1,8%,
1206 1,7%. Segundo, não tenho a impressão que estamos, agora, com máximo da
1207 nossa autoridade para discutir essa questão, pois primeiro devemos arrumar a
1208 casa para, depois, irmos pedir mais dinheiro, porque corremos o risco de
1209 perdemos até o que temos. Diria que a visão externa que existe com relação à
1210 Universidade não é a mais favorável possível. É momento de arrarmos
1211 primeiro a nossa casa para depois irmos conversar sobre isso.” **Cons. Carlos**
1212 **Alberto Ferreira Martins**: “Na primeira reunião realizada com os diretores,
1213 onde foram apresentados os primeiros números levantados pela Comissão de
1214 Transição, fiz uma manifestação no sentido de que em meu entendimento,
1215 naquele momento, cortes lineares eram injustos, porque reproduzem e
1216 ampliam situações de desigualdade, seja na dotação orçamentária, seja no
1217 plano de obras. Fiz, também, a observação de que estava absolutamente
1218 convencido que a possibilidade de enfrentamento da difícil situação que vive a
1219 Universidade e o apelo necessário à medida de austeridade, pelo conjunto da
1220 comunidade universitária, tem como contrapartida inescapável a maior
1221 transparência possível. O orçamento que ora nos é apresentado reforça essas
1222 minhas convicções, que mesmo como leigo, mas como diretor de unidade que
1223 é obrigado a pensar como levar adiante suas tarefas fundamentais, esse
1224 orçamento mostra incorreções, injustiças ou inconsistência de dados. Vou dar
1225 apenas um exemplo, todos nós recebemos, por meio eletrônico, a tabela ‘C’
1226 que consta na página 11, a qual estabelece, basicamente, uma relação entre
1227 duas colunas fundamentais, ou seja, de interesse fundamental para os
1228 diretores de unidades: a coluna de ‘Dotação Básica’ e a de ‘Utilidade pública’.
1229 Chamou-me imediatamente a atenção o fato de não haver nenhuma correlação
1230 entre as duas colunas, quando há alguma correlação, ressalvada diferenças
1231 estruturais, que obviamente deve haver. Na tabela que recebemos inicialmente,
1232 corrigida, por uma tabela que nos foi distribuída hoje, podemos verificar a
1233 existência de unidades em que ‘utilidade pública’, ou seja, água, luz, telefone,
1234 equivalia a 292% da ‘Dotação Básica’, quase três vezes o orçamento, enquanto
1235 que na outra ponta, tínhamos unidades com 1,5% do seu orçamento. De fato,
1236 houve uma correção - e agradeço essa correção ao Cons. Sigismundo, à COP
1237 e à CODAGE – e recebemos uma errata em que essa disparidade baixa para
1238 apenas 99%, no caso de uma unidade e 1,4% do caso de outra. É evidente que
1239 esses dados são inconsistentes e é inescapável a conclusão de que o binômio
1240 da série histórica, mais o corte linear corre risco fortíssimo de reproduzir
1241 desigualdade, de aprofundar a falta de isonomia, por pura e simplesmente
1242 trabalhar com dados inconsistentes. Vou votar favoravelmente à proposta de
1243 orçamento apresentada, mesmo com todos esses problemas, porque entendo
1244 que não houve tempo para reconstruir um processo de orçamento, porque é
1245 isso que a Universidade precisa: reconstruir um processo de elaboração
1246 orçamentária. Vou votar favorável, também, porque considero que a atual
1247 gestão da Universidade merece um voto de confiança. O meu voto será um
1248 voto de confiança em que a Reitoria e toda sua equipe iniciarão uma revisão de
1249 medidas iniciais, tratando de forma igual aquele que é igual, e tratando de
1250 forma desigual o que é desigual, porque esse é o verdadeiro sentido da

1251 isonomia. Um voto de confiança de que essa gestão inaugurará o que o Prof.
1252 Sigismundo já nos aponta nesse sentido, a proposta da Cons.^a Lisete avança
1253 nesse sentido e acho que é preciso avançar ainda mais. É preciso que, de fato,
1254 o processo de elaboração das diretrizes orçamentárias, inicialmente e do
1255 orçamento, em seguida, seja um processo compartilhado com as Unidades.
1256 Isto significa capacitação dos diretores enquanto gestores e das nossas
1257 equipes, para, efetivamente, conseguir contribuir com esse processo de
1258 elaboração. Por fim, um voto de confiança em que a Reitoria compreenderá
1259 que a transparência será necessária e imprescindível, pois não é apenas
1260 adequado e necessário o esclarecimento da situação atual das finanças da
1261 Universidade, mas, também, o esclarecimento de como e por que chegamos a
1262 essa situação; sobretudo, para construirmos um sistema de contrapesos, para
1263 que isto não volte a se repetir, para que a Universidade não volte a vivenciar
1264 este nível de irresponsabilidade no trato do dinheiro público.” **M. Reitor:** “Tenho
1265 impressão que ficou evidente, desde a manifestação da COP, depois, da
1266 manifestação da Cons.^a Lisete e da clara concordância do Reitor, que
1267 caminhamos para um novo processo de elaboração orçamentária que terá que
1268 ser construído coletivamente. Não é fácil construir um processo desse, porque
1269 não temos experiência com isso, de forma que vamos precisar, obviamente,
1270 das sugestões e encaminhamentos de todos.” **Cons. Giovanni Guido Cerri:**
1271 “Quero dizer que levamos as informações à comunidade da Faculdade de
1272 Medicina da USP e apoiamos, integralmente, as medidas de austeridade da
1273 Universidade. Acho que a Universidade tem que dar exemplo de boa gestão.
1274 Temos que aproveitar essa experiência, pois o que assistimos aqui foi um
1275 desastre da condução orçamentária nesses últimos dois anos. Realmente,
1276 temos que aprimorar e desenvolver mecanismos para que isso não possa
1277 ocorrer no futuro, uma vez que o ocorrido coloca em risco muitos dos
1278 programas que dão qualidade à Universidade. O pior é que o que ocorreu põe
1279 em cheque a credibilidade da Universidade diante da sociedade que, afinal de
1280 contas, nos financia. Por isso que é urgente estabelecer metas de orçamento
1281 que estabeleçam reservas necessárias e comprometimento com folha, para
1282 mostrar que a USP reage com energia, determinação e seriedade. O Conselho
1283 Universitário tem que ser corresponsável, em todas essas ações, ele tem que
1284 aprovar, pois não pode se omitir de qualquer decisão desse porte. Temos que
1285 aprender com essa lição e a USP tem que sair fortalecida. Queria colocar uma
1286 dúvida, uma questão que é a seguinte: existem obras já licitadas e contratadas,
1287 evidentemente, as que não foram contratadas não são parte do problema, e
1288 algumas dessas obras licitadas e contratadas estão relacionadas com
1289 importação de equipamentos, verbas da FAPESP e que necessitam de uma
1290 solução de curto prazo. Portanto, questiono como ficam essas obras já
1291 contratadas que estão relacionadas com os projetos e equipamentos
1292 importados e que podem, também, de certa forma, comprometer toda a
1293 responsabilidade da USP nesse tipo de projetos.” **M. Reitor:** “No que se refere
1294 às obras, tomamos como saída a decisão de suspender tudo o que estava em
1295 andamento, isto é, os processos para abrir licitação, licitação em andamento,
1296 licitação que já tinha terminado, mas os envelopes não tinham sido abertos, em
1297 todas essas situações os processos foram suspensos. Isso corresponde
1298 àqueles R\$ 460 milhões, mas não quer dizer que não vão ser realizadas as
1299 obras, mas que precisamos de um tempo agora, um fôlego para revermos. As
1300 que estão em andamentos cai em uma outra categoria, sabemos que obra em

1301 andamento, às vezes, fica mais cara parar do que terminar. Nesses casos, elas
1302 precisarão de uma análise caso a caso, mas dei um exemplo de uma que
1303 estava iniciando, já estava em andamento, que é a da rua Consolação.
1304 Mandamos suspender, porque estava nas fundações e, portanto, ela foi
1305 suspensa. Agora, vamos rever caso a caso, certamente, a situação em que a
1306 obra terá que seguir ir em frente.” **Cons. Alexandre Pariol Filho:** “Gosto muito
1307 de falar em parábolas, de forma que eu mesmo possa entender melhor o
1308 processo. Estou casado há trinta anos e converso bastante, dentro da minha
1309 casa, com meus dois filhos e minha esposa sobre orçamento e temos sempre
1310 uma grande data, que é a virada de cada ano, na qual planejamos para
1311 construir nossa vida. Acho que isso é comum entre a maioria das pessoas. Se
1312 tivesse, na virada de 2012 para 2013, apresentado um orçamento para minha
1313 casa, com todas as previsões e voltasse, no ano seguinte, com a remarcação
1314 da data da apresentação de um novo orçamento e tivesse dito para minha
1315 esposa que, na construção de nosso orçamento, deixamos de fazer inúmeros
1316 itens que estavam previstos, mas apresentamos um gasto de 120% do que
1317 ganhamos, certamente receberia, imediatamente, o divórcio da minha esposa
1318 e, mais ainda, nenhum dos meus dois filhos, nem mesmo minha filha, falaria
1319 para a mãe perdoar o pai. Trazendo isso para o dia a dia da nossa
1320 Universidade, a Cons.^a Lisete tem toda razão com relação a alguns
1321 questionamentos que fiz no Conselho Universitário anterior. Estou muito
1322 tranquilo em relação a isso, porque não vou assumir - e nem meus
1323 companheiros estudantes - os ônus dessa irresponsabilidade no gasto público
1324 orçamentário. Não é minha palavra, mas foi o Professor que disse. Não vou
1325 assumir ônus, assim como, nenhum funcionário dessa Universidade deverá
1326 assumir os ônus da irresponsabilidade desse Conselho com relação aos gastos
1327 públicos. Primeiro, porque faço parte de uma categoria que tem apenas três
1328 assentos nesse enorme Conselho Universitário; segundo, porque tivemos
1329 apenas duas ou três reuniões do Conselho Universitário, sendo que a maioria
1330 das decisões tomadas na Universidade foram em reunião de Diretores, da qual,
1331 inclusive, os representantes das Congregações não participaram. Sabemos
1332 que erros foram cometidos e vamos apontar alguns desses erros. O primeiro
1333 refere-se à questão da transparência e sempre cobro transparência, inclusive,
1334 a Cons.^a Dulce Helena estava colocando uma proposta que era a seguinte:
1335 depois da aprovação das nossas Atas, que elas sejam publicas. Qual o nosso
1336 medo em relação a isso? A própria Assembleia Legislativa e outros órgãos
1337 semelhantes, estaduais e federais, publicam suas atas, por que não podemos
1338 publicar as nossas também? Vamos publicar nossas Atas aprovadas, para que
1339 a sociedade possa ter o controle daquilo que está sendo discutindo no Co.” O
1340 Senhor Secretário Geral interrompe para esclarecer que o Magnífico Reitor já
1341 determinou que as atas sejam publicadas e serão. **Cons. Alexandre Pariol**
1342 **Filho:** “Segundo, o orçamento público da Universidade tem que ser público.
1343 Terceiro, temos que saber com que trabalhamos e o que temos, precisamos
1344 saber tudo sobre o orçamento. Estou absolutamente surpreso, porque o que foi
1345 apresentado no final do ano, não nos apresentava um déficit de R\$ 1 bilhão. Se
1346 tivéssemos ideia desse déficit, logicamente, não teríamos aprovado o
1347 orçamento. Em relação à Faculdade de Direito, sinto muito, porque não
1348 conseguiremos sobreviver mais um ano da forma como estamos sobrevivendo.
1349 Se não sabem, Senhores, o nosso prédio anexo, Claudio Lembo foi,
1350 literalmente, lacrado por problemas estruturais. Todos os seus funcionários

1351 foram removidos para ocupar alas que poderiam e deveriam ser destinadas ao
1352 ambiente acadêmico. Para os Senhores terem uma ideia, o Setor de Compras
1353 está sendo colocado em um grande auditório tecnologicamente avançado, que
1354 é o Auditório Arcadas, em meios às cadeiras. Precisamos saber quais são os
1355 recursos reais, pois tenho medo de nossa Universidade ser responsável por
1356 mais elefantes brancos, mais prédios públicos sem utilização. Tenho um medo
1357 muito grande e por uma razão muito simples: os Senhores, Professores,
1358 certamente, não sofrerão o tratamento que foi dado, por exemplo, a alguns
1359 servidores dessa Universidade, dizendo que ‘não importa a vida pessoal de
1360 vocês, vão lá para Santo Amaro, fiquem uma semana lá trabalhando e depois
1361 voltem’. Foi um rodízio absolutamente irresponsável. Quero dizer que os
1362 Senhores, neste Plenário, foram responsáveis pelo que foi feito nesta
1363 Universidade durante o ano passado, porque não tiveram apenas duas mãos,
1364 tiveram muitas mãos e, desculpe-me, mas parte delas estão aqui, hoje,
1365 sentadas nesse Conselho Universitário.” **Cons. Oswaldo Baffa Filho:** “Esta é a
1366 minha primeira apresentação no Conselho Universitário e gostaria de mudar
1367 um pouco o tom das intervenções que foram feitas, lembrando que crises
1368 acontecem. Há exatos quatorze anos, eu era diretor e fazia parte deste
1369 Conselho, quando vivenciei uma crise financeira devida a um efeito
1370 absolutamente externo à Universidade. Na época se redigia uma nova lei da
1371 previdência e houve uma corrida às aposentadorias, o que produziu o mesmo
1372 estresse financeiro que temos agora sobre a folha de pagamento. Naquele
1373 momento, tínhamos também um outro efeito, que eram os precatórios, a USP
1374 tinha um número enorme de precatórios e o Reitor, à época, o Professor
1375 Jacques Marcovitch, tratou de equacionar o problema e vivenciamos uma
1376 situação como esta. Necessitou-se fazer ajustes e, hoje, refletindo sobre este
1377 tempo, posso dizer que não foi um tempo ruim, porque foi justamente durante
1378 esta época que a Universidade passou a se debruçar sobre questões que
1379 tinham, de alguma maneira, sido um pouco relegadas, como a questão da
1380 eficiência, de se fazer mais com menos recursos, e é possível se fazer isso.
1381 Pensou-se muito nas demandas sociais que existiam naquela época e essas
1382 demandas diziam respeito ao aumento de vagas, à criação de vagas no
1383 período noturno, que a USP não atendia aos preceitos legais e, obviamente,
1384 levar a USP para outras áreas, como foi o caso da USP-Leste. Nestes dois
1385 anos de ajuste que tivemos, essas discussões foram feitas e foi este
1386 fundamento, este substrato, que possibilitou que a USP seguisse adiante com
1387 as suas propostas. Hoje, entendo que as nossas demandas são outras. Nós já
1388 expandimos o número de vagas e precisamos pensar novamente nos meios.
1389 Como fazer mais com menos? Ao meu modo de ver, trata-se mesmo de uma
1390 crise. Não estou aqui para julgar, não participava do Conselho Universitário até
1391 a última reunião, mas entendo que temos que resolvê-la. Não adianta ficarmos
1392 procurando culpados, todos, de alguma maneira, estavam presentes e vamos
1393 sair desta crise, como saímos de outras, melhor do que entramos. Muito
1394 obrigado.” **Cons. Carlos Gilberto Carlotti Júnior:** “Inicialmente queria dizer
1395 que compartilho as duas visões do Magnífico Reitor em relação ao nosso poder
1396 de superação deste momento econômico e também a necessidade de
1397 rapidamente mudarmos o foco para questões acadêmicas e não para questões
1398 financeiras. Fiz algumas apresentações em minha Unidade, em relação
1399 àqueles primeiros valores que tínhamos e percebi que a comunidade – refiro-
1400 me aos chefes de departamento – aceitou, inicialmente, com certa naturalidade

1401 e tranquilidade estes valores, exceto pela questão de reposição de pessoal,
1402 esta não foi recebida com tanta naturalidade assim; tanto a reposição docente
1403 como não docente. Temos um curso novo começando este ano, com um
1404 pedido de quatro docentes, mas é a primeira vez que analiso o Orçamento da
1405 USP, minha primeira reunião sobre orçamento, talvez por isso tenha algumas
1406 questões simples, que talvez o Professor Sigismundo pudesse esclarecer em
1407 relação à tabela 'A' – Comparação entre a distribuição geral dos recursos do
1408 Tesouro do Estado nos exercícios de 2013 e 2014. Nesta, existem alguns
1409 valores de 'Pessoal' que são inferiores aos apresentados pelo Professor.
1410 Mesmo a porcentagem do comprometimento de 2013, fala em 88%, na parte
1411 superior, 92%. Este valor era o planejado no começo de 2013 ou foi o valor
1412 realmente executado em 2013? Porque o interessante seria compararmos o
1413 valor realmente executado em 2013 com a proposta de 2014. Pois neste ponto,
1414 fiquei com a impressão de que estaríamos aumentando para 99% o
1415 comprometimento da folha e em 2013 estava 88%, mas precisaria ficar claro
1416 nesses documentos que o comprometimento já está em 100%, que não somos
1417 nós que estamos aumentando para 99%. Temos algumas outras frases ditas
1418 pelo Professor Sigismundo, principalmente na apresentação, como a exemplo:
1419 'preservar a folha' e 'reserva de reajuste a ser realizado pelo CRUESP', desta
1420 forma, pergunto qual é a ideia em relação à política salarial da Universidade e
1421 também em relação aos servidores e docentes. Em outras palavras, qual é a
1422 expectativa do que acontecerá? O que realmente significa preservar a folha?
1423 Significa preservá-la nos valores nominais e não repor inflação? O que
1424 realmente significa 'preservar a folha' e 'reserva de reajuste'? Outra dúvida que
1425 tenho, diz respeito à diminuição de 75% da Superintendência de Espaço Físico
1426 da USP. Como serão destinados estes 20%? Se não me engano, a SEF tem
1427 R\$ 500 milhões, então estamos falando de algo em torno de mais de R\$ 100
1428 milhões, aproximadamente. Como vai ser essa definição da liberação dos
1429 valores da SEF, em relação aos Núcleos de Apoio à Pesquisa? Na
1430 apresentação falou-se em liberar um terço para os NAPs. Nos outros itens
1431 coloca-se liberação no segundo semestre ou no ano seguinte, nos NAPs
1432 parou-se em um terço. Isso significa que os outros dois terços serão repostos
1433 no futuro ou que vão deixar de existir? Outra dúvida que tenho também é com
1434 relação ao destino desses dois mil e quinhentos funcionários. Tenho escutado
1435 em conversas paralelas que todos estão na Reitoria. Verifiquei em minha
1436 Unidade e, nos últimos quatro anos, contratamos onze novos funcionários,
1437 mais ou menos a maioria de projetos NAPs com PROCONTES. Então onde
1438 estão esses dois mil e quinhentos funcionários? Represento uma Unidade com
1439 média de dez contratações e se somos cerca de cinquenta Unidades, então
1440 representamos cerca de quinhentas contratações. Os outros dois mil, será que
1441 estão inteiramente na Reitoria? Em relação às liberações da proposta da COP,
1442 não sei se o Reitor aceitará ou não a sugestão presente no final da
1443 apresentação realizada pelo Professor Sigismundo, não me pareceu claro se já
1444 existe um acordo com o Reitor ou se era só sugestão da COP. Achei muito
1445 pesada a liberação do saldo orçamentário, no caso da receita própria, será
1446 liberado primeiramente um terço, depois mais um terço e por fim mais um
1447 terço; uma parcela agora, outra no segundo semestre e a última no primeiro
1448 semestre do ano que vem. Quanto ao saldo orçamentário, já foi 6% e está
1449 sendo proposto mais 6%, agora os 88% vão ficar contingenciados ainda?
1450 Fiquei com dúvida neste sentido. Como sugestão - é claro, não possuo todos

1451 os dados - acho que o comprometimento, tanto da imagem da Universidade
1452 quanto às dificuldades que os diretores terão, tanto para executar o orçamento
1453 este ano, não sei se é interessante um contingenciamento tão grande como
1454 está sendo proposto, têm-se R\$ 800 milhões contingenciados das Unidades, se
1455 obtivermos um lucro de 10%, segurando este dinheiro, teremos R\$ 80 milhões
1456 e não será esse valor que irá nos colocar em melhor ou pior situação. De forma
1457 que não sei se é válido fazer uma liberação do contingenciamento para não
1458 comprometermos a imagem externa da USP e a dificuldade de gestão, mas
1459 concordo que daqui para frente, se diminuir em dois terços, acho que é
1460 possível administrar, é uma questão política que o Reitor deverá contemplar. A
1461 última sugestão - e a fiz quando o Reitor esteve em Ribeirão - é que os
1462 diretores e, talvez, a sua equipe financeira, pudesse ter em São Paulo um
1463 escritório que pudessemos discutir com pessoas ligadas à Reitoria, para
1464 apresentarmos problemas individuais de cada Unidade, não contando com uma
1465 solução uniforme para toda a USP. Acho que, desta forma, a Reitoria poderia
1466 ter um posicionamento para cada problema individual e poderia ter soluções,
1467 diretrizes gerais, mas aceitando as diferenças das nossas unidades.” **M.**
1468 **Reitor:** “Antes de passar ao Professor Sigismundo para ele responder a uma
1469 série de questões que temos, gostaria de esclarecer que reajuste é algo que
1470 terá que ser negociado e para isto já começamos os contatos com os dois
1471 outros Reitores das Universidades paulistas e, certamente, este será um
1472 assunto de agora em diante. Toda a questão financeira das Universidades
1473 tratada em conjunto com os outros Reitores do CRUESP, porque a experiência
1474 de voo solo não parece que foi bem sucedida. Quanto à questão da
1475 uniformidade de tratamento que o Conselheiro e numerosos outros apontaram,
1476 não há dúvida, a Universidade não pode ser tratada uniformemente em nada,
1477 em nenhum dos seus aspectos. No entanto, volto a insistir que o que fizemos
1478 nesse momento foi parar uma situação que nos levaria a uma conjunção
1479 desastrosa. De fato, precisaremos de semanas, meses, para reajustar o
1480 cenário, reconhecendo as dificuldades e as especificidades de cada uma das
1481 nossas Unidades. Seria muito prejudicial para a USP se tratássemos todas as
1482 Unidades de igual modo, porque temos muita diversidade e isto precisa ser
1483 considerado. Temos dificuldades na Faculdade de Direito, conheço a situação
1484 dos prédios, sei que precisa de uma atenção especial. Temos o Museu
1485 Paulista, que está fechado, sem perspectiva nem dos recursos para fazermos
1486 as reformas. Temos a EACH, que está fechada e os nossos alunos não podem
1487 entrar. Temos uma série de prioridades e temos que estabelecê-las. Agora, o
1488 primeiro passo era estancar a sangria e agora vamos recompondo lentamente
1489 os gastos na medida das prioridades. Era isso que precisava dizer,
1490 especificamente ao que o Professor Carlotti sugeriu. Quanto aos funcionários
1491 contratados, vamos descobrir onde eles estão, mas uma coisa que teremos
1492 que nos acostumar de agora em diante, é que teremos que nos redistribuir,
1493 reorganizar e reordenar, isto vai ao encontro com a reforma administrativa que
1494 temos que fazer, refere-se muito bem com o que, por exemplo, o Professor
1495 Krieger disse, no sentido de que precisamos ter atendimento e suporte aos
1496 docentes, para que eles não tenham que fazer o serviço burocrático e possam
1497 se dedicar às suas atividades e para fazer isso em cada uma das unidades,
1498 temos que redistribuir servidores. É nessa direção que caminharemos. Quanto
1499 às demais dúvidas, passo ao Professor Sigismundo.” **Cons. Sigismundo**
1500 **Bialoskorski Neto:** “Gostaria de fazer algumas observações, tendo em vista

1501 uma série de pontos levantados. Quero dizer-lhes que estou refletindo sobre
1502 como proceder, uma vez que as observações foram ótimas e muito bem
1503 colocadas. Começarei pelas observações do Cons. Carlotti, a orçamentação na
1504 Universidade de São Paulo sempre comparou o orçamento de um ano com o
1505 orçamento proposto para o novo ano, e por causa disso é que temos este item.
1506 O ideal seria que estivéssemos comparando o orçamento executado de um
1507 ano com o orçamento proposto para outro ano, isto nos dá uma dimensão dos
1508 ajustes de gestão pública que temos que fazer dentro da Universidade de São
1509 Paulo, não somente nos órgãos centrais e na administração centralizada, como
1510 também em nível dos órgãos de apoio das Unidades, e assim por diante. Para
1511 exemplificar e, talvez tentar responder um pouco daquilo que o Professor José
1512 Campos indagou, sem dúvida nenhuma, isto foi corrigido de ontem para hoje e
1513 se temos ideia de uma série de problemas orçamentários e de estimação,
1514 posso inclusive contar-lhe, em outra ocasião, alguns deles. Necessariamente,
1515 terá que ser revisto, ontem conversamos sobre isto e vamos rever o panorama,
1516 o esforço da CODAGE hoje é na revisão desse orçamento e, na realidade,
1517 temos um problema de gestão pública e de governança. Não só de como é
1518 feito e elaborado o orçamento, como também de como é executado. Gostaria
1519 de dar mais um exemplo: na FEARP, criamos uma assessoria de planejamento
1520 de controle e estamos criando uma área de controladoria. O Diretor da FEARP
1521 abre um sistema e sabe em que data foi gasto, o que foi gasto, quem
1522 determinou o gasto e qual foi a forma do gasto, se é licitação, etc. Existe um
1523 sistema semelhante para a produtividade de professores e outro sistema
1524 semelhante que avalia o desempenho dos alunos. Não só isso é importante a
1525 nível das Unidades, para que o próprio diretor tenha ciência do detalhamento
1526 dos seus gastos de uma área de controladoria própria, como isto, sem duvida
1527 alguma, é essencial na gestão pública e essencial na Universidade de São
1528 Paulo. Talvez, se conseguirmos avançar nessa discussão, a Universidade, sem
1529 duvida nenhuma, avançará no sentido de gestão, porque, pelo que conheço,
1530 mesmo as esferas de governo federal, estadual e uma série de municípios, não
1531 possuem estes sistemas de gestão. Nós temos um manual de gestão
1532 financeira nas Unidades – tentarei trazer uma cópia oportunamente – portanto
1533 precisamos avançar na modernização da gestão pública. Em determinado
1534 momento é normal que se tenha algumas opiniões diferentes sobre a co-
1535 responsabilização do próprio Conselho Universitário nessa adição, mas na
1536 realidade, este é reflexo de uma administração pública antiga. Uma
1537 administração pública que, apesar de possuir pessoas profissionais e
1538 ‘supereficientes’, é ainda uma administração pública ineficiente, que vemos
1539 como exemplo, não só nos órgãos centrais como também nas Unidades e,
1540 portanto, há problemas, sem dúvida alguma. Tenho conversado, isso em
1541 particular, com uma série de pessoas e posso adiantar que essa é uma das
1542 preocupações básicas atualmente da CODAGE. Tenho plena convicção de que
1543 nessa trajetória aprenderemos com as dificuldades e, sem dúvida nenhuma,
1544 vamos poder colocar a nossa gestão em padrões completamente diferentes.
1545 Também, sobre o que a Cons.^a Lisete apontou, sem dúvida nenhuma, o
1546 Conselho Universitário aprova orçamento, uma vez aprovado o orçamento, a
1547 própria COP, regimentalmente - pelo Regimento Geral da USP - não
1548 acompanha a execução orçamentária, e isso deveria ser feito. Portanto,
1549 necessitamos de modificar o Regimento Geral da USP para possibilitar à COP
1550 um acompanhamento dessa execução orçamentária e até mesmo pensarmos

1551 algumas novas atribuições, talvez na área de planejamento orçamentário e de
1552 controladoria. A Universidade de São Paulo, até onde tenho conhecimento, não
1553 possui um planejamento orçamentário que possamos qualificar como muito
1554 bem elaborado ou propriamente desenvolvido a nível de dois, três, quatro ou
1555 cinco anos. Não temos um setor de controladoria e toda organização deve ter
1556 uma controladoria. A FEARP foi auditada nos últimos anos, creio que a
1557 auditoria, não só na universidade, mas nas Unidades, até mesmo no auxílio de
1558 seus diretores, deveria ser obrigatória. O orçamento, necessariamente, deve
1559 ser transparente. Entrando no *site* da FEA e clicando em 'transparência' pode-
1560 se visualizar nosso orçamento, o último foi auditado e deve estar no *site* nas
1561 próximas semanas e é isso, em determinado momento, que deve ditar o *drive*
1562 das discussões na COP e, em determinado momento, colaborar com os órgãos
1563 centrais e com a CODAGE na modernização da Universidade, para que daqui
1564 a algum tempo possamos ser um exemplo de gestão pública para as outras
1565 universidades e para o próprio setor público brasileiro. Até onde conheço, não
1566 somos diferentes de outras organizações públicas e, portanto, acho que temos
1567 uma contribuição grande a ser dada. Essas eram as minhas observações finais
1568 e, sem dúvida nenhuma, considero que na COP se tem a ideia absoluta de que
1569 os desiguais devem ser tratados de formas desiguais, porque as atividades na
1570 Universidade são particulares de cada uma das unidades. Acredito que a
1571 médio prazo isso deva ficar um pouco mais claro e me coloco à disposição de
1572 todos." **Cons^a. Neli Maria Paschoarelli Wada:** "Gostaria de agradecer ao Prof.
1573 Zago pelo diálogo que ele iniciou com os trabalhadores, desejar a ele uma
1574 excelente gestão e dizer que uma gestão boa ou má é responsabilidade do
1575 Reitor e de todos aqueles que vivenciam a Universidade de São Paulo.
1576 Esperamos não brigar muito, mas, pelo jeito, na questão orçamentária, a corda
1577 já começa a arrebentar do lado mais fraco. Então, agora a responsabilidade
1578 está em cima da folha de pagamento dos trabalhadores da Universidade de
1579 São Paulo. Gostaria de dizer ao Professor, a todos os conselheiros e à
1580 comunidade da USP em geral, que os trabalhadores não irão pagar a crise.
1581 Vamos exigir a terceira etapa da nossa carreira, que é a terceira fase da
1582 progressão na carreira implementada na outra gestão. Não iremos permitir
1583 cortes de funcionários, como os que ocorreram no início de janeiro de 2011,
1584 onde foram demitidos duzentos e setenta funcionários, funcionários antigos –
1585 verdade -, mas que contribuía - e muito - para esta Universidade. Ouvi o
1586 Professor dizendo 'funcionários novos', nós queremos os novos, achamos que
1587 os novos são essenciais, mas a valorização do velho também é necessária.
1588 Vou lamentar que o senhor tenha feito as suas considerações finais nessa
1589 sessão sem antes esperar a última inscrita, que sou eu." **Secretário Geral:** "Há
1590 muitos inscritos ainda Conselheira." **Cons^a. Neli Maria Paschoarelli Wada:**
1591 "Se há mais inscritos, retire. Gostaria de dizer, sobre a questão orçamentária,
1592 que a Universidade tem que começar a discutir novos conceitos sobre
1593 orçamento, na questão da receita e da despesa, o que é receita e o que é
1594 despesa, por exemplo. No início da gestão Rodas, ouvi, em uma reunião na
1595 Secretaria de Desenvolvimento Econômico, junto com o Professor Rodas, que
1596 a Universidade estava entrando na 'era do Pré-Sal'. Só ouvi isso e depois não
1597 ouvi mais nada, de forma que gostaria que fosse informado à comunidade
1598 uspiana se a USP entrou na 'era do Pré-Sal' ou não, se ela está recebendo
1599 algum dinheiro relacionado ao Pré-Sal. E gostaria de ver no orçamento,
1600 também, os convênios que essa Universidade mantém com a Petrobras,

1601 porque aqui não vemos nada disso. Outra questão é que nós, trabalhadores,
1602 funcionários, não temos muita dimensão do que são os milhões que vão para
1603 as Unidades, mas para nós é muito importante o que esses milhões constroem
1604 para o ensino, para a pesquisa e para a extensão. Vejo na Tabela 'F' –
1605 Distribuição da Dotação Orçamentária para os Órgãos de Serviço em 2014 -
1606 que a dotação da Superintendência de Assistência Social é praticamente igual
1607 à dotação orçamentária da Prefeitura de Ribeirão Preto. Estou em dúvida sobre
1608 a dotação orçamentária para a Prefeitura de Ribeirão Preto. Gostaria de
1609 reivindicar que todos os contratos das empresas terceirizadas da área de
1610 segurança, limpeza, jardinagem e manutenção, fossem auditados. Por quê?
1611 Porque realizamos uma denuncia, no final da gestão passada, sobre esses
1612 contratos de empresas terceirizadas da Prefeitura de Ribeirão Preto e está
1613 sendo feita uma auditoria. São milhões de reais que são desperdiçados do
1614 dinheiro público para estas empresas terceirizadas que, inclusive, ficam
1615 devendo direitos trabalhistas aos trabalhadores, que ganham salários de
1616 miséria e a universidade, no final, tem de arcar com estas despesas. Gostaria
1617 de reivindicar, também - nós trabalhadores e funcionários estamos
1618 reivindicando isso -, que apareça o valor, no orçamento, do quanto que a USP
1619 gasta com terceirização, pois estes dados estão encobertos e, até hoje, não
1620 foram desvendados, apesar de solicitado. Também gostaríamos que fosse
1621 apontado quantos imóveis fora do *Campus* ainda estão alugados e os valores
1622 desse aluguéis. Também gostaríamos de saber sobre a questão do orçamento
1623 da Superintendência de Saúde (SAU), gostaríamos que fosse esmiuçado
1624 quanto é que a Superintendência de Saúde hoje repassa para a iniciativa
1625 privada, quanto que repassa para o Hospital Universitário e quanto que gasta,
1626 realmente, com a saúde dos funcionários, porque estamos morrendo na porta
1627 do HU. Temos funcionários que, gravemente enfermos, são transferidos para
1628 outros hospitais públicos, não estão sendo atendidos e, não só os funcionários,
1629 mas a população em geral. Temos aqui o Ambulatório Odontológico, que é
1630 responsabilidade da Superintendência de Saúde e não tem material para os
1631 dentistas trabalharem, o ar condicionado ficou mais de um mês quebrado.
1632 Enfim, queremos saber aonde vai esse dinheiro, porque para nós, funcionários,
1633 não vai. Um Professor aqui, da ESALQ, pode vir e falar que isso é pouco, mas
1634 para nós é muito. Agora, queremos saber o que cada Unidade e cada órgão faz
1635 com o dinheiro público da Universidade, e não só fale da questão que a
1636 responsabilidade, é da folha de pagamento. Gostaria que não fosse cortado os
1637 investimentos para condições de trabalho, reformas para as condições de
1638 trabalho. Desculpe-me a Cons.^a Lisete, mas ela vai concordar comigo, temos a
1639 Escola de Aplicação que necessita urgentemente de reforma, está visível, o
1640 teto que a qualquer hora pode cair na cabeça das crianças e provocar uma
1641 tragédia. Bem, nesse caso, posso ficar a tarde toda falando sobre as condições
1642 de trabalho na Universidade. E gostaria, também, que a Superintendência de
1643 Espaço Físico, com este dinheiro, cuidasse da acessibilidade dentro da USP,
1644 porque a SEF, inclusive, tem um funcionário cadeirante que recebeu alta para
1645 voltar a trabalhar, mas foi mandado para casa, recebendo salário da
1646 Universidade, cuja desculpa foi: 'não temos acessibilidade para recebê-lo aqui'.
1647 Infelizmente Professor, quero dizer ao senhor que nós, os trabalhadores, não
1648 iremos pagar a crise, porque a responsabilidade desta crise e o nome desta
1649 crise chama-se Rodas. E todos aqueles que disseram amém ao Rodas e todos
1650 aqueles que não usam este espaço do Conselho Universitário para realizar

denúncias e ouvir aqueles que vem e as fazem.” Havendo, ainda, doze Conselheiros inscritos, o **M. Reitor** decide fazer uma pausa para o almoço.

1653 **Cons. José Renato de Campos Araújo:** “Gostaria de elogiar o Magnífico
1654 Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago, pelo discurso de mudança e de
1655 transparência nas práticas de gestão e nas práticas administrativas e, quiçá,
1656 dos próximos e vindouros orçamentos da Universidade. Também faço um
1657 elogio ao Professor Sigismundo, Presidente da COP, tanto pelo trabalho, que
1658 obviamente foi um trabalho árduo, de elaborar esta proposta tão rapidamente
1659 e, principalmente, pela fala na resposta dada à necessidade de modernização
1660 da gestão pública na Universidade de São Paulo. Sou docente da área, do
1661 curso de Gestão de Políticas Públicas da EACH e uma das coisas que me
1662 chama muito a atenção nas propostas orçamentárias na USP, refere-se
1663 justamente às formas de gestão e à maneira como este orçamento é
1664 construído. Fico bastante animado com a ideia de que haja maior
1665 transparência. A primeira coisa que quero dizer - e considero ser o ponto
1666 central - é que creio ser inacreditável que o Conselho Universitário da
1667 Universidade de São Paulo ainda não tenha suas pautas e suas atas públicas
1668 na *Internet*. Assumi o cargo de representante de uma categoria e percebo que
1669 para se ter acesso às pautas é preciso ter uma senha, que muda de reunião
1670 para reunião. Isto, aparentemente, sabemos que não é culpa desta gestão,
1671 mas é algo que está quase petrificado na Universidade, mas diante desse fato,
1672 é como se este Conselho Universitário tivesse algo a esconder.” **Secretário**
1673 **Geral:** “Trata-se, na verdade, do Regimento do Conselho Universitário, onde
1674 consta que as sessões do Colegiado são restritas a seus membros.” **Cons.**
1675 **José Renato de Campos Araújo:** “Sendo do Regimento, neste sentido,
1676 encaminharei futuramente uma sugestão para que sejamos, no mínimo, igual à
1677 Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, onde as sessões do
1678 Conselho são transmitidas por IP. Estão disponíveis todas as sessões
1679 integralmente na página da UNICAMP, para todo e qualquer cidadão do mundo
1680 assistir ao vivo e ter acesso às anteriores sessões. Como na Universidade de
1681 São Paulo dispomos de nossa IPTV, a capacidade técnica seria tranquila, mas,
1682 sem dúvida nenhuma, quero deixar o elogio às intenções colocadas pelo
1683 Magnífico Reitor. Sobre a proposta orçamentária, propriamente dita, gostaria
1684 de alguns esclarecimentos. Um deles é sobre os repasses previdenciários, que
1685 sei que possui um impacto que, aparentemente, estará diminuindo nos
1686 próximos anos, levando em consideração que – creio- uma das modificações
1687 que deve acontecer na Universidade é que possamos fazer planos plurianuais
1688 orçamentários, não só de ano a ano, mas, se possível, pelo menos
1689 trabalharmos com quatro, três ou cinco anos, sendo esta uma questão a se
1690 decidir. Outra questão que gostaria de esclarecimento, até no sentido da fala
1691 do Magnífico Reitor no início da sessão, é que uma das prioridades dessa
1692 gestão é resolver o problema do Museu Paulista, da Estação Ciência e da
1693 EACH, a qual estou ligado, só que na proposta orçamentária não há nenhuma
1694 rubrica específica para nenhum desses três casos. Desta forma, gostaria de
1695 um esclarecimento de onde sairá dinheiro necessário para a resolução destes.
1696 No caso específico da EACH, que já se ouviu que pode custar de vinte a cem
1697 milhões de reais, esse valor depende da fonte da qual se recebe a notícia, mas
1698 que no mínimo alguns milhões de reais serão gastos para resolver todos os
1699 problemas ambientais. Gostaria de saber qual a previsão de orçamento de
1700 2014 para isto, tendo em vista que o *campus* está interditado. Por último

1701 também solicito um esclarecimento: em algum momento da proposta
1702 orçamentária fala-se de Prefeitura da USP-Leste, na realidade o *campus* da
1703 USP-Leste – o que considero ser um problema, mas não está em questão aqui
1704 – não é um *campus*, ele é um adendo do *campus* da Capital, é uma
1705 continuidade do *campus* da Capital e gostaria de uma explicação sobre isso
1706 que está previsto no orçamento. Deste modo, tenho uma questão relativa
1707 diretamente à minha representação ligada aos Professores Doutores, até
1708 porque é a categoria com mais professores na Universidade, a questão das
1709 novas contratações. Sabemos que é um problema, está mais do que
1710 demonstrado pela proposta orçamentária, pela análise do orçamento, de que a
1711 questão é na folha de pagamento, mas pensar em sustar todas as
1712 contratações, pensando na diversidade da USP, pode ser muito complicado,
1713 porque há Unidades que, sem dúvida nenhuma, possuem problemas de
1714 pessoal, de docentes e de servidores técnicos e administrativos, muito graves.
1715 Sei que todos os diretores de todas as Unidades falarão que possuem seus
1716 problemas, mas há algumas Unidades onde tais problemas são muito sérios.
1717 Gostaria de saber, também e, por fim, a respeito daqueles claros criados na
1718 véspera da eleição de Reitor – em dezembro de 2013 se não me engano – sei
1719 que foram suspensas as contratações, qual será o destino dado a estes?” **M.**
1720 **Reitor:** “Esclarecendo o último tópico abordado pelo Cons. José Renato,
1721 aqueles claros foram cancelados, eles não existem mais.” **Cons^a. Mariana**
1722 **Nunes de Moura Souza:** “Gostaria que o senhor me permitisse discordar um
1723 pouco do senhor, Reitor, porque acredito que uma Universidade como a USP
1724 não deve se enquadrar em um orçamento desse tamanho. É certo que a
1725 gestão da nossa Universidade precisa ser mais transparente, feita da melhor
1726 forma possível e declaro meu apoio à proposta feita pela Cons.^a Lisete e por
1727 alguns outros Conselheiros, de que a transparência e a democratização na
1728 gestão da Universidade seja implementada, e acredito que o Reitor tem essa
1729 intenção, mas isto não significa que não sejam necessários mais recursos para
1730 a Universidade. A COP nos informou que nos últimos 5 anos, entre 2009 e
1731 2013, o orçamento da USP cresceu 50,7%. Este crescimento não é um
1732 crescimento real, é um crescimento nominal, a inflação do período medida pelo
1733 IPCA foi de 25,6%, isto significa que o crescimento real do orçamento da USP
1734 foi menor do que 20%. Durante 5 anos foi 19,98%, para ser precisa. Isto é
1735 ridículo para uma Universidade do tamanho da nossa, é menos de 4% ao ano
1736 de crescimento real. Nos enquadrarmos neste orçamento só tem como
1737 resultado o que estamos aqui para discutir hoje, cortes. E a Pós-Graduação é
1738 uma das que mais está sofrendo com os cortes, redução de 33% no apoio à
1739 atividade de campo, mais um corte no apoio à pesquisa, cortes no apoio e na
1740 possibilidade de crescimento da extensão na Universidade. Caros colegas
1741 Conselheiros, muitos programas exigem a participação em congressos e a
1742 publicação de artigos para que o pós-graduando chegue, inclusive, na defesa;
1743 e o apoio da universidade para este fim é fundamental. Permita-me discordar,
1744 também, Reitor e senhores Conselheiros, quando imputam os cortes aos
1745 salários dos funcionários e docentes. Não se ganha bem na USP, um professor
1746 meu e um professor de graduação acabaram de trocar uma universidade
1747 privada pela USP e ele perdeu mais de 30% do salário com essa troca. Com
1748 isso, senhores, gostaria de fazer duas propostas a este Conselho: por um lado
1749 que é necessário maior transparência na execução orçamentária, não só na
1750 feitura do orçamento, mas na execução, com o acompanhamento da execução

1751 orçamentaria, e por outro lado é necessário aumentar o repasse do governo
1752 estadual de forma crescente e permanente. É claro que o esforço conjunto,
1753 tanto do Reitor dessa Universidade quanto dos Reitores das outras duas
1754 Universidades estaduais é sempre bem vindo, mas é a USP que está
1755 precisando de cortes agora, que está propondo cortes, não as outras
1756 Universidades e, para isso é preciso uma articulação, não só com os outros
1757 Reitores, mas com a Assembleia Legislativa. Também podemos e devemos
1758 pedir ao Governo uma suplementação emergencial para este ano. De forma
1759 que não só pedir uma progressão, um crescimento constante no orçamento da
1760 Universidade, mas, para este ano, pedir uma suplementação orçamentária, de
1761 forma que seja permitido não fazer cortes tão profundos, especialmente na
1762 pesquisa e na extensão. Então a minha proposta aqui é que esse conselho
1763 aprove uma moção pedindo a suplementação de recursos e que o governo
1764 implemente um grupo para elaborar propostas de crescimento continuado no
1765 orçamento da Universidade de São Paulo e das outras Universidades paulistas.
1766 Obrigado.” **M. Reitor:** “Antes de passarmos para o seguinte, gostaria de
1767 agradecer a contribuição da estudante de pós-graduação, Cons.^a Mariana,
1768 lembrando o seguinte aspecto: as três Universidades públicas paulistas
1769 representam o único exemplo no mundo de universidades que tem uma
1770 previsão orçamentaria definida em relação aos recursos do governo. Estou
1771 falando de todos os países do mundo. Não conheço nenhum exemplo nos
1772 Estados Unidos da América, na França, na Alemanha, na Colômbia, na
1773 Venezuela, no Peru, em Cuba, na China, no Japão ou na Austrália, apenas
1774 para citar alguns países, em nenhum destes casos existe uma universidade
1775 com a situação privilegiada que tem a USP, a UNESP e a UNICAMP. Isto
1776 precisa ficar claro e trata-se de uma grande vitória do povo paulista. O povo
1777 paulista é servido por uma política de Estado, uma política de Estado que não é
1778 do atual governador Geraldo Alckmin, não é do partido PSDB, que atualmente
1779 governa o Estado de São Paulo, é uma política de Estado em que o Estado de
1780 São Paulo dedica mais de 10% do seu orçamento para o ensino superior,
1781 ciência e tecnologia. Se somarem os aproximadamente 9% das três
1782 Universidades, 1% dedicado à FAPESP, mais a cota destinada para a
1783 Instituição Paula Souza, não há sequer um exemplo disso. Gostaria de saber
1784 se analisaram todos esses aspectos e voltar a insistir que a situação dramática
1785 orçamentária que nos encontramos é, sim, responsabilidade de um exagerado
1786 comprometimento com a folha de pagamento, não tem outro responsável por
1787 isso. Não disse que é por causa dos salários pagos aos servidores, disse que
1788 contratamos muito mais servidores do que os nossos recursos permitiam e
1789 quem dirige uma instituição tem a responsabilidade de dirigi-la dentro dos
1790 recursos que lhe são disponíveis. Jamais me oporia que as Universidades
1791 paulistas solicitassem mais recursos, mas não isoladamente, isso não tem
1792 sentido. Que a USP agora está em má situação, sim está, obra dela mesma,
1793 portanto, se há algo que se entenda que as três Universidades paulistas, mais
1794 a instituição Paula Souza, mais a FAPESP, deveriam fazer e, neste sentido,
1795 solicitar mais recursos ao governo paulista, à Assembleia Legislativa, tudo
1796 bem, é um movimento dos cidadãos paulistas e que podem e devem fazer. Os
1797 cidadãos devem se manifestar politicamente, tanto através de manifestações
1798 públicas como através do voto, são maneiras que o cidadão tem de se
1799 manifestar, mas não esqueçam, a solicitação de mais verba de suplementação
1800 orçamentária não partirá da Reitoria da USP. Se a população paulista entender

1801 que as suas Universidades precisam de mais recursos, sim isto é legítimo, mas
1802 não se esqueçam de que isso será confrontado com as solicitações da
1803 população paulista para a saúde, para a educação básica, para a segurança, a
1804 mobilidade, a moradia e assim por diante. Não se esqueçam, somos parte da
1805 população paulista, não temos direito a um recurso crescente para nossa
1806 Universidade, somos parte da população e temos que contrabalançar, ou
1807 equilibrar, ou comparar aquilo que prestamos em serviço em relação àquilo que
1808 recebemos de recurso, portanto Cons.^a Mariana, entendo a sua angustia, que é
1809 a minha também, entendo perfeitamente, mas não se esqueçam nunca que
1810 somos parte de uma sociedade e que aquilo que recebermos a mais, alguém
1811 vai receber a menos, alguém que é parte da mesma sociedade. Não sou,
1812 necessariamente, contrário ao proposto, mas neste momento temos que
1813 colocar a casa em ordem, antes até de podermos ter condições de conversar
1814 com deputados e com secretários de estado a respeito da gestão e da
1815 necessidade de mais verbas. O fato de que estamos mal neste momento, em
1816 termos de orçamento, não prova que temos um orçamento pequeno, mas
1817 prova, na visão de muitos, que nós administramos mal o nosso orçamento.
1818 Desta forma, é fundamental que comparemos.” **Cons.^a Mariana Nunes de**
1819 **Moura Souza**: “Só um esclarecimento, minha proposta não foi de que o Reitor
1820 fosse buscar mais verbas para a universidade, mas de que o Conselho
1821 Universitário fizesse um pedido de suplementação de verbas nesse momento –
1822 claro, que se o Reitor quiser e se tiver a disposição, ou em conjunto com outros
1823 reitores entender que deve solicitar verbas, este seria um outro assunto –
1824 minha proposta foi a de uma moção que fosse aprovada pelo Conselho
1825 Universitário. Por outro lado, quando o senhor diz que se pedirmos mais verbas
1826 estaremos tirando de outras áreas, reforço que existem outras áreas que
1827 podem destinar verbas para a Universidade de São Paulo, sendo uma delas o
1828 pagamento de juros da dívida, que vai, invariavelmente, para os bancos e, se
1829 consegue reduzir esse percentual de pagamento de juros, consegue-se
1830 contemplar não só a Universidade de São Paulo, como as outras
1831 universidades, como também a saúde, a educação, a questão da mobilidade
1832 social e da segurança. Creio que esta é uma luta do povo paulista e do povo
1833 brasileiro, e com o apoio deste Conselho Universitário, com a aprovação da
1834 redação original dos 10% para educação pública, na última reunião, porque,
1835 inclusive esta moção já está sendo utilizada pelos movimentos sociais. Hoje
1836 temos uma audiência pública na Câmara Federal e a matéria que saiu com
1837 essa moção aprovada está na Câmara Federal auxiliando os movimentos
1838 sociais a pedir mais recursos para a educação pública. Propus, da mesma
1839 forma, uma moção pedindo suplementação orçamentária para a Universidade
1840 de São Paulo e para outras universidades, inclusive, que pode nos auxiliar
1841 nessa luta com apoio dos estudantes. E me proponho a ir para a Assembleia e
1842 conversar com deputados e pedir essa suplementação.” **M. Reitor**: “Muito
1843 obrigado.” **Cons. Rafael dos Santos Ferrer**: “Sou estudante de Engenharia
1844 Ambiental em São Carlos e gostaria de fazer algumas considerações em
1845 relação à discussão referente ao Orçamento. Gostaria de fazer coro à proposta
1846 apresentada pela Cons.^a Mariana. Creio que é uma proposta bastante válida
1847 dentro da disputa de recursos do Estado, está muito claro que os bancos, os
1848 juros da dívida possuem um peso muito mais intenso do que aquilo que é
1849 direito da população. Considero que nós, enquanto Conselho Universitário, que
1850 neste momento estamos debatendo a nossa universidade pública, inclusive,

1851 em conjunto com as outras universidades – a questão do Centro Paula Souza
1852 que é, de fato, uma questão importante, o centro está em greve – considero
1853 muito importante a questão levantada pela Cons.^a Mariana, mas gostaria de
1854 indicar outras questões, algumas preocupações na verdade, em relação à
1855 proposta orçamentária apresentada. Primeiramente, em relação à EACH,
1856 considero que esta é uma questão bastante latente para toda a Universidade,
1857 até pelo seu grande problema que nos está sendo apresentado, mas gostaria
1858 de saber, com relação à problemática da EACH, para descontaminar e, de fato,
1859 voltar a ser ocupada, de onde estariam vindo esses recursos? Até porque, não
1860 se tem um comparativo de quanto a EACH recebia no passado e quanto
1861 recebe este ano, então não se consegue saber se houve aumento ou não.” **M.**
1862 **Reitor:** “Apenas para esclarecer, o que for necessário para gastar com a EACH
1863 não estará contemplado no Orçamento, não estará na dotação básica da
1864 EACH, estes valores serão empregados pelos órgãos da Reitoria, SEF e assim
1865 por diante, de tal maneira que esta não deve ser uma preocupação neste exato
1866 momento. Por exemplo, o Professor Osvaldo Nakao estava aqui para
1867 providenciar, com urgência, uma dispensa de licitação para alugar bombas,
1868 uma vez que não conseguimos ainda nos organizar nesse sentido, isso vai ser
1869 feito, independentemente, e o recurso vai ser movimentado de outro local, se
1870 for necessário.” **Cons. Rafael dos Santos Ferrer:** “No caso, o recurso virá
1871 principalmente da SEF?” **M. Reitor:** “Principalmente da SEF, mas poderá vir
1872 de outras fontes, de modo que não está no orçamento da EACH.” **Cons.**
1873 **Rafael dos Santos Ferrer:** “Indico esta preocupação também, pois como na
1874 Superintendência de Gestão Ambiental houve um corte de 35%, estávamos
1875 com esta preocupação, justamente de onde viria.” **M. Reitor:** “Volto a insistir
1876 que os recursos para resolver a questão da EACH estão garantidos sob
1877 qualquer formato.” **Cons. Rafael dos Santos Ferrer:** “Também gostaria de
1878 levantar algumas outras questões, que já foram tangenciadas por algumas
1879 pessoas, mas que debatemos um pouco e considero ser de grande
1880 responsabilidade das últimas gestões da Universidade, da última gestão em
1881 particular, que comprometeu o orçamento como um todo e considero que nós
1882 todos, enquanto Conselho Universitário, temos que fazer este balanço também.
1883 Temos um déficit de um bilhão de reais na Universidade, é inadmissível, esta é
1884 uma preocupação, pois no próprio documento, na minuta que está na Pauta,
1885 consta que principalmente as atividades de pesquisa, atividades de extensão e
1886 pós-graduação podem ter seu financiamento através de iniciativa externa,
1887 empresas públicas, com isto minha preocupação se refere a quais interesses,
1888 de fato, estaremos colocando a nossa pesquisa e a nossa extensão, porque
1889 esta é uma Universidade pública e esse debate já foi colocado, para nós esta é
1890 uma grande preocupação. Ocorre, também, que muitas vezes, em uma época
1891 de crise se abre a possibilidade de mudança e se hoje o próprio Reitor alega
1892 que grande parte de nossa crise é o comprometimento com folha salarial, que
1893 isso não abra o precedente para nós, por exemplo, debatermos ou avançarmos
1894 na terceirização do serviço na Universidade. Acho que todos sabem a grande
1895 precarização que a terceirização tem colocado, tanto nas condições de trabalho
1896 como na própria prestação de serviço dentro da Universidade, que esta não
1897 seja uma válvula de escape que possa aparecer para este Conselho
1898 Universitário, e para que tenhamos bastante responsabilidade, também, com
1899 esta questão que aparece. Gostaria de fazer uma proposta para que estes
1900 processos participativos e de transparência – bastante louvor à nova Reitoria

1901 que está propondo isso – que consigamos avançar em uma discussão,
1902 inclusive, de propor maior participação dos servidores técnicos e
1903 administrativos da Universidade e dos estudantes do que aquela que temos
1904 hoje. Creio que este ponto será debatido no próximo Co, mas é uma relação
1905 bastante desproporcional e precisamos avançar nesta discussão, inclusive na
1906 própria democratização da participação da nossa Universidade. Hoje, por
1907 exemplo, na COP, temos uma composição que é desfavorável para os
1908 estudantes e para os funcionários, que também devem poder influir nesse
1909 processo de tomada de decisão dos recursos da Universidade. O último ponto,
1910 para finalizar, é uma preocupação em relação à acessibilidade. A Cons.^a Neli
1911 também apresentou, mas coloco de modo especial, porque em São Carlos
1912 também temos um caso de um portador de deficiência física, alguém com
1913 necessidades especiais e um corte de 75%, por exemplo, inviabiliza que, tanto
1914 em São Carlos como em outras localidades que porventura precisem dessas
1915 adequações. Isto, de fato, acontece, de forma que esta é uma preocupação
1916 que coloco, porque muitas vezes não levamos isso em conta, mas para o
1917 próprio portador de necessidades especiais, quando ele pesquisa onde vai
1918 prestar o vestibular, ele avalia qual é a infraestrutura da universidade, pois
1919 aquilo vai influenciar no cotidiano dele e, se não tem uma rampa, se não tem
1920 um elevador, aquilo vai dificultar a vida dele na universidade e a USP tem que
1921 estar adequada e tem que conseguir publicizar, inclusive, para receber estes
1922 portadores de necessidades especiais. Obrigado.” **Secretário Geral:** “Pediria,
1923 se o Magnífico Reitor me permitir, não só o esforço para nos atermos ao tempo
1924 e até, na medida do possível, diminuirmos, porque ainda temos muitos para
1925 falar e considero que esta é uma questão de solidariedade, principalmente
1926 quando se tratam de falas reiteradas e assuntos, sem dúvida importantes, mas
1927 que já foram abordados e, portanto, foram registrados.” **Cons. Sérgio Franca**
1928 **Adorno de Abreu:** “Serei bastante breve, pois das minhas observações
1929 algumas já foram feitas. Associo-me a todos os demais membros do Conselho
1930 em parabenizar por esta exposição do Orçamento, que nos permite, de alguma
1931 maneira, agirmos com conhecimento e com base nos critérios. Sabemos que o
1932 momento é crítico, mas creio que saberemos, também, possuir a
1933 responsabilidade de sociabilizar os custos e administrar com uma certa
1934 parcimônia, com uma certa coragem, as dificuldades. Um problema que precisa
1935 ser refletido e já foi abordado, mas gostaria de lembrar, é que há diferença
1936 entre o planejamento e a execução. Nós, muitas vezes, nos ocupamos muito
1937 da questão do planejamento, ele é muito importante, mas temos o problema de
1938 monitorar a execução do orçamento, porque quando chega ao final do ano, a
1939 maioria das unidades não conseguem executar o orçamento. Digo isso, pois
1940 este é um momento, como já foi demonstrado, que tem que se reestabelecer o
1941 equilíbrio, um equilíbrio que vai ser reestabelecido a médio prazo, assegurar o
1942 funcionamento das atividades fundamentais, enfrentar essas situações críticas,
1943 como a da EACH, do Museu Paulista e outras situações que nem foram
1944 nomeadas aqui, mas que, certamente, são igualmente importantes, e
1945 evidentemente mantendo o espírito de inovação, de fazer com que USP
1946 continue crescendo e se tornando cada vez mais representativa no que faz,
1947 não só para o povo paulista, mas para a sociedade brasileira, pela contribuição
1948 que ela tem dado. Por isso, considero que a questão do planejamento setorial
1949 vai se colocar na ordem do dia. Creio que nós inclusive, dirigentes, teremos de
1950 ser treinados para fazer uma gestão diferenciada nas unidades e, para isto,

1951 gostaria também de lembrar algo que o Reitor argumentou, considero que para
1952 termos êxito neste momento de bastante dificuldade, temos que imediatamente
1953 pensarmos em uma gestão modernizada e eficiente, porque se não fizermos
1954 estas duas operações casadas, não vamos chegar a bons resultados daqui a
1955 dois, três anos. É preciso que saibamos que temos menos recursos , mas
1956 temos que saber que estes recursos tem de valer mais, ou seja, eles tem de
1957 ser mais eficientes e para que eles sejam mais eficientes temos que ter um
1958 modelo de gestão muito mais eficiente. É muito frustrante para todo diretor que
1959 inicia pensando que vai revolucionar academicamente a sua unidade e fica o
1960 tempo todo discutindo se será ou não possível liberar para fazer isso e não vai
1961 fazer aquilo. No fundo, quatro anos de frustração, porque, guardadas as
1962 proporções, costumo dizer que na Faculdade de Filosofia de segunda a quarta-
1963 feira eu sou o chefe do condomínio e de quinta a domingo eu sou o chefe da
1964 disciplina e, eventualmente, nas horas vagas, ainda dá tempo de fazer um
1965 pouco de terapia de alunos e funcionários que saem um pouco fora da sua
1966 normalidade, isto para dizer aquilo que considero fundamental e gostaria que
1967 ficasse registrada esta necessidade da execução do orçamento ser
1968 acompanhada de um programa de modernização eficiente das estruturas
1969 burocráticas, a ponto de que daqui a três anos possamos dizer o seguinte
1970 quanto à administração: a administração é meio e não fim. Finalmente, faço a
1971 seguinte observação, estamos todos aqui - inclusive eu - preocupados com as
1972 suas respectivas singularidades. A Faculdade de Filosofia, respondendo um
1973 pouco à Cons.^a Lisete, tem 14 mil alunos, quase 500 professores e quase 400
1974 funcionários, então, digamos que ela possa merecer um pouquinho mais do
1975 que a Faculdade de Educação recebeu, porque realmente o tamanho dela não
1976 é de pequena monta. Neste sentido, é uma Faculdade que está em um
1977 processo de mudança, então, por exemplo, todo este estímulo a um novo estilo
1978 de gerir a pesquisa, a pesquisa em grupos, laboratórios, que envolve toda uma
1979 distinta maneira de lidar com equipamentos, com pesquisa de campo, isto nos
1980 afetou duramente, de forma que, por exemplo, tivemos um crescimento muito
1981 grande dos núcleos de pesquisa e, além desse crescimento, isto significa
1982 bolsas, significa trabalho de campo, nós não temos gastos imensos com
1983 equipamentos, mas temos gastos imensos com pesquisa de campo. Gostaria
1984 de lembrar, para terminar, que sou inteiramente favorável que sejam
1985 consideradas as singularidades de cada unidade, mas também considero que
1986 devemos pensar, não em tratar os diferentes como diferentes e os iguais como
1987 iguais, mas devemos encontrar medidas de equidade para traduzir diferenças
1988 em princípios de igualdade, pois do contrário, sempre ficaremos na ideia de
1989 que tem aqueles em condição superior e aqueles em condição inferior.” **M.**
1990 **Reitor:** “Farei novamente um apelo para que os conselheiros resumam as suas
1991 manifestações àquilo que é o essencial. Devo dizer que encerramos as
1992 inscrições para este tópico, deste modo terão falado ao final 25 Conselheiros,
1993 que me parece cobrir toda a diversidade de opiniões deste Conselho. Desta
1994 forma, passaremos à votação, pois temos uma questão prática, temos tópicos
1995 que exigem *quorum* qualificado e sabemos que no final da reunião as pessoas
1996 começam a se cansar e se retirar, além daqueles que, por necessidade,
1997 começam a se retirar. Desta forma, terminaremos esta lista que incluirá, no
1998 total, 25 Conselheiros e passaremos à deliberação.” **Cons. Tomás Costa de**
1999 **Azevedo Marques:** “Tentarei mudar a abordagem para ser mais propositivo.
2000 Estamos em uma situação muito desconfortável, as pessoas disputando para

2001 ver quem está em pior situação, mas creio que vale a pena fazermos um
2002 diagnóstico um pouco mais elaborado da situação. Desta forma, gostaria de um
2003 esclarecimento, partindo das diversas falas dos Conselheiros que se
2004 manifestaram. Minha interpretação é, 'de duas uma', a Universidade de São
2005 Paulo está com um problema orçamentário muito grande e temos de resolver
2006 isto. Não tenho dúvida de que a posposta orçamentária tem que ser aprovada,
2007 mas a avaliação tem que ser a seguinte: ou muitas das decisões que foram
2008 tomadas foram sem o consentimento do Conselho Universitário, as decisões
2009 que não passaram pelo Conselho Universitário e que, conseqüentemente, nos
2010 levaram a este problema de 'rombo fiscal' ou não tem validade jurídica, porque
2011 não passaram pelo Conselho Universitário ou, se tem validade jurídica, alguém
2012 tem de ser responsabilizado. Por isso, não sou especialista, mas me parece
2013 que esta não é uma coisa comum de se acontecer em uma administração
2014 pública, ainda mais na Universidade de São Paulo, de forma que considero que
2015 cabe uma proposta que talvez acalmasse os ânimos e que é que se avaliasse
2016 que dado a validade jurídica deste, parece-me que o Reitor da antiga gestão
2017 tinha demasiada concentração de poder, porque foram tomadas várias
2018 decisões e muitas delas não passaram pelas instâncias deliberativas dessa
2019 Universidade. Se há respaldo jurídico para isso, então temos de repensar a
2020 situação para que isso não aconteça, pois é muito fácil tomar as decisões sem
2021 consultar ninguém e depois lançar o problema para todos resolverem – 'as
2022 decisões políticas sou eu quem tomo, agora os problemas são vocês que
2023 resolvam'. Gostaria que os senhores, Pró-Reitor, Reitor, Vice-Reitor,
2024 indicassem uma direção nesse sentido, porque estamos falando do problema,
2025 mas não se está diagnosticando a situação de forma correta, visando resolver
2026 a raiz deste, é isso que gostaria de indicar. Obrigado." **M. Reitor:** "Muito
2027 obrigado Cons. Tomás, a resolução desta situação começa no dia 25 de
2028 março, temos uma data marcada e será nesta mesma sala, quando este
2029 Conselho se reunirá para começar a tratar da reforma política e da governança
2030 da Universidade de São Paulo." **Cons. Luiz Gustavo da Cunha Soares:** "Não
2031 quero tomar muito tempo e também espero que aquela prática do Reitor
2032 anterior de comentar cada opinião como se fosse uma questão técnica que
2033 tivesse de ser esclarecida após a intervenção dessa pessoa e não uma opinião
2034 política, uma avaliação política sobre o estado da Universidade também fosse
2035 mudada, esta era uma prática que considerava bastante prejudicial do Prof.
2036 João Grandino Rodas. Estamos falando sobre esse legado dele afinal de
2037 contas e me parece que uma parte do problema já foi levantado por alguns
2038 Conselheiros, como levantou-se o problema da capacitação da tomada de
2039 decisão dos conselheiros, esta é bastante deficitária. Ela é, sim, deficitária, os
2040 dados inconsistentes, a construção de um processo orçamentário pelo alto,
2041 pela cúpula, sem nenhuma participação do conjunto dos Conselheiros e, de
2042 fato, sem nenhuma forma de controle. Agora, desta trajetória viemos
2043 arrastando algumas coisas e acho que a solução do orçamento passa, em
2044 grande medida, por uma decisão política sobre estas coisas que foram
2045 arrastadas, fruto destes problemas da gestão anterior. Um destes problemas é
2046 o da improbidade administrativa que foi feita nesta Universidade, não só os
2047 casos de corrupção que sabemos que estão sendo avaliados, casos que estão
2048 sendo investigados, alguns envolvendo diretamente o nome do antigo Reitor –
2049 é uma acusação, sem nenhuma prova ainda, evidentemente, e corre em sigilo
2050 – assim como a própria forma de tomar decisões com pouquíssimas reuniões

2051 do Conselho Universitário. Diversas das decisões que foram tomadas por este
2052 Conselho simplesmente não foram avaliadas no seu ponto de vista
2053 orçamentário ou a COP - posso falar como representante discente por um ano
2054 na COP - avaliou às pressas grande parte delas. Talvez o relator ao menos
2055 tenha avaliado, mas se chegava nas reuniões e tínhamos uma aprovação *ad*
2056 *hoc*, então, por exemplo, quanto custou criar Superintendências? Estamos
2057 arrastando as superintendências, quanto custou isto? Quanto se paga para
2058 estes coronéis, que agora, inclusive, estão sendo denunciados pela guarda
2059 universitária - para quem não acompanhou, os funcionários da guarda
2060 universitária estão em um processo de mobilização e questionam muito o papel
2061 que os coronéis tem cumprido. Quanto se gasta em bônus de cargos
2062 administrativos? Este também é um problema sério, precisamos discutir aqui
2063 estas decisões, todas sem transparência, também se aproveitaram de uma
2064 avaliação rasa ou quase nenhuma avaliação do impacto que elas causam.
2065 Desta forma, por exemplo, as fundações de apoio privado, as entradas delas
2066 representam quanto? Neste ponto, o que entendi do orçamento apresentado é
2067 que elas representam R\$ 116 milhões, isto é 2% dos recursos próprios da
2068 USP, que por sua vez são 10% no do total do montante da USP. Quanto se
2069 consome com as fundações privadas, desde coisas simples como a própria
2070 estrutura das unidades até o horário de trabalho dos docentes? Isto precisa ser
2071 revisto, as normas de dedicação integral precisam ser revistas, foram muito
2072 flexibilizadas para permitir este tipo de coisa. Neste sentido, cada um cuida do
2073 seu problema, cada um cuida da sua fundação e agora estamos vendo a
2074 situação na qual estamos no conjunto. O mesmo vale para quando falamos do
2075 aumento do custo do comprometimento da folha salarial, temos que entender
2076 também do ponto de vista de aumento de alunos, o quanto a USP teve de
2077 aumento de alunos nesses últimos anos. E me parece que foi muito grande, foi
2078 muito maior do que o aumento salarial, foi muito maior do que o aumento das
2079 contratações. A USP continua sendo um lugar muito barato na relação
2080 professor-aluno, na relação de custo individual por aluno, muito mais barato
2081 que qualquer universidade de ponta com a qual a USP concorre. E isto vale
2082 para a pós-graduação, para a graduação e pela extensão, pela pluralidade das
2083 atividades de extensão, pelo alcance das atividades de extensão da USP. Se
2084 formos olhar o 'Guia da Folha', muitas das atividades que são recomendadas
2085 são na própria Cidade Universitária, então a USP tem uma responsabilidade
2086 com a Cidade e com o Estado que é enorme. A USP vem cumprindo esta
2087 responsabilidade com bastante eficiência e agora nosso grande problema é a
2088 folha salarial, o que temos que discutir claramente aqui é que houve uma
2089 política de expansão do escopo da Universidade, do número de estudantes,
2090 que não foi equiparado e que não teve correspondência no orçamento. Neste
2091 sentido, como bem observou a Cons.^a Mariana sobre o crescimento real do
2092 orçamento da USP, quando falamos da política salarial, temos de dizer que não
2093 só esta política só fez o mínimo, que foi aumentar um pouco o salario dos
2094 funcionários, mas que inclusive essa folha salarial não é o suficiente, porque
2095 afinal de contas temos um grau de terceirização muito grande e temos pessoas
2096 que trabalham nesta universidade em regime semiescravo, como soubemos na
2097 FFLCH a algum tempo atrás. Por último, um outro elemento que não foi falado
2098 aqui, que é a responsabilidade do Governador, não só em relação à dotação
2099 orçamentária, mas, também, em relação às diretrizes que ele deu para o
2100 Rodas, de forma que quando o Reitor Rodas declarou e foi se justificar para a

2101 imprensa, ele disse que usou a Reserva, como o Governador havia lhe
2102 recomendado. Agora, o porquê que o Governador fez isto, temos que discutir
2103 neste Conselho politicamente. Os custos da EACH, por exemplo, não tem de ir
2104 para a conta do Governador por ele ter recebido e por ter colocado pessoas
2105 que receberam aqueles caminhões de terra contaminada. É a isto que nos
2106 referimos quando discutimos que a responsabilidade tem que passar para o
2107 Governo do Estado, a responsabilidade pela nossa situação orçamentária. É
2108 nesse sentido que necessita aumentar a dotação orçamentária USP, é isso que
2109 estamos discutindo, a responsabilidade por todas estas coisas.” **M. Reitor:**
2110 “Gostaria de fazer um esclarecimento, lendo o Regimento do Conselho
2111 Universitário: ‘Artigo 19 - Em sequência, será apreciada matéria constante do
2112 expediente e da ordem do dia (...) § 3º – No expediente, não serão concedidos
2113 apartes, cabendo somente ao Presidente do Conselho dar as explicações que
2114 julgar convenientes. § 4º – A matéria apresentada no expediente não será
2115 objeto de votação.” **Secretário Geral:** “Esta é a regra também no que se refere
2116 à Ordem do Dia, motivo pelo qual o Presidente do Conselho, sempre que julgar
2117 conveniente, poderá dar as explicações devidas.” **Cons. Renato de**
2118 **Figueiredo Jardim:** “Serei extremamente pragmático e não repetirei aquilo
2119 que os Conselheiros Caixeta, Carlotti, Lisete e Sérgio falaram. Não entrarei em
2120 detalhes sobre o tamanho das unidades, mas gostaria de voltar à questão
2121 básica que foi apresentada pelo Professor Sigismundo, para que todos possam
2122 acompanhar, gostaria de retomar à apresentação dele, no *slide* de número 18,
2123 acerca da primeira parte esta é a segunda parte que considero que afete
2124 essencialmente as unidades, ou seja a USP – porque a USP caminha por
2125 causa das unidades, felizmente – é este o ponto que estamos discutindo, o
2126 orçamento essencialmente das unidades, é isso que pesa no orçamento geral,
2127 não precisa ser membro da COP como eu fui para saber que, exatamente, é
2128 isto que pesa hoje para que a USP ande para frente. Acerca deste corte linear
2129 de 35%, perfeito, compreensível, o resto para mim é essencialmente ordem
2130 superior, ou seja, são detalhes, ruídos de ordem superior. Está perfeito, porque
2131 o orçamento das unidades, em geral, é executado por nós que somos
2132 diretores, no máximo na média de uns 35%, então ninguém ficará sem
2133 orçamento devido a esta situação. A COP trabalhou muito bem, com detalhes,
2134 agora, o ponto fundamental não é este, é a pagina 18. Este é importante para
2135 mim e para os colegas acompanharem, a reserva está na ordem de
2136 novecentos milhões. Vemos na apresentação ‘A COP também discutiu e
2137 sugeriu que’ vemos exatamente isso, no primeiro ponto temos ‘Que a Receita
2138 Própria e o Saldo Orçamentário são das Unidades’, ou seja, que esses
2139 novecentos milhões foram tirados das unidades, essencialmente. É exatamente
2140 isto, é este o dinheiro que estamos discutindo aqui Senhor Reitor, é esse o
2141 recurso que temos indicado, então lemos no primeiro tópico ‘Que a Receita
2142 Própria e o Saldo Orçamentário são das Unidades’. Ótimo, tiramos das
2143 unidades e devolvemos quando puder, é exatamente isso que está escrito. Em
2144 termos simples, como vamos devolver este valor? Primeiro, receita própria, em
2145 termos bem simples, é um nome, cem milhões, isso é ruído, pois o ponto três,
2146 este sim é de seiscentos milhões, ali está realmente o dinheiro, e o quarto
2147 ponto é da ordem de duzentos milhões, conta simples. Não estou dizendo que
2148 não concordo com isso, estou simplesmente lendo o que foi passado na
2149 apresentação – e como bom físico ou razoável, sei fazer uma avaliação
2150 primária dessas coisas – a primeira delas, a Receita Própria, se ela for em

2151 uma, duas ou três parcelas, como levantou o Cons. Caixeta, concordo
2152 plenamente que é muito difícil gastar depois da metade do ano, mas este é um
2153 valor pequeno, o maior problema é o ponto três, esse sim, todas as unidades
2154 ou a grande maioria, se programou para gastar esse dinheiro e é neste sentido
2155 que apresento minha primeira pergunta. Não há problema se o saldo
2156 orçamentário contingenciado será pago mais 6%, sobram 6%, agora a outra
2157 frase que me deixou meio preocupado, como já havia adiantado ao Professor
2158 Sigismundo - 'ficando o restante para ser definido à época e em conjunto com a
2159 definição do Orçamento de 2015' - considero muito vago e gostaria de ter um
2160 pouquinho mais de clareza, porque este é o ponto, ali que está, onde chamam
2161 os americanos, ai que está o *beef*, *where's the beef*, o *beef* está ali. Outro
2162 ponto, os projetos de dotação de projetos especiais são essencialmente
2163 Núcleos de Apoio à Pesquisa e algumas outras entradas, que se tenha um
2164 terço, concordo plenamente com isso também. E minha segunda questão é por
2165 que estamos fazendo isso? Por que precisamos ter caixa? Porque senão, nós
2166 temos cinquenta milhões e não se faz nada, e concordo plenamente. Meu
2167 ponto é: fazendo isso, como que vai ficar o nosso caixa? Ou seja, como é que
2168 nos vamos ganhar isto? Considero que este é um ponto importante, porque
2169 tenho de que levar isso para a minha unidade, na quinta-feira temos reunião da
2170 Congregação, temos quatorze indivíduos aos quais precisarei explicar, de
2171 forma que considero este um ponto importante e gostaria de esclarecimento.
2172 Ademais, gostaria de aproveitar a oportunidade e agradecer aos membros das
2173 Comissões das quais participei, porque hoje é meu último dia neste Conselho
2174 Universitário e, realmente, fiz diversos amigos. Nós nos vemos pela
2175 universidade, desejo tudo de bom a todos." **M. Reitor:** "O Professor
2176 Sigismundo irá nos dar uma explicação, mas antes, gostaria de esclarecer ao
2177 Cons. Renato Jardim que cada centavo que não for devolvido este ano
2178 crescerá aqueles R\$ 50 milhões que ficarão. Desta forma, a dimensão é cada
2179 centavo que não for devolvido e serão devolvidos essencialmente todos
2180 aqueles que forem necessários para a sobrevivência da Unidade. É obvio que
2181 ninguém deixará que se morra de asfixia, mas temos que entender que se
2182 terminarmos o ano com R\$ 50 milhões apenas no caixa, estando com 100% do
2183 orçamento comprometido com folha de pagamento, no ano seguinte não
2184 teremos reservas para recorrer, sequer para o pagamento do décimo terceiro
2185 salário." **Cons. Sigismundo Bialoskorski Neto:** "A pergunta é fantástica,
2186 claríssima e gostaria de responder também de forma bastante pontual e
2187 bastante clara. Com base no *slide* citado, sendo devolvido todos os recursos ou
2188 gastando-se, ou tendo um dispêndio destes recursos, mais os restos a pagar,
2189 mais as obras em andamento, as obras previstas, mais o *déficit* deste
2190 orçamento deste ano, nós terminamos com R\$ 50 milhões. Qualquer casa é
2191 administrada de forma a se ter algum recurso ao qual se possa recorrer face a
2192 algumas eventualidades. No caso da Universidade de São Paulo é de bom
2193 senso que se tenha, no mínimo, de dois a três meses para pagar a folha
2194 salarial, como contingência, por exemplo, diante a um problema
2195 macroeconômico, um problema de economia do Estado, um problema
2196 internacional, entre outros. Com esta reserva, a USP pode continuar durante
2197 um mês, dois ou três honrando suas atividades, bem como diante de algum
2198 problema emergencial que, porventura, possa ocorrer em uma ou outra
2199 unidade ou em um ou outro *campus*. Portanto, para uma ideia bastante
2200 aproximada, precisamos ter em caixa R\$ 1 bilhão / R\$ 1,5 bilhão, por bom

2201 senso de administração da própria Universidade. Como vai ser formado este
2202 caixa está naquele *slide* anterior, isso é bastante simples e claro: serão pouco
2203 mais de R\$ 700 milhões da economia orçamentária, R\$ 460 milhões das obras
2204 previstas, mais os R\$ 52 milhões, o que resulta em torno de R\$ 1,2 bilhão, que
2205 vão servir para um caixa temporário, até que consigamos ter as provisões
2206 necessárias e, por causa deste fator, teremos que ter estes gastos de uma
2207 forma bastante parcimoniosa, clara e tranquila, para não expor a Universidade
2208 de São Paulo a alguma intempérie futura. O entendimento é que estes recursos
2209 são como os recursos e receitas próprias que são das Unidades e eles devem
2210 ser utilizados da maneira mais parcimoniosa possível, para que possamos
2211 manter uma caixa de reserva para eventualidades. Se o PIB do Estado não
2212 reage, se temos um problema econômico daqui a dois ou três meses, temos
2213 que ter um caixa para um ou dois meses, é apenas isso, nada mais que isso.”
2214 **Cons. Camilo Henrique Fernandes Martin:** “A discussão do orçamento está
2215 colocada de imediato, as perspectivas que teremos para o próximo ano são os
2216 planos que poderemos fazer, que estão colocados na discussão de hoje e acho
2217 que isso é importante que se tenha clareza. Na minha opinião, a discussão do
2218 orçamento traz ao conjunto dos Conselheiros duas dimensões, uma dimensão
2219 que remete à administração dos recursos da Universidade e outra ao repasse.
2220 No caso da administração no último período, acho que é importante que
2221 tenhamos clareza e que saíamos, de maneira homogênea na consciência, com
2222 a compreensão de um flagrante caso de dilapidação do patrimônio da
2223 Universidade, com ou sem participação do Conselho Universitário, mas esta é
2224 a realidade. Temos exemplos categóricos e, inclusive, a justiça vem
2225 investigando o antigo Reitor da Universidade, temos o exemplo, dos três
2226 prédios na Rua da Consolação, na Av. Paulista, as 40 vagas, que totalizariam
2227 R\$ 33 milhões gastos, custo este que na avaliação mais palpável hoje, com
2228 relação ao problema da EACH, seria capaz de cobrir os seus gastos, hoje em
2229 R\$ 20 milhões e que, inclusive, já vem sendo denunciado desde 2011 esse
2230 problema – considero que esta questão é importante para se colocar e
2231 deixarmos sedimentada a dilapidação, a irresponsabilidade e a improbidade
2232 com o gasto do orçamento da Universidade. De outro lado, também considero
2233 que é importante trazer uma discussão que exige mais folego, é mais de fundo
2234 e mais estrutural, porque no último período, se é bem verdade que se manteve
2235 percentualmente a mesma arrecadação do ICMS para essa Universidade. Nós
2236 aumentamos a quantidade de estudantes, de cursos, de Unidades e esta
2237 discussão precisa ser feita a fundo, porque esta contradição não se encerra,
2238 ela eclode. O que estamos vendo é, também, parte dessa contradição. Na
2239 opinião dos estudantes não é possível aprovar o orçamento de hoje, porque
2240 traduzindo na concretude do dia-a-dia, não responde a nenhuma das
2241 demandas estudantis colocadas. Não responde à necessidade de mais
2242 moradia, não responde ao reajuste, os 2% não respondem ao reajuste em
2243 quantidade e também no valor que, certamente, vai ser corroído pela inflação
2244 das bolsas de permanência. Mais um ano sem política de permanência,
2245 consequentemente, é mais um ano de evasão crescendo. Esta é a nossa
2246 opinião e devido a isso, não podemos compartilhar da aprovação. Assim como,
2247 também, para o dia 25, a primeira determinação e sedimentação do que se
2248 discutiu aqui, do flagrante caso de destruição e dilapidação do orçamento
2249 público, tem que se trazer à responsabilidade dos Conselheiros a discussão
2250 sobre, não só transferência, mas, também, criação efetiva de mecanismos de

2251 participação direta e controle dos gastos públicos na Universidade. Esta
2252 discussão vai ser retomada no dia 25 e é importante, pois se aqui é de
2253 compreensão comum que há uma dilapidação do patrimônio na última gestão,
2254 é preciso que haja também, além do avanço na transparência, o avanço no
2255 controle, por isso, na opinião dos estudantes, a discussão que está sendo feita
2256 aqui hoje, longe de ser técnica, é política, porque tem também uma variante
2257 técnica, mas na nossa opinião, se hierarquiza pela política. Se hierarquiza pela
2258 discussão que os Conselheiros Mariana e Luis Gustavo fizeram antes, esta
2259 discussão tem de ser feita diretamente com o Governador e se este Conselho
2260 se posicionou politicamente sobre uma política do Governo Federal, como fez
2261 na última reunião sobre o PNE - Plano Nacional de Educação - através de uma
2262 moção, deve fazer, também, junto ao CRUESP, ao governador endereçado,
2263 que queremos discutir profundamente a questão do repasse da verba. Esta é a
2264 discussão emergencial, porque a contradição de dilapidação do orçamento
2265 junto ao aumento da nossa Universidade, vai gerar esta eclosão. Esta é uma
2266 questão política, também, porque nós temos que discutir os gastos públicos. A
2267 Cons.^a Mariana já trouxe a primeira discussão, a discussão da dívida pública,
2268 se formos pegar a dívida pública nos últimos quinze anos, pagamos ao
2269 Governo Federal, em média R\$ 5,77 bilhões por ano. Só em 1997, a dívida era
2270 de R\$ 37 bilhões, agora, em 2014 é R\$ 226 bilhões, pagamos R\$ 84 bilhões e
2271 a dívida só cresceu, e neste momento, estamos discutindo o repasse para a
2272 educação. Se bem é verdade o que disse o Reitor, de que só aqui no Brasil
2273 tem esse repasse garantido, não foi sem luta que garantimos isto e este
2274 estrépito que está acontecendo na USP também está acontecendo na FATEC
2275 (Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo) e nas ETECS (Escolas de
2276 Tecnologia do Estado de São Paulo) que estão em greve. Esta é a discussão
2277 que trazemos e em nossa opinião não é possível aprovar este orçamento,
2278 porque não dá condições nenhuma de avançar nas pautas estudantis, assim
2279 como não avança na pauta dos trabalhadores e enviamos aqui,
2280 categoricamente, a solicitação para que o Reitor leve ao CRUESP e solicite
2281 junto ao Governador a ampliação da verba a longo prazo, a partir do repasse
2282 do ICMS a partir dos 11,75%, que já é uma discussão histórica, mas que
2283 imediatamente solicite sim verba emergencial. Essa é a discussão que está
2284 colocada. O político hierarquizando a discussão técnica.” **Cons.^a Suely Vilela:**
2285 “Primeiramente, também faço coro ao cumprimentar a COP, tanto a
2286 presidência como os demais membros, pelo trabalho realizado. Também, quero
2287 salientar que estou aqui na condição de representante da Congregação da
2288 Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto (FCFRP) e temos
2289 algumas questões. Observando o conjunto da apresentação da COP,
2290 constatamos que ela apresentou uma análise retrospectiva dos últimos quatro
2291 anos da USP, em termos financeiros, para demonstrar a atual situação
2292 financeira da USP; apresentou as diretrizes e também a peça orçamentária
2293 propriamente dita, bem como os cortes orçamentários e as alíneas que foram
2294 contingenciadas. Na visão de nossa Congregação, entendemos, com todo o
2295 respeito, que falta uma análise prospectiva daquilo que representa estes
2296 contingenciamentos. Minha fala complementa a fala do Cons. Renato Jardim,
2297 pelo menos uma análise prospectiva deste ano, quando vamos, como se fala
2298 no documento da COP, até em dois anos, mas considero que quando o
2299 Magnífico Reitor nos fala da especulação sobre os efeitos deletérios deste
2300 corte, parte disto é exatamente a falta desta visibilidade, primeiro, de qual é a

2301 meta da Administração Central. Qual é a meta da COP? Onde queremos
2302 chegar com estes cortes? Queremos ter, efetivamente, uma reserva de
2303 quanto? Quanto na reserva é, no entendimento da Administração Central, que
2304 representa uma situação mais equilibrada em termos orçamentários? É esta
2305 visão que não temos e que gostaríamos de solicitar à COP, ou seja quando
2306 vamos a esta página 18, como já foi mencionado, ao meu ver, torna-se claro
2307 qual é o impacto dessas medidas, efetivamente. Neste sentido, em termos de
2308 rendimento das aplicações orçamentárias, o quanto que isto representará e se
2309 nesse ano de 2014 atingiremos esta meta ou se a situação vai se prolongar,
2310 efetivamente, para 2015, pois chama a atenção quando vemos este fato ter de
2311 contemplar março e abril de 2015, sendo que isto causa uma maior
2312 insegurança para nossas Unidades e para a Universidade. Isto posto, entendo
2313 que para que possamos passar por uma crise de forma profissional,
2314 precisamos ainda mais de informações da Administração Central, este impacto
2315 do que representa este contingenciamento em termos de reserva e se vamos
2316 concluir isto em 2014. O Professor Sigismundo comentou que esta reserva
2317 poderá chegar a R\$ 1,2 bilhão, mas ressaltou que esta seria uma visão pessoal
2318 dele, então precisamos saber a visão da Universidade, se é isto que
2319 entendemos ser, efetivamente, uma situação, não de crise, mas de equilíbrio
2320 orçamentário, que é importante para a saúde da Universidade e para nossa
2321 convivência no âmbito de nossas Congregações. Desta forma, considero isto
2322 muito importante e pergunto, também, qual a efetividade desta liberação nesta
2323 época, com relação ao segundo item desta mesma página 18, no que se refere
2324 a liberar receita própria em outubro e novembro de 2014, pois em nossa visão
2325 isto não tem um efeito positivo para as Unidades. Minha leitura é de que o
2326 recurso que a Unidade terá é aquele que, efetivamente, será liberado em
2327 março e em abril e que, realmente, não terá um impacto positivo para as
2328 Unidades e, deste modo, o que isso representa em termos de economia para a
2329 Universidade? Reforço, ainda, a questão das obras, temos a problemática das
2330 obras em andamento, minha pergunta é o quanto custa paralisar uma obra na
2331 Universidade e, efetivamente, qual é a economia que nos vamos ter? Temos
2332 R\$ 192 milhões, mas sabemos e já foi mencionado também, que tem custos
2333 paralisar uma obra, além da multa dos contratos, temos uma deterioração da
2334 obra, então acho que precisamos analisar a situação com todos os detalhes,
2335 tendo em vista o quanto representa em termos de economia a relação
2336 custo/benefício de obras paralisadas. Por fim, menciono, com relação à
2337 sugestão que a Conselheira Mariana comentou, para conseguir mais recursos
2338 para a Universidade, concordo plenamente com a manifestação do Magnífico
2339 Reitor, mas gostaria de indicar – e até vivenciei, enquanto Pró-reitora de Pós-
2340 Graduação desta Universidade, um período no qual a UNESP, em 2000-2005,
2341 passou por uma crise orçamentária muito forte e eles conseguiram tratar –
2342 temos as chamadas emendas orçamentárias na Assembleia Legislativa, que
2343 permite à USP apresentar projetos específicos, então a minha sugestão é que,
2344 por exemplo, projetos como Estação Ciência, projetos como o Museu Paulista,
2345 que tem um impacto na sociedade diretamente, considero que isto pode ser
2346 apoiado pela Assembleia Legislativa como projetos especiais, sem grandes
2347 impactos na questão do Governo do Estado. Creio que não é viável, realmente,
2348 que se peça aumento de dotação orçamentária para a Universidade, mas é nos
2349 valermos desta estratégia de emendas orçamentárias. Obrigado.” **M. Reitor:**
2350 “Muito obrigado Cons.^a Suely, abordarei alguns tópicos que, talvez, sejam

2351 interessantes. As emendas orçamentárias são uma solução muito boa, mas
2352 sempre para questões específicas e transitórias e não servem, por exemplo,
2353 para folha de pagamento. Sobre a questão de paralização de obras, concordo,
2354 pois algumas serão melhor terminarmos, mas a exemplo, além desta obra que
2355 estava se iniciando e foi suspensa nos fundamentos, na Rua da Consolação, o
2356 qual era um prédio de aproximadamente R\$ 70 milhões que seria construído,
2357 temos, também, um centro de convenções que está a meio caminho, já está
2358 coberto e, para sua construção, foram consumidos cerca de R\$ 70 milhões e
2359 os cálculos otimistas indicavam que precisaria de outro tanto para terminar.
2360 Obviamente não temos condições para concluí-lo nesse momento, isto é,
2361 teremos que fazer priorizações que implicará, em alguns casos, parar obras
2362 que estejam em um estágio que não se deterioram se ficarem paradas por um
2363 ano ou dois anos. Desta forma, haverá o bom senso e, novamente, isto será
2364 discutido amplamente, mas, sim, teremos que parar obras em andamento
2365 também. Quanto à questão das Unidades, a preocupação com os recursos que
2366 vão retornar ou não, temos que considerar que sim, esta devolução se
2367 estenderá até 2015, porque a devolução completa no ano de 2014 implicaria
2368 em devolvermos R\$ 890 milhões para as Unidades. Não se trata, como alguns
2369 estão pensando, de que nós precisamos apenas ter uma reserva para o caso
2370 de haver alguma instabilidade, não se esqueçam que a nossa folha de
2371 pagamento corresponde a 100% e para administrarmos a Universidade
2372 precisamos de mais 15%, ou seja, mês a mês nós precisamos retirar recursos
2373 da reserva, portanto, ter uma reserva no início do ano seguinte não é apenas
2374 um colchão de segurança, não é um *buffer* para uma situação de emergência,
2375 é porque desta reserva virá a complementação daqueles 100% que nós
2376 estamos gastando com a folha de pagamento. É da reserva que vai sair o
2377 recurso para tocar a Universidade, então temos que iniciar o ano que vem com
2378 uma reserva que seja maior do que R\$ 50 milhões.” **Cons. Albérico Borges**
2379 **Ferreira da Silva:** “Gostaria de propor duas sugestões que são bem
2380 específicas, com relação a tópicos que já foram colocados na página 18, que
2381 fala das sugestões da COP, do item 2, considerando que a receita própria
2382 contingenciada seria devolvida em três parcelas, basicamente uma seria
2383 recebida agora em março e abril deste ano e gostaria de propor,
2384 especificamente, por razões que já foram discutidas e não quero me estender,
2385 que mudássemos o segundo terço para junho e agosto ou agosto e setembro,
2386 na pior das hipóteses. Por uma série de razões que já foram colocadas, de
2387 forma que pudesse repensar esse aspecto, considerando que o terceiro terço
2388 só vai ser recebido, como o Magnífico Reitor explicou as razões, em 2015, em
2389 março e abril. Neste sentido, tenho esta sugestão concreta, em julho e agosto,
2390 o segundo terço ou na pior das hipóteses, agosto e setembro, para que
2391 possamos ter tempo de uma série de coisas que não gostaria de entrar em
2392 detalhes. Uma segunda sugestão, que está diretamente relacionada ao
2393 orçamento, é que diante de tudo o que já foi colocado, realmente as
2394 contratações, quer sejam de funcionários e docentes, ao longo deste ano ou ao
2395 longo do próximo ano está realmente crítica, ou seja, não tem a mínima
2396 condição, por tudo o que já foi apresentado. Isto posto, gostaria de propor ou,
2397 pelo menos, sugerir que a Reitoria pudesse pensar sobre a possibilidade de, ao
2398 longo deste ano, trabalhar com as reposições para as Unidades, ou seja, existe
2399 uma série de reposições que estão em aberto, considerando que o fato de se
2400 fazer qualquer concurso, ou de funcionários ou de docentes, leva um certo

2401 número de meses, podendo chegar até a seis meses, para que pudéssemos
2402 trabalhar com essa perspectiva. Uma outra sugestão que, talvez, pudesse ser
2403 pensada é com relação aos docentes. Por exemplo, um docente que vai se
2404 aposentar ao longo deste ano, vai completar 70 anos - a chamada compulsória
2405 - que pudéssemos ter a liberdade de antecipar isto, considerando o tempo
2406 entre a abertura do concurso e o docente novo entrar, efetivamente, na folha
2407 de pagamento, leva-se um certo tempo. Que isto fosse uma forma de aliviar as
2408 Unidades com relação a estas contratações, desde que ficasse comprovado,
2409 por exemplo, o docente vai se aposentar em novembro desse ano, então a
2410 Reitoria poderia antecipar. São estas colocações que gostaria de deixar,
2411 apenas para que a Reitoria pense nesses aspectos e para que pudesse
2412 trabalhar na questão das reposições.” **M. Reitor:** “Apenas um esclarecimento.
2413 O Conselheiro repetiu uma sugestão expressa por outros e o nosso pessoal já
2414 indicou positivamente, portanto, quanto a esta antecipação da segunda parcela
2415 tudo bem, isto é perfeitamente possível e será incorporado à proposta. Quanto
2416 à questão de pessoal, neste momento, não temos qualquer condição de
2417 discutir. Tudo o que diz respeito a Pessoal - docente ou servidores - terá que
2418 aguardar para que tenhamos um planejamento, uma visão melhor. Neste
2419 momento não podemos firmar qualquer compromisso com relação a isso.”
2420 **Cons. Phillipe Pessoa de Santana:** “Gostaria de falar um pouco mais sobre
2421 um assunto que me preocupa, no aumento real levantado pela Cons.^a Mariana,
2422 que é cerca de 20. Falta descontarmos uma perda da receita que é oriunda dos
2423 contribuintes em relação ao regime de previdência, a partir de 2007, que
2424 passou para a SP-PREV, as aposentadorias de todos os docentes do regime
2425 anterior a 2007 é tirada do orçamento da USP. Neste Conselho se falou do
2426 comprometimento, então é importante descontar isto também e aqui muito se
2427 falou do comprometimento da Universidade com folha de pagamento, mas
2428 nenhum dos ajustes no orçamento teve, ao meu ver, um impacto direto nesta
2429 folha de pagamento. Se é verdade que nós contratamos mais do que
2430 deveríamos, então não estamos fazendo planejamentos estratégicos para que
2431 a Universidade cresça, para abarcar essas contratações, estamos fazendo
2432 cortes que vão comprometer, efetivamente, o crescimento da Universidade,
2433 sem resolver as fontes do problema para que a Universidade continue
2434 crescendo sem prejudicar os trabalhadores e estudantes que compõem a
2435 comunidade. É preciso, sim, que se busque investimentos adicionais dos
2436 Governos e de outros setores da sociedade. Isto posto, quero tratar de uma
2437 questão que me preocupa muito, a assistência estudantil teve um aumento de
2438 2% em relação ao orçamento de 2013, só que isso não representa um aumento
2439 real, 2% não cobre o aumento do número de graduandos e pós-graduandos no
2440 último ano, que é algo próximo de 1,2%. Parece-me que não se alterou muito
2441 de 2013 para 2014, e também não cobre o aumento dos custos de manutenção
2442 dos programas de permanência, pois estes custos também aumentam,
2443 inflação. Em 2009 iniciou-se o Programa de Inclusão Social da USP - INCLUSP
2444 e a verba destinada à assistência estudantil dos programas de permanência e
2445 programas de apoio à permanência aumentou consideravelmente, aumentos
2446 relativos de 7% em 2010, 22% de 2010 para 2011 e 31% de 2011 para 2012.
2447 Não sabemos qual foi o orçamento anual, para a assistência em 2013, mas em
2448 2012 era cerca de R\$ 145 milhões, imagino, considerando o aumento anual
2449 médio do orçamento, que em 2013 ele esteja perto de R\$ 175 milhões, com
2450 2%, R\$ 178 milhões. Hoje, a bolsa moradia e as vagas em moradia atendem

2451 cerca de 5% da população de discentes, a bolsa alimentação e transporte
2452 atendem até mais 10%, temos um déficit enorme em relação à assistência
2453 estudantil na Universidade. Temos um contexto preocupante, no ano passado,
2454 em junho esta Universidade, a partir da decisão desse egrégio Conselho
2455 Universitário, comprometeu-se a cumprir uma meta de inclusão social e racial
2456 até 2018; com a estagnação e retrocesso no orçamento da assistência
2457 estudantil, que era um dos setores estratégicos, prioritários para alcançar essa
2458 meta, preocupo-me muito se conseguiremos. Ocorre que o Governo Federal
2459 criou um Plano Nacional de Assistência Estudantil - o PNAES e, talvez, a
2460 Universidade possa angariar recursos do Estado de São Paulo criando um
2461 programa análogo e, dessa forma, avançar na direção de alcançar sua meta de
2462 inclusão. Minha proposta vai na mesma direção de solicitação de verba
2463 suplementar da Cons.^a Mariana, que talvez possa ser conseguida com projetos
2464 de emenda orçamentária, como foi sugerido pela Cons.^a Suely, contudo fiz uma
2465 consulta e tenho algumas observações. O PNAES investiu, em 2013, cerca de
2466 R\$ 603 milhões, a USP com 175 é quase um quarto e temos uma assistência
2467 estudantil que não é a mais avançada, com certeza, em relação às outras
2468 universidades federais, mesmo considerando que estas universidades
2469 complementem o recurso do PNAES, isto me leva a crer que nós temos uma
2470 gestão bastante ineficiente dos recursos públicos na USP, particularmente na
2471 assistência estudantil. Nos últimos anos tivemos terceirização dos serviços em
2472 vários setores da Universidade e a assistência estudantil conta com muitos
2473 desses serviços terceirizados,. Há uma precarização do trabalho, não sei como
2474 estes contratos estão, de forma que faço um apelo a este Conselho, para que
2475 paute em suas próximas reuniões uma ilibada auditoria das contas públicas,
2476 para que estes abusos sejam apurados e as contas sejam ajustadas, para o
2477 melhor funcionamento da Universidade. Obrigado.” **Cons. Joaquim José de**
2478 **Camargo Engler:** “Inicialmente, quero cumprimentar o Professor Sigismundo,
2479 Presidente da COP e seus companheiros, pelo excelente trabalho que fizeram
2480 em tão pouco tempo e com tanta dedicação. Considero que a proposta que
2481 apresentam é adequada ao momento em que vivemos, o próprio corte da
2482 dotação básica se adequou àquilo que temos visto historicamente na execução
2483 orçamentária, as Unidades têm executado na faixa de 50% a 60%, então os
2484 35% e a disponibilidade de 65% está acima do que tem se verificado nos
2485 últimos anos, isto tem refletido naquele saldo, naquela economia orçamentária
2486 que aparece, ela é consequência desta não execução orçamentária ao longo
2487 de vários anos. Em segundo lugar, gostaria de cumprimentar o Magnífico
2488 Reitor pela sua disponibilidade de uma gestão participativa, porque considero
2489 que o orçamento participativo é importante e creio que isto precisa ser tentado,
2490 inclusive, nas Diretrizes Orçamentárias que das quais são solicitados
2491 manifestações de todos os membros desse Colegiado, dos dirigentes, e
2492 costumeiramente recebemos no máximo quarenta respostas. O Professor
2493 Sigismundo acompanhou este processo. A gestão participativa e o
2494 acompanhamento da execução orçamentária pela COP, ou por outro
2495 organismo de controle interno, é muito importante. Até o momento, a COP
2496 elabora a proposta orçamentária, o que algumas pessoas já mencionaram, e
2497 encerra-se ali a sua atuação. A proposta orçamentária é executada no modelo
2498 de gestão que a USP adotou até agora, exatamente pelo Reitor, é um regime
2499 presidencialista em que o Conselho Universitário e a COP, como sua Comissão
2500 Assessora, elabora uma proposta. Essa proposta, uma vez encaminhada à

2501 administração, possui diversas formas de execução, conforme as pessoas
2502 envolvidas. Na parte de Pessoal, a COP em momento algum é consultada
2503 sobre as concessões de claros, nem sobre os respectivos benefícios, nem
2504 sobre o prêmio. No próprio prêmio temos um dispositivo que diz 'desde que
2505 exista a disponibilidade orçamentária', ocorre que esta disponibilidade
2506 orçamentária é informada pelo órgão central, se é que acontece, ela não chega
2507 à COP. A criação dos claros também não passa pela COP, os benefícios, como
2508 vale refeição, também não passam. A criação de claros é o que mais impacta,
2509 quer dizer, 2.600 claros nesse período, nós ficamos sabendo quando viu-se o
2510 relatório, porque não se chegava a isto e não se tinha essa informação.
2511 Conversando com o Magnífico Reitor, em janeiro, nós não sabíamos, então eu
2512 disse-lhe que o DRH deveria possuir esta informação, desta forma considero
2513 que este acompanhamento é muito importante. Na parte de obras, a proposta
2514 orçamentária contempla uma dotação daquilo que foi disponível, aquilo que era
2515 possível incluir para obras, mas em momento algum a proposta orçamentária
2516 define as prioridades das obras a serem executadas. Durante a gestão da
2517 Professora Suely, fizemos um plano plurianual de obras, nós tínhamos um
2518 planejamento para três anos de gestão, sabíamos as obras que estavam
2519 programadas pela antiga Coordenadoria do Espaço Físico – COESF, agora
2520 seriam executadas de acordo com a disponibilidade dos projetos executivos,
2521 então a dotação que a COP – pois é sempre inferior aquilo que vem da antiga
2522 COESF, hoje da Superintendência do Espaço Físico – ela tem de ser
2523 priorizada, isso até agora vinha sendo priorizado apenas a nível reitoral. A
2524 administração da receita própria é outro item que em momento algum passa
2525 pela COP. A COP, quando tem informação sobre receita própria, possui
2526 apenas a informação que solicita ao DF, como que está uma dada situação?
2527 Normalmente isto não era encaminhado. Com relação à comparação e à
2528 análise do orçamento inicial com o realizado, isto sempre foi feito, é a 'Tabela
2529 2' das Diretrizes Orçamentárias, talvez tenha passado despercebido por
2530 muitos, mas todo ano tem uma comparação entre o orçamento inicial e o
2531 realizado. Ao elaborar as Diretrizes que encaminhamos ao Reitor no mês de
2532 outubro passado, estava lá na Tabela 2, então, naquele momento, já tínhamos
2533 uma grande discrepância. Naquele momento, o déficit era de R\$ 700 milhões,
2534 agora esse déficit, quando foi feita a proposta 2013 e aprovada por este
2535 Conselho Universitário, era de R\$ 509 milhões, tínhamos alteração de reserva
2536 de R\$ 509 milhões, porque tínhamos uma dotação para Pessoal de 92,8%; foi
2537 aprovada uma dotação de 93%, pois eram despesas incomprimíveis. A carreira
2538 estava implantada e outra etapa despontava no horizonte, havia todas aquelas
2539 contratações que tinham sido executadas e já refletia em nosso cenário, então
2540 nos tínhamos para 2013, já de início do ano, 92,8%. Para que houvesse algo
2541 para custeio, foi-se colocado na reserva e aprovado pelo Conselho, na ocasião,
2542 R\$ 509 milhões, então em setembro estes R\$ 509 milhões já tinham ido a R\$
2543 700 milhões, e ao final do ano foi a esse R\$ 1 bilhão. Outra coisa, parte dessa
2544 utilização foi investimento é a parte menos problemática, pois o investimento é
2545 pontual, sabe-se o quanto se faz e isto terá seu reflexo ao término daquele
2546 investimento, o problema maior é quando isto é feito para atender as despesas
2547 com Pessoal, que são incomprimíveis; na realidade elas só tendem a crescer.
2548 Com relação às despesas pessoais, só queria fazer um lembrete, lembro-me
2549 que em 2010 tivemos, talvez, uma das melhores propostas orçamentárias que
2550 já foi trazida ao Conselho. A Dotação para Pessoal era de 80%, na ocasião fui

2551 sumamente criticado pela Cons.^a Lisete e pelo Cons. Alexandre Pariol, pois
2552 'onde estará o dinheiro para o nosso aumento?' Na época, dizia que era
2553 suficiente, estava na Reserva de Ajuste, pois nós dependíamos, naquele
2554 momento, das duas outras Universidades, a USP poderia indicar mais, mas as
2555 outras duas estavam no limite e pela isonomia salarial, o CRUESP não
2556 chegaria a isto. Neste sentido, quando se coloca um limite baixo também se é
2557 criticado. Por exemplo, a carreira, quando se colocou limites para a carreira,
2558 pois a proposta que vinha do Sindicato era que a carreira fosse implantada sem
2559 limite orçamentário, ainda nos dias de hoje se entramos no *site* do SINTUSP,
2560 encontramos 'carreira sem limite orçamentário' e a COP alertava quanto à
2561 impossibilidade de se fazer isso. Quando se colocava 6% também era criticado.
2562 Ocorre que, às vezes, uma crise como a de hoje permite uma reorganização
2563 geral na Instituição, para que possamos começar novos rumos. Considero que
2564 o controle interno e a participação na distribuição orçamentária são sumamente
2565 importantes." **M. Reitor:** "Obrigado Professor Engler." **Cons.^a Terezinha de**
2566 **Jesus Andreoli Pinto:** "Sem dúvida, para o momento, entendo que deva ser
2567 aprovada a proposta e gostaria de fazer a sugestão ou o pedido de algo que,
2568 coincidentemente, o Professor Engler acabou de mencionar, que diz respeito a
2569 proposta de um plano plurianual para as grandes obras. Desta forma, não é
2570 minha intenção privilegiar a Ciências Farmacêuticas de São Paulo, entretanto,
2571 muitos dos Conselheiros também possuem os grandes projetos e que os
2572 grandes projetos contemplem, evidentemente, atividade fim enquanto
2573 graduação, acessibilidade, muitos de nós cerceados pelo Ministério Público
2574 com muitos dos custos já providenciados por reservas que não são aquelas
2575 'uspinas' e privilegiando os aspectos fundamentais. É esta a minha sugestão,
2576 muito obrigada." **M. Reitor:** "Esta foi uma longa, mas necessária, discussão. As
2577 contribuições aqui advindas não serão apenas aquelas que serão incorporadas
2578 no processo de votação, mas todas elas foram anotadas ou recebidas por nós
2579 e terão ao longo do tempo que ser implantadas, o que faremos é colocar em
2580 votação a proposta de orçamento encaminhada pela COP, acrescido da
2581 seguinte informação: sugestão que a COP fez a respeito da devolução da
2582 receita das Unidades, esta é uma sugestão que a Reitoria aceita, inclusive,
2583 com a modificação proposta em último pelo Cons. Albérico, mas que já havia
2584 sido adiantada por outros Conselheiros, de antecipar a segunda parcela para
2585 agosto e setembro e, finalmente, também com o registro e o compromisso que
2586 esse orçamento será periodicamente revisto nesse Conselho. As datas,
2587 exatamente, não são possíveis de se fixar agora, mas fixamos o compromisso
2588 de rever que nesse processo de execução e revisão conjunta se construirá o
2589 novo orçamento de 2015. Os diretores vão se programar para isso." **Secretário**
2590 **Geral:** "Apenas um esclarecimento, é que o Professor Rudinei explicou que
2591 contando já com esta liberação de agosto e setembro, os diretores já poderiam
2592 fazer a sua programação e, também, a CODAGE poderia, logo depois do
2593 carnaval, encaminhar para as unidades o valor exato que corresponde a cada
2594 uma dessas liberações." **M. Reitor:** "Os demais tópicos são sugestões,
2595 propostas que terão continuidade, inclusive, na reunião do Co de 25 de março,
2596 portanto, vamos colocar em votação." **Cons. Flávio Ulhoa Coelho:** "Apenas
2597 um esclarecimento, nós votaremos estas sugestões da COP junto com o
2598 Orçamento?" **M. Reitor:** "Não, pois as sugestões da COP são um acordo entre
2599 a COP e o Reitor que está sendo feito neste momento na frente do Conselho
2600 Universitário, mas ela não é objeto de votação. O que é objeto de votação é a

2601 Proposta Orçamentária, a respeito do qual existe um parecer da COP e, além
2602 disso, a COP sugeriu certos tópicos, os quais serão acatados.” **Cons. Flávio**
2603 **Ulhoa Coelho:** “Neste caso pergunto, pois o Conselho Universitário poderia
2604 votar esta sugestão, ou não está se votando as sugestões?” **M. Reitor:**
2605 “Considero desnecessário, porque esta é uma questão administrativa, mas a
2606 respeito desta, fizemos uma acordo na frente do Conselho Universitário.”
2607 **Cons. Flávio Ulhoa Coelho:** “Por fim, apenas mais um esclarecimento,
2608 quando se fala em março e abril, isto está mais próximo de primeiro de março
2609 ou de trinta de abril?” **M. Reitor:** “Entre março e abril Conselheiro, o senhor é
2610 um professor de Matemática e preza pela exatidão, sabe que a exatidão tem
2611 vários graus de confiança e intervalos são coisas importantes na Matemática.”
2612 **Cons. Camilo Henrique Fernandes Martin:** “Os estudantes fizeram propostas
2613 anteriores e, em nosso entendimento, elas antecedem essa votação do marco
2614 geral do Orçamento. Nossa proposta vai no sentido da moção, solicitando
2615 suplemento emergencial, a partir da reunião de amanhã do CRUESP,
2616 endereçada ao governador.” **M. Reitor:** “Não tem precedência, o que tem
2617 precedência é a Proposta Orçamentária analisada pela Comissão Permanente.
2618 A inclusão de artigos adicionais na Ordem do Dia, depende, em primeiro lugar,
2619 da aceitação do plenário de que o artigo poderá ou não ser submetido à
2620 votação e será feito no final da reunião.” **Cons. Camilo Henrique Fernandes**
2621 **Martin:** “Sim, mas a nossa proposta vai de encontro à proposta feita pela
2622 COP.” **M. Reitor:** “Neste caso aqueles que acharem que uma proposta
2623 contraria a outra terão que votar contrário.” **Cons. Luiz Gustavo da Cunha**
2624 **Soares:** “Antes da votação, entendi que era uma questão de ordem e que
2625 aquilo que o Cons. Camilo disse tem precedentes no seguinte aspecto: não é
2626 um ponto novo de pauta, ele propôs um adendo nas votações e foi matéria de
2627 debate nesta reunião, então o Regimento permite este procedimento, não é
2628 necessário abrir um novo ponto de pauta para se discutir suplemento de verba,
2629 que já foi amplamente debatido aqui.” **Secretário Geral:** “Ocorre que esta é
2630 uma questão nova que foi introduzida.” **Cons. Luiz Gustavo da Cunha**
2631 **Soares:** “Bem, neste caso, então a partir da quinta-feira já estava determinado
2632 o que ia ser decidido aqui, quando foi enviada a Pauta.” **M. Reitor:** “Não é
2633 verdade Conselheiro.” **Secretário Geral:** “Conselheiro Luiz Gustavo Soares,
2634 não é assim.” **M. Reitor:** “Encaminhamos uma Proposta Orçamentária, ela
2635 tramitou regularmente pela Comissão de Orçamento e Patrimônio, tem um
2636 parecer, foi discutida nesta reunião do Conselho Universitário por mais de
2637 quatro horas. A proposta será votada. Os que estiverem a favor vão se
2638 manifestar, os que estiverem contrários vão se manifestar. Os estudantes
2639 apresentaram um tópico adicional, que consiste em se pedir suplementação de
2640 verba ao Governo do Estado, isto será incluído ou não na Pauta, se assim
2641 concordar o Conselho Universitário ao final do Expediente.” Ato seguinte, o **M.**
2642 **Reitor** coloca em votação a Proposta Orçamentária para 2014. **Votação.** Pelo
2643 painel eletrônico, obtém-se seguinte resultado: Sim = 90 (noventa) votos; Não =
2644 9 (nove) votos; Abstenções = 6 (seis); Total de votantes = 105 (cento e cinco).
2645 É aprovado parecer da COP, favorável ao Orçamento da USP para 2014. **M.**
2646 **Reitor:** “Pergunto se no final dessa Sessão os Conselheiros querem ou não
2647 incluir na Pauta um pedido, uma moção ao Governo do Estado de São Paulo,
2648 pedindo suplementação orçamentária. Não se trata de se concordam com o
2649 pedido ou não, mas sim de se concordam com a inclusão de um tópico na
2650 pauta. Os que estiverem favoráveis à inclusão na pauta devem votar sim.” Ato

2651 seguinte, o **M. Reitor** coloca em votação a proposta de inclusão da solicitação
2652 de moção em pauta. **Votação.** Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte
2653 resultado: Sim = 42 (quarenta e dois) votos; Não = 54 (cinquenta e quatro)
2654 votos; Abstenções = 9 (nove); Total de votantes = 105. A proposta é rejeitada.
2655 **Cons. Alexandre Pariol Filho:** “Peço sensibilidade a este Plenário, porque
2656 podemos ver que houve uma diferença bastante significativa a favor de
2657 continuarmos, inclusive, a discutir, por uma razão simples, tivemos uma
2658 discussão importante e cansativa de quatro horas, não podemos desprezar que
2659 esta votação aponta a necessidade de colocarmos em votação esta
2660 possibilidade. Considero que não poderíamos, simplesmente, continuar, pois
2661 houve uma diferença de doze votos contrários à inclusão do tópico neste
2662 Conselho Universitário, justamente por isso não devemos negligenciar este
2663 fato, mesmo porque houve abstenções, considero que sim, podemos adicionar
2664 este tópico.” **M. Reitor:** “Conselheiro, claramente o Conselho Universitário se
2665 manifestou, inclusive contrário ao meu voto, devemos respeitar. Agora temos
2666 total sensibilidade para que se houver um encaminhamento com relação a esta
2667 solicitação, eventualmente, traremos o tópico para uma nova discussão dentro
2668 da pauta, mas hoje tenha certeza de que este assunto está encerrado.” Neste
2669 momento a Conselheira **Neli Maria Paschoarelli Wada** questionou o ocorrido
2670 ao **M. Reitor**, fora do microfone e o **M. Reitor** esclareceu que o Conselho se
2671 manifestou favorável à Proposta Orçamentária como foi encaminhada, de
2672 forma que a solicitação de discussão sobre uma moção ao Governador só
2673 deverá ser contemplada caso a proposta seja devidamente encaminhada para
2674 inclusão de pauta em reunião futura. Ato seguinte, o **M. Reitor** passa ao
2675 **CADERNO II – ELEIÇÕES PARA DIRETOR E VICE-DIRETOR. 1.**
2676 **PROTOCOLADO 2011.5.2543.1.0 – USP.** Proposta de revogação dos incisos
2677 V e XII do artigo 34 do Estatuto da USP, substituição da expressão
2678 “coordenadores dos campi” pela expressão “prefeitos dos campi” no inciso VI
2679 do artigo 42, alteração do caput do artigo 46 e os parágrafos 1º e 6º e
2680 substituição da remissão ao inciso II do artigo 36 pela remissão ao inciso V do
2681 mesmo dispositivo no artigo 95 do mesmo diploma, adequando-o aos termos
2682 da Resolução 6637/2013. Ofício do Senhor Chefe de Gabinete, Prof. Dr. José
2683 Roberto Drugowich de Felício, ao Procurador Geral da USP, Prof. Dr. Gustavo
2684 Ferraz de Campos Monaco, solicitando a elaboração de estudo a fim de que o
2685 Estatuto e o Regimento Geral da USP sejam adequados com vistas à
2686 implementação das seguintes propostas: a coordenação da Administração
2687 Geral da USP será feita pelo Vice-Reitor, auxiliado por um Coordenador de
2688 Administração Geral, com a consequente extinção da Vice-Reitoria Executiva
2689 de Administração; a Vice-Reitoria de Relações Internacionais deixará de existir
2690 e suas funções e atividades serão absorvidas pela Agência USP de
2691 Cooperação Acadêmica, novo Órgão que atuará nos âmbitos nacional e
2692 internacional, a ser criado nos moldes da Agência USP de Inovação; os
2693 Diretores e Vice-Diretores das Unidades de Ensino e Pesquisa, dos Institutos
2694 Especializados e dos Museus passarão a ser escolhidos no âmbito de suas
2695 próprias Unidades/Órgãos, cabendo ao Reitor a designação desses Dirigentes
2696 (7.2.2014). **Parecer da PG:** sugere leves correções em remissões normativas
2697 ou nomenclatura de alguns órgãos administrativos, visando adequar
2698 dispositivos do Estatuto e apresenta minuta de Resolução que contempla a
2699 implantação das propostas apresentadas pelo Gabinete do Reitor (13.2.14).
2700 Minuta de Resolução. **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos

2701 presentes (5 votos), a proposta de alteração do Estatuto, conforme proposto
2702 pela Procuradoria Geral (17.2.14). **Secretário Geral:** “Farei um breve
2703 esclarecimento procedimental. Tanto o Caderno II, quanto o Caderno III e IV
2704 dizem respeito a três solicitações encaminhadas pela Chefia de Gabinete e
2705 pela Procuradoria Geral, no sentido de oferecer minutas de alterações, tanto no
2706 Estatuto quanto no Regimento Geral, no tocante à extinção da Vice-Reitoria de
2707 Administração, sendo que a Administração Geral da Universidade, como já dito
2708 pelo Magnífico Reitor, será exercida pelo Vice-Reitor, com a ajuda de um
2709 Coordenador. O segundo tópico, a extinção da Vice-Reitoria Executiva de
2710 Relações Internacionais, com a criação de uma Agência própria de
2711 Cooperação; e o terceiro tópico, referente à mudança nas regras de eleição
2712 para Diretor e Vice de Unidades, Institutos Especializados, Museus, entre
2713 outros. O Magnífico Reitor mencionou antes que a proposta de alteração na
2714 forma de eleição, nesse momento, não esgota a discussão que sobre outros
2715 aspectos relacionados com a eleição de dirigentes, para que esta venha a ser
2716 feita no bojo da discussão da governança. Neste sentido, a ideia foi antecipar
2717 aquela que era uma demanda das Unidades, ou seja, encerrar a lista tríplice –
2718 principalmente, considerando que temos uma circunstância peculiar, que é o
2719 fato de que quase metade dos dirigentes encerram seus mandatos neste
2720 primeiro semestre. Portanto, quase metade das Unidades irão eleger seus
2721 novos dirigentes neste primeiro semestre – quando foi encaminhada esta
2722 proposta o Magnífico Reitor entendeu que seria uma forma de antecipação, no
2723 sentido de fazer com que esses novos dirigentes não sejam designados pelo
2724 Reitor, mas sim, eleitos pelas Unidades, portanto um reforço claro da sua
2725 autonomia. Sem prejuízo, volto a dizer, de que outras questões envolvendo
2726 colégio eleitoral e outras tantas mais, sejam incluídas no bojo da reforma da
2727 governança. Estas três questões que contemplaremos agora possuem reflexo
2728 jurídico, ora no texto do Estatuto, ora no texto do Regimento Geral, por conta
2729 disto que estas questões foram desmembradas nestes três Cadernos. No
2730 primeiro Caderno, temos a discussão e os reflexos da extinção das Vice-
2731 Reitorias no Estatuto. E mudanças no Estatuto demandam um *quórum*
2732 qualificado de dois terços do Colegiado, o que equivale a 78 votos. A questão
2733 da mudança da sistemática de eleição de diretor e vice, possui, em partes,
2734 reflexos no Estatuto, bem como no Regimento Geral. Por fim, a questão da
2735 criação da Agência é uma questão que tem reflexos no Regimento Geral, por
2736 isso que estas três propostas contemplam, por assim dizer, ora o Estatuto e ora
2737 o Regimento Geral, cada uma destas mudanças com quórum próprio.” **M.**
2738 **Reitor:** “Alguns esclarecimentos antes de abrimos para os presidentes das
2739 Comissões. Não se trata de abrir uma Agência de Fomento como se fosse algo
2740 distante da universidade, trata-se, sobretudo, de um órgão próprio da
2741 Universidade, paralelo à Agência USP de Inovação, é uma agência própria e
2742 que estamos substituindo a noção da Vice-Reitoria Executiva de Relações
2743 Internacionais, que era um título bastante interessante, mas focalizado na
2744 questão internacional. Entendemos que seria interessante transformar isto, de
2745 fato, em algo que obtivesse uma função muito mais executiva de realização e
2746 que, ao mesmo tempo, incluísse as relações nacionais, que até agora não
2747 temos dado a devida atenção na Universidade. Então, a ideia é criarmos uma
2748 Agência com três diretorias, ou três setores, ou três áreas, que são a de
2749 Relações Internacionais, Relações Nacionais e Mobilidade Acadêmica. É um
2750 órgão que ficará ligado diretamente ao Gabinete do Reitor. Não seria

2751 interessante ligar esta Agência a qualquer uma das Pró-Reitorias, pois, na
2752 verdade, esta deve ser um braço executor das quatro Pró-Reitorias, essa era
2753 uma das dificuldades de gestão que tínhamos. Havia algo semelhante a uma
2754 competição entre a Vice-Reitoria de Relações Internacionais e as Pró-Reitorias,
2755 então, entendemos que esta seria uma fórmula para resolver isso. Isto posto,
2756 começaremos pela questão da eleição de Diretor e Vice-Diretor. Em essência,
2757 o que se suprimirá é a lista tríptica, ou seja, a Unidade vai se manifestar de
2758 uma maneira terminal sobre seu dirigente. Isto tem um reflexo muito grande no
2759 *status* destes representantes que aqui vão comparecer, representando as suas
2760 Unidades, pois eles terão que ser eleitos por suas Unidades. Para viabilizarmos
2761 este processo, entendemos que a melhor forma é a proposta apresentada em
2762 pauta, de uma eleição que pode ser até em dois turnos. Se no primeiro turno
2763 houver maioria absoluta, ele ou ela estará eleito, caso contrário vai-se para um
2764 segundo turno em que apenas os dois mais votados competem, sendo que
2765 entre eles, o mais votado será eleito. Esta é uma maneira de assegurar
2766 governabilidade às Unidades, insisto no fato de que só incluímos na proposta
2767 aquilo que, de nossa visão, representava quase que um consenso neste
2768 Conselho Universitário e em toda a Universidade. Não incluímos aspectos que
2769 podem ser polêmicos e discutíveis, como a composição do Colégio Eleitoral,
2770 tópico que poderá ser tratado na reforma, que começa a ser discutida no dia 25
2771 de março.” **Cons. Sérgio Franca Adorno de Abreu:** “Creio que a natureza das
2772 mudanças foram todas esclarecidas, não haveria muito a acrescentar. Apenas
2773 quero trazer ao conhecimento do Colegiado que o assunto foi muito discutido,
2774 foi um momento de retomada do protagonismo da CLR e se chegou a esta
2775 proposta como aquela que seria, na verdade, a mais adequada neste
2776 momento, ressalvado aquilo que o senhor Reitor já disse a respeito de
2777 possíveis complementações ou aprofundamentos que se possa ter em outras
2778 oportunidades em que esta matéria vier a ser discutida. Quero lembrar,
2779 também, que a ideia da Agência é desta ser um órgão que articule todas estas
2780 operações que estavam dispersas nos órgãos e nas Pró-Reitorias e, ao mesmo
2781 tempo, que seja um órgão de assistência e assessoramento à administração
2782 superior nas suas tomadas de decisões, em termos do que tange a política de
2783 convênios e da interface externa da USP com o mundo acadêmico
2784 internacional e nacional.” **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins:** “Gostaria de
2785 fazer uma sugestão de ranqueamento, dado que as três matérias específicas
2786 exigem maioria qualificada, dois terços dos votos dos membros do colegiado,
2787 não dos presentes. Minha sugestão é que, uma vez ouvida, como é de praxe, a
2788 manifestação da CLR, pois é a manifestação da CLR que está em votação, se
2789 identifique se há manifestações contrárias à proposta. No caso de haver
2790 manifestações contrárias à proposta, que se abra a possibilidade das defesas,
2791 caso não haja manifestações contrárias, que encaminhemos em regime mais
2792 célere a votação, pois, de fato, o horário avança e são matérias de mais
2793 absoluta relevância para a Universidade e temos a necessidade para aprovar
2794 qualquer uma delas de, pelo menos, 78 votos.” **Secretário Geral:** “Apenas
2795 esclarecendo Conselheiro, sem prejuízo desta urgência, que 78 votos é a
2796 maioria qualificada para mudanças no Estatuto, tem tópicos que são do
2797 Regimento Geral.” **Cons. Flávio Ulhoa Coelho:** “Primeiramente parabeno a
2798 gestão por colocar este tópico em pauta e votá-lo, acho que era um dos
2799 assuntos que estavam maduros desde dois anos atrás, em uma reunião que
2800 fizemos do Co, em junho de 2012, assim como, também, a modificação do

2801 sistema de eleição do Reitor. Considero que poderíamos ter avançado um
2802 pouco mais, contudo creio que ficará para o dia 25 de março a questão das
2803 chapas e das inscrições, que me parece algo que está maduro para votarmos.
2804 Já votamos tal mudança para Reitor, mas creio que o passo de eliminar a lista
2805 tríplice já é um passo muito grande de autonomia para as Unidades. Pedi a
2806 palavra, pois tenho uma dúvida e, talvez, precisasse contar como disposição
2807 transitória. Por exemplo, no IME, temos eleição e já publiquei a portaria, a
2808 eleição vai ser no dia 11 de março e considero que se aprovar esta modificação
2809 hoje, tenho tempo de, politicamente, divulgar a modificação e já trabalhar com
2810 a nova sistemática que, particularmente, prefiro. Gostaria de trabalhar com a
2811 nova sistemática, mas tenho receio. Do ponto de vista legal, o que
2812 aconteceria? Talvez tenha que trabalhar com a sistemática antiga, ou
2813 poderíamos aprovar uma disposição transitória neste momento? Tem menos
2814 de 30 dias para o dia 11, de forma que se pudermos aprovar algo que pudesse
2815 fazer com que se modificasse, eu faria a eleição na nova sistemática, que é
2816 minha preferência e é o que a Unidade também prefere, senão, precisaria
2817 suspender todo o processo e acabaria o meu mandato. Não sei qual é a
2818 solução legal, mas gostaria que houvesse alguma e, obviamente, estou de
2819 acordo com a proposta.” **Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco:** “Na
2820 verdade esta questão chegou a ser aventada, mas há uma regra, um princípio
2821 geral em direito, segundo o qual aquilo que é procedimento tem aplicação
2822 imediata, e esta questão diz respeito ao procedimento de votação, de modo
2823 que as eleições, a partir de do dia da publicação da Resolução, se houver
2824 alguma marcada, já se deve processar na nova sistemática de votação,
2825 porque, exclusivamente, ela se refere a realização de um turno ou de dois
2826 turnos, dependendo do resultado que venha a ser obtido em um primeiro
2827 momento de votação, então não há dificuldade quanto a isto, do ponto de vista
2828 legal.” **M. Reitor:** “Desta forma o Diretor deverá refazer sua portaria sem alterar
2829 a data.” **Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco:** “Exato, não há,
2830 inclusive, problemas se não houver tempo hábil para refazer a portaria, basta
2831 só o encaminhamento do processo de votação que será feito na nova
2832 sistemática, pois era a regra que era a válida, só que a partir do momento que
2833 a Resolução que altera o Estatuto for publicada, se for publicada a Portaria,
2834 passa a ser anti-estatutária e, portanto, precisa ser adequado do ponto de vista
2835 procedimental. Volto a dizer, não é do ponto de vista material, não está se
2836 mudando quem se está chamando para eleger ou quem pode ser votado, é só
2837 uma questão de procedimento de encaminhamento da votação. Pode fazer a
2838 eleição no dia 11, agora, se a Resolução vier a ser publicada no dia dez, não
2839 há necessidade de mudar a Portaria, pode fazer a eleição na nova sistemática
2840 sem nenhuma dificuldade e estaremos de prontidão na Procuradoria Geral para
2841 eventuais dúvidas que os dirigentes possam ter no encaminhamento dessas
2842 eleições.” **Cons^a Lisete Regina Gomes Arelaro:** “Apesar do Professor Carlos
2843 ter razão, precisamos ser céleres. Considero que esta decisão sendo
2844 encaminhada, inclusive, pelo senhor, é um alento, pois não é verdade que nós,
2845 diretores eleitos na nossa Unidade, não tenhamos um período de *stress* até o
2846 Reitor decidir se somos, de fato, amigos, adversários ou convenientes.
2847 Portanto, acho que admitir que nossa liderança tem a ver com o trabalho
2848 realizado na Unidade e com o reconhecimento deste mérito em nosso local de
2849 trabalho, realmente, é um avanço em relação às listas tríplices, sêxtuplas ou
2850 qualquer outra. Considero que é um marco democrático fundamental, qualquer

2851 um de nós que estejamos aqui como segundos ou terceiros classificados,
2852 sabemos que independente do esforço, da dedicação, sempre foi
2853 constrangedor que o nosso colega que tivesse sido o primeiro classificado não
2854 tenha sido escolhido pelo Reitor ou pela Reitora. Portanto, considero um
2855 avanço democrático. Creio que o Reitor abre mão de uma prerrogativa velha
2856 que se tinha, e que não há nenhuma razão, do ponto de vista de política
2857 educacional de liderança da Universidade de São Paulo, então quero
2858 cumprimentar e não posso deixar passar, porque o meu sucessor já será eleito
2859 dentro dessa nova marca, o que é muito bom. Parabéns a todos nós também.”

2860 **Cons. Antonio Aprigio da Silva Curvelo:** “Parece-me que é mais ou menos
2861 consensual em conversas que tivemos, que o processo aplicado para eleição
2862 de Reitor e Vice-Reitor foi tão bem aceito que creio que ele poderia ser
2863 colocado agora, ou seja, Diretor e Vice-Diretor com chapa e programa. Isto foi
2864 uma qualidade diferente no processo e me atrevo a propor que se pudesse
2865 fazer agora daria mais qualidade para o processo. E parableno a Comissão
2866 pela proposta.” **Secretário Geral:** “Em que pese a boa intenção, mas
2867 procedimentalmente isto demandaria uma minuta, que tem que ser elaborada.”

2868 **Cons. Albérico Borges Ferreira da Silva:** “Gostaria de um esclarecimento.
2869 Mudando de foco, pois não é questão da eleição do Diretor, mas no primeiro
2870 tópico, o texto da forma como esta escrito ‘a coordenação da administração
2871 geral da USP será feita pelo Vice-Reitor auxiliado por um coordenador de
2872 administração geral, com a consequente extinção da Vice-Reitoria Executiva de
2873 Administração’, o que me parece estranho é que existe um coordenador que
2874 não coordena, quem coordena é o Vice-Reitor. De forma que, entendo que o
2875 que se está querendo dizer agora é, na realidade, mudar um pouco este
2876 paradigma de que o Vice-Reitor agora passasse a coordenar a CODAGE de
2877 uma forma geral e que essa prática pudesse ate continuar com as reitorias
2878 subsequentes. Gostaria de propor, que considerando que existe um
2879 coordenador que não coordena, talvez este coordenador fosse chamado de
2880 coordenador adjunto, ou seja, a coordenação da administração geral seria feita
2881 pelo Vice-Reitor, auxiliado por um coordenador adjunto da Administração
2882 Geral. É uma questão de nomenclatura, não mudaria nada, apenas seria
2883 acrescentado que existe agora um coordenador adjunto.” **M. Reitor:** “A função
2884 de coordenador geral da Universidade nunca foi extinta, isto é, mesmo durante
2885 o período em que tínhamos um Vice-Reitor Executivo, a função de coordenador
2886 geral da Universidade continuou existindo. Nós encaramos da seguinte forma:
2887 o Vice-Reitor - esquecendo o Vice-Reitor Adjunto disto ou daquilo - o Vice-
2888 Reitor eleito, possuía até agora uma única função estatutária, além de ser o
2889 substituto eventual do Reitor, era a coordenação da Comissão Permanente de
2890 Avaliação, isto é, agora, o Vice-Reitor ganha, além desta, uma segunda função
2891 estatutária. Poderá ganhar outras, ele é o Presidente da Comissão Permanente
2892 de Avaliação e é também o Coordenador Geral da Administração da
2893 Universidade, agora, para auxiliá-lo nessa segunda função ele tem um
2894 coordenador da CODAGE que, neste caso e neste momento, é o Professor
2895 Rudinei. Então, na verdade, o Vice-Reitor passa a ter um gabinete que
2896 coordena um conjunto de atividades, ao invés destas atividades serem
2897 coordenadas por um coordenador que responde diretamente ao Reitor e que,
2898 portanto, em 24 horas do dia, em geral, não acompanha todas as atividades,
2899 mas seleciona algumas. Não tem jeito, 24 horas no dia não é possível, então, o
2900 fato de ele ser coordenador, ele coordena e tem um coordenador que coordena

2901 em nome dele, ele responde ao Vice-Reitor e aproveitamos o título que já
2902 existia. A função está claramente estabelecida e tenho a impressão de que
2903 chamarmos coordenador da CODAGE ou coordenador adjunto, talvez não faça
2904 tanta diferença.” **Vice-Reitor:** “Apenas para deixar claro, sempre teve
2905 CODAGE, ela nunca foi extinta, de fato, o dia-a-dia, o Professor Rudinei é
2906 quem faz o acompanhamento *pari passu*, mas nos reunimos todos os dias para
2907 conversar sobre as grandes decisões, as grandes políticas, isto é diferente; e o
2908 Professor Rudinei, possui assim, um interlocutor, com quem pode conversar
2909 todo dia, porque, logicamente, o Magnífico Reitor tem múltiplas outras
2910 atividades, é somente isso. A CODAGE sempre existiu, mesmo quando
2911 tínhamos a Vice-Reitoria Executiva de Administração, tinha uma pessoa que
2912 fazia o dia-a-dia para o Professor Roque, de forma que agora temos o
2913 Professor Rudinei, que é, de fato, o coordenador. Eu sou apenas aquele que
2914 discute as políticas com ele.” **Cons. Martin Grossmann:** “Quero chamar a
2915 atenção para algo que muitas vezes escapa, que somos uma diversidade.
2916 Estamos votando coisas muito importantes. Nada contra a questão da
2917 CODAGE estar relacionada à Vice-Reitoria, acho bastante interessante que
2918 isso seja implementado. Parece-me que uma Agência USP de Relações
2919 Acadêmicas perde em *branding* ao não mencionar 'internacionalização', isso
2920 pode gerar certa perda nesse momento. Acho, também, que a palavra
2921 'internacionalização' pode ser mais profundamente discutida. Mas o que penso
2922 ser muito importante discutirmos aqui é que essa Resolução da escolha do
2923 Diretor e Vice-Diretor, para as unidades em si, parece não haver problema, há
2924 um consenso, mas estamos falando de museus e institutos especializados. No
2925 caso do IEA, mais ainda, pois é um Instituto que não tem corpo docente, é um
2926 organismo de integração. Estamos tratando de uma questão extremamente
2927 delicada e que se relaciona a uma transversalidade dessa Universidade. Os
2928 museus, até a pouco tempo, eram chamados de órgãos de integração e
2929 entendo que eles continuam sendo, não apenas de integração interna, mas
2930 com a sociedade. O que parece que existe - e é um problema sério - é que
2931 estamos dando aval para uma certa indogenia. No caso das unidades maiores
2932 não há tanto problema, mas no caso de unidades menores, de informação, ou
2933 mesmo no caso dos museus - que acho que hoje, finalmente, conseguiram ter
2934 uma relação consolidada, não apenas aqui dentro, mas com a cidade – a
2935 eleição de Diretor e Vice precisa ser tratada não só com a pequena
2936 comunidade, mas com a nossa grande comunidade, que é a USP, respeitando,
2937 também, nossas relações com a sociedade civil. Entendo que exista, nessa
2938 discussão, uma certa revisão da formação dos Conselhos, sejam das unidades
2939 de ensino, sejam dos nossos órgãos de integração. O IEA tem um
2940 representante da sociedade civil que é escolhido pelo Reitor. Por que só um?
2941 Os museus não têm representantes da sociedade civil. E o MAC, bom saber
2942 que ainda tem. No caso do IEA, acho que a escolha do Diretor precisa ser
2943 discutida pela Universidade. Por mecanismos, também consigo fazer essa
2944 comunicação com a sociedade ou com a sociedade específica, seja da Ciência
2945 ou da Cultura e das Artes. Parece-me que é extremamente necessário
2946 discutirmos isso nesse momento e, talvez, até tirar de pauta a questão da
2947 eleição de Diretor e Vice-Diretor, entendendo que isso possa ferir um objetivo
2948 específico das unidades de ensino. Porém, represento, nesse momento, os
2949 Institutos Especializados e já fui vice-diretor de um Museu, de forma que acho
2950 importante que isso esteja na pauta.” **M. Reitor:** “Antes de continuarmos, o

2951 Cons. Martin Grossman aponta um aspecto muito importante que é a relação
2952 da Universidade com a sociedade. Isso se aplica à Universidade como um
2953 todo, às diferentes Unidades de Ensino e Pesquisa, aos Museus e ao IEA mais
2954 do que qualquer outro. No entanto, o processo de eleição de Diretor, por lista
2955 tríplice ou sem lista tríplice, não se modifica, qualquer que seja a consideração
2956 que se faça com relação a este tópico. O que tem influência - ou pode ter -, ao
2957 meu ver - e caso discordem, podem se manifestar -, é como é constituído o
2958 colégio eleitoral. Então, a questão é se a lista tríplice permite um
2959 relacionamento mais amplo da Universidade com a sociedade. É o colégio
2960 eleitoral que deverá contemplar esse relacionamento. Como dissemos de
2961 saída, não queríamos, neste momento, interferir em um tema que precisa ser
2962 debatido amplamente, precisa ser estudado, precisa ser revisto. A composição
2963 dos colégios eleitorais, quer para Diretores de Unidades, quer para Diretor dos
2964 Museus ou mesmo do IEA, isso poderá ser revisto a partir do dia 25. Imagino
2965 que em muitos casos será necessário. Temos a questão da representação das
2966 diferentes classes que participam desses colegiados e assim por diante. Mas,
2967 neste momento, a escolha feita pelo Reitor, de uma lista tríplice que se deriva
2968 daquele Conselho, o Conselho vai derivar um lista tríplice ou vai derivar um
2969 nome. O Conselho ou o colégio eleitoral será o mesmo. Não sei por que o
2970 Reitor terá uma melhor condição de escolher se receber uma lista tríplice
2971 daquele Conselho. Não percebi isso. **Cons. Martin Grossmann:** "No artigo 3º
2972 fica muito claro que é dentro dessa comunidade, no caso, que o Diretor e Vice-
2973 Diretor serão eleitos entre os professores titulares e os professores associados
2974 III, em eleição com até dois turnos. Então, é um pacote que não entra em
2975 detalhes em relação às particularidades de outros organismos que não são
2976 unidades de ensino, no caso Museus e Institutos Especializados." **Professor**
2977 **Gustavo Ferraz de Campos Monaco:** "As eleições nos Institutos
2978 Especializados estão regulamentadas desde sempre no artigo 51 do
2979 Regimento Geral. O Estatuto traz regras muito amplas sobre os Institutos
2980 Especializados e os Museus e depois especifica em dispositivos do Regimento
2981 Geral. O legislador universitário especificou no Regimento Geral - e não no
2982 Estatuto -, que é a segunda minuta que será colocada em votação
2983 posteriormente. Quanto a isso, nos Institutos Especializados, é votado pelo
2984 Conselho Deliberativo como consta do parágrafo II, do artigo 51, da proposta
2985 de Resolução que consta do Caderno III." **Cons. Alexandre Pariol Filho:**
2986 "Quero deixar algumas questões. Se me perguntarem hoje se é um avanço o
2987 que está sendo proposto pela Administração, com relação à mudança da lista
2988 tríplice para uma definição na própria Unidade, diria que sim, é um avanço.
2989 Mas, primeiro, deve-se colocar no mesmo pé de igualdade e importância
2990 trazer-se as discussões sobre o colégio eleitoral. Lembro, por exemplo, que na
2991 maioria das unidades, no caso da categoria que represento, o *quorum* é
2992 extremamente baixo perante a categoria docente, no que tange aos
2993 professores titulares. Então, não colocar que estamos aguardando essa
2994 discussão para poder, teoricamente, votar nessa proposta - sim ou não - é
2995 concreta. Segundo, com relação a apenas o professor titular ou o associado III,
2996 ficarem restritos a uma votação de Diretor, em uma argumentação, a partir do
2997 dia 25, quero provar que há condições, sim, de que professores e também
2998 outros membros da comunidade de nossa Universidade participem, pois
2999 merecem e têm condições de ir a voto para titularidade do cargo de Diretor e
3000 há uma possibilidade muito grande. Então, quero dizer que hoje estamos

3001 comprando apenas um sapato do par. Para que possamos andar direito nessa
3002 Universidade, há a necessidade de pegarmos, na prateleira, o outro sapato, no
3003 caso, a democratização de nossa Universidade que se dá, de fato, no colégio
3004 eleitoral." **Cons. Luiz Gustavo da Cunha Soares:** "Fazendo coro às duas
3005 pessoas que me precederam, Conselheiros Martin e Alexandre, quero lembrar,
3006 primeiro, sobre todo esse processo de democratização que os estudantes
3007 conquistaram junto com o clima geral da USP, foi uma constatação que todos
3008 tiveram que fazer, mas aconteceu, basicamente, a partir da mobilização
3009 estudantil do ano passado, com a ocupação e a greve. É claro que esta
3010 proposta não nos contenta, isso não é, necessariamente, uma coisa que deva
3011 ser resolvida agora, pois entendemos que, mesmo que se seja votado, isso vai
3012 viger por muito pouco tempo, de fato, só até a próxima reforma da governança.
3013 De qualquer forma, nossa proposta é bem concreta. Queremos desmembrar
3014 essa votação, porque entendo o parecer do Procurador esteja colocado como
3015 um pacote, com a substituição de três turnos por dois turnos. Porque, na
3016 verdade, a indicação da lista tríplice é um terceiro turno, foi isso que entendi.
3017 Daí porque a proposta apresentada estabeleça a necessidade que o sistema
3018 atual de votação em três escrutínios seja substituído por outros em dois turnos
3019 de votação, realizados no mesmo dia, entendendo que a lista tríplice é o
3020 terceiro turno então. Sendo em três turnos hoje, isso só agrava o que
3021 colocamos. Nossa proposta é que dividamos essa votação, fatie, coloque um
3022 destaque nessa votação. Desta forma, a primeira votação dentro dessa
3023 proposta seria eliminar a indicação de três nomes. Tudo bem, acordo completo,
3024 achamos que isso é uma conquista da comunidade universitária, mas o nosso
3025 destaque, vai no sentido de que achamos que tem que ter um único turno de
3026 votação, mesmo no dia. Primeiro porque dois turnos de votação não é a única
3027 forma de se eleger democraticamente qualquer coisa, só porque usamos isso
3028 para presidente, governador e prefeito não significa que é a única forma.
3029 Existem muitas outras instituições que funcionam com um turno só de votação.
3030 E outra, na realidade, não sou tão familiarizado, mas todos os meus
3031 orientadores, amigos e professores, quando vão me contar o que acontece na
3032 Congregação na hora das votações, sabemos muito bem que na primeira
3033 votação vai todo mundo, todos se candidatam, mas no segundo turno já
3034 começam os rearranjos. Nesses rearranjos conta muito o momento da
3035 oportunidade, a janela de oportunidade. E o que não conta nessa hora? Quase
3036 nada do projeto pedagógico para essa Unidade. Do projeto político-pedagógico
3037 para aquela Unidade. E aí vemos alianças espúrias se formando, arcs de
3038 aliança muito amplos para derrotar determinado candidato que foi mais votado
3039 no primeiro turno. Então, esse tipo de coisa não permite a experiência dos
3040 docentes e da Unidade com projetos alternativos; ao contrário, favorece um
3041 clima de acordos, um clima de sempre empurrar com a barriga momentos
3042 decisivos da vida da Congregação. Desta forma, para nós, temos que dividir e
3043 colocar um único turno de votação, o destaque é nesse ponto." **Cons. Antonio**
3044 **Marcos de Aguirra Massola:** "Meu problema é o seguinte: tenho eleição de
3045 vice-diretor na sexta-feira. Acho que até lá não temos a resolução publicada.
3046 De forma que acho melhor adiar essa eleição da Unidade para que façamos
3047 dentro de 15 dias." **M. Reitor:** "Se esse tema for aprovado hoje, amanhã vai
3048 para a publicação e na quinta-feira já está publicado." **Cons. Antonio Marcos**
3049 **de Aguirra Massola:** "Perfeito. E o colégio permanece o mesmo que temos
3050 hoje. Obrigado." **Secretário Geral:** "Estamos discutindo o Caderno II e o que

3051 está em votação é a minuta constante de fls. 3 e 3 verso, que neste primeiro
3052 momento, dá esse novo entendimento à eleição de diretor e vice das unidades.
3053 Mais a frente, no Caderno III, trataremos dos Institutos Especializados e
3054 Museus." **Cons. Alejandro Szanto de Toledo:** "Ocorreu-me agora um pedido
3055 de esclarecimento. Quando a lista era tríplice, a cédula para votação era com
3056 três nomes. Agora, quando a lista não será mais tríplice, não vi uma proposta
3057 de alteração do modo de votação, ou seja, o eleitor do Colégio votará em três
3058 nomes?" **Secretário Geral:** "Não, consta no artigo 46, que diz: 'cabendo a
3059 cada eleitor apenas um voto'." **Cons. Luiz Gustavo da Cunha Soares:** "Outro
3060 esclarecimento. Como a minha proposta de destaque foi encaminhada?" **M.**
3061 **Reitor:** "A sua proposta de destaque se enquadra da seguinte forma: aqueles
3062 que não concordarem com o texto como está sendo submetido, terão que votar
3063 contrariamente." **Cons. Luiz Gustavo da Cunha Soares:** "Essa forma é um
3064 pouco cruel, não quero votar contra, inclusive, porque precisa de 2/3. Quero
3065 votar a favor, mas apenas destacando isso. Conheço essa forma de
3066 encaminhar, que é usada, inclusive, no Congresso Nacional, porque aqui
3067 temos que fazer diferente?" **M. Reitor:** "Alguém tem alguma proposta de
3068 encaminhamento?" Os Conselheiros falam ao mesmo tempo fora do microfone.
3069 **M. Reitor:** "Certo, a seguinte viria suplementarmente. Conselheiro, veja se está
3070 de acordo. Submeteremos como está e aprovação significa que faremos um
3071 destaque à sua proposta de eliminarmos o segundo turno. Para aprovação,
3072 precisamos de *quorum* qualificado, de 2/3. Aprovado isto, para fazermos a
3073 aprovação do destaque e acredito que serão necessários 2/3 positivos
3074 também. Estando todos de acordo, passaremos à votação. Portanto, os que
3075 estiverem favoráveis à mudança como está proposta, votarão sim - com o
3076 entendimento de que, se aprovada, faremos uma segunda votação pela
3077 eliminação do segundo turno." **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o
3078 seguinte resultado: Sim = 92 (noventa e dois) votos; Não = 2 (dois) votos;
3079 Abstenções = 6 (seis); Total de votantes = 100 (cem). É aprovado o parecer da
3080 CLR, favorável à proposta de alteração do Estatuto, conforme proposto pela
3081 Procuradoria Geral, obedecido o quórum Estatutário. **M. Reitor:** "Agora, será
3082 submetido à votação o destaque que elimina o segundo turno. A redação terá
3083 de ser adaptada caso isto venha a ser aprovado. **Cons. Luiz Gustavo da**
3084 **Cunha Soares:** Gostaria de um esclarecimento do Procurador. Agora que já se
3085 promoveu a alteração do Regimento, continua a necessidade de maioria
3086 qualificada ou não?" **Secretário Geral:** "Não. Promoveu-se a alteração do
3087 Estatuto e para mudar a alteração que fizemos, a maioria é a mesma,
3088 qualificada." **Cons. Luiz Gustavo da Cunha Soares:** "Tenho alguma dúvida
3089 em relação isso, mas, não há acúmulo também." **M. Reitor:** "Está claro,
3090 também me convenci disso, não há dúvidas. Estamos mudando o texto do
3091 Estatuto e isso só pode ser feito com 2/3. Passarei à votação. Aqueles que
3092 estiverem favoráveis à supressão de um segundo turno para que se tenha
3093 maioria absoluta - e fica, portanto, eleição no primeiro turno com qualquer
3094 número de votos, ou seja, o primeiro candidato é eleito - vão se manifestar.
3095 Votaremos a proposta do representante dos estudantes, de eliminação do
3096 segundo turno. Os que estiverem favoráveis à supressão do segundo turno,
3097 votarão sim e quem quiser dois turnos vota não." **Cons. Sergio Franca**
3098 **Adorno de Abreu:** "O que está aprovado é a votação em dois turnos. Sendo a
3099 primeira por maioria absoluta e a segunda por maioria simples. A proposta do
3100 aluno significa que temos que modificar, porque eliminando o segundo turno, é

3101 maioria simples. De forma que precisa deixar claro, pois, senão,
3102 permanecemos com maioria absoluta e vamos cair em um empasse." **M.**
3103 **Reitor:** "Não basta eliminar o que está escrito, seria a eliminação do segundo
3104 turno com todos os arranjos necessários para isso no texto." Ato seguinte,
3105 passa-se à votação do destaque feito pelo Cons. Luiz Gustavo da Cunha
3106 Soares, para a eliminação do segundo turno. **Votação.** Pelo painel eletrônico,
3107 obtém-se o seguinte resultado: Sim = 31 (trinta e um) votos; Não = 64
3108 (sessenta e quatro) votos; Abstenções = 6 (seis); Total de votantes = 101
3109 (cento e um). É rejeitado o destaque, permanecendo o texto original, com a
3110 manutenção de dois turnos. A seguir, o **M. Reitor** passa ao **CADERNO III –**
3111 **ALTERAÇÃO DE REGIMENTO GERAL. 1. PROTOCOLADO 2011.5.2543.1.0**
3112 **– USP.** Proposta de revogação dos incisos I-A e I-B, ambos do artigo 13, os
3113 artigos 22 e 36, bem como as respectivas Seções V e XII, ambas do Título I,
3114 acréscimo de parágrafo único ao artigo 18, exclusão da expressão "Executivo
3115 de Administração" dos incisos II, VI e XII, todos do artigo 27-C, substituição da
3116 remissão ao inciso V do mesmo dispositivo no inciso XV do artigo 39 e no
3117 inciso XI do artigo 46-B, adequando-os aos atermos da Resolução 6637/2013,
3118 bem como alteração dos parágrafos 2º e 3º do artigo 51 e do *caput* do artigo
3119 212. - Ofício do Senhor Chefe de Gabinete, Prof. Dr. José Roberto Drugowich
3120 de Felício, ao Procurador Geral da USP, Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos
3121 Monaco, solicitando a elaboração de estudo a fim de que o Estatuto e o
3122 Regimento Geral da USP sejam adequados com vistas à implementação das
3123 seguintes propostas: a coordenação da Administração Geral da USP será feita
3124 pelo Vice-Reitor, auxiliado por um Coordenador de Administração Geral, com a
3125 consequente extinção da Vice-Reitoria Executiva de Administração; a Vice-
3126 Reitoria de Relações Internacionais deixará de existir e suas funções e
3127 atividades serão absorvidas pela Agência USP de Cooperação Acadêmica,
3128 novo Órgão que atuará nos âmbitos nacional e internacional, a ser criado nos
3129 moldes da Agência USP de Inovação; os Diretores e Vice-Diretores das
3130 Unidades de Ensino e Pesquisa, dos Institutos Especializados e dos Museus
3131 passarão a ser escolhidos no âmbito de suas próprias Unidades/Órgãos,
3132 cabendo ao Reitor a designação desses Dirigentes (7.2.2014). **Parecer da PG:**
3133 com o intuito de adequar alguns dispositivos do Regimento Geral a alterações
3134 anteriores desse mesmo diploma, sugere pequenas correções e apresenta
3135 minuta de Resolução que contempla a implantação das propostas
3136 apresentadas pelo Gabinete do Reitor (13.2.14). Minuta de Resolução. **Parecer**
3137 **da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), a proposta de
3138 alteração do Regimento Geral, conforme proposto pela Procuradoria Geral
3139 (17.2.14). **Parecer da COP:** considerando que não haverá aumento das
3140 despesas da Universidade, aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos),
3141 as alterações conforme proposto pela Procuradoria Geral (18.2.14). A seguir, o
3142 M. Reitor passa à **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte
3143 resultado: Sim = 83 (oitenta e três) votos; Não = 4 (quatro) votos; Abstenções =
3144 14 (quatorze); Total de votantes = 101 (cento e um). É aprovado o parecer da
3145 CLR, favorável à proposta de alteração no Regimento Geral. Ato seguinte,
3146 passa-se ao **CADERNO IV – CRIAÇÃO DE ÓRGÃO ADMINISTRATIVO. 1.**
3147 **PROTOCOLADO 2011.5.2543.1.0 – USP.** - Criação da Agência USP de
3148 Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional. Ofício do Senhor Chefe de
3149 Gabinete, Prof. Dr. José Roberto Drugowich de Felício, ao Procurador Geral da
3150 USP, Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco, solicitando a elaboração

3151 de estudo a fim de que o Estatuto e o Regimento Geral da USP sejam
3152 adequados com vistas à implementação das seguintes propostas: a
3153 coordenação da Administração Geral da USP será feita pelo Vice-Reitor,
3154 auxiliado por um Coordenador de Administração Geral, com a consequente
3155 extinção da Vice-Reitoria Executiva de Administração; a Vice-Reitoria de
3156 Relações Internacionais deixará de existir e suas funções e atividades serão
3157 absorvidas pela Agência USP de Cooperação Acadêmica, novo Órgão que
3158 atuará nos âmbitos nacional e internacional, a ser criado nos moldes da
3159 Agência USP de Inovação; os Diretores e Vice-Diretores das Unidades de
3160 Ensino e Pesquisa, dos Institutos Especializados e dos Museus passarão a ser
3161 escolhidos no âmbito de suas próprias Unidades/Órgãos, cabendo ao Reitor a
3162 designação desses Dirigentes (7.2.2014). **Parecer da PG:** além de se revogar
3163 as disposições atinentes à VRERI, e a partir da vigente Resolução que
3164 disciplina a Agência USP Inovação, apresenta minuta de Resolução que, nos
3165 termos das competências estatutária e regimentalmente atribuídas à CLR e
3166 COP, poderia ser aprovada no âmbito desses colegiados. No entanto, e por se
3167 tratar de estrutura que substituição algo anteriormente aprovado pelo colendo
3168 Conselho Universitário, mostra conveniente a sua submissão a esse último
3169 colegiado (13.2.14). Minuta de Resolução. **Parecer da CLR:** aprova, por
3170 unanimidade dos presentes (5 votos), a proposta de alteração do Regimento
3171 Geral, conforme proposto pela Procuradoria Geral (17.2.14). **Parecer da COP:**
3172 aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), as alterações conforme
3173 proposto pela Procuradoria Geral (18.2.14). A seguir, o **M. Reitor** passa à
3174 **Votação**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 85
3175 (oitenta e cinco) votos; Não = 3 (três) votos; Abstenções = 13 (treze); Total de
3176 votantes = 101 (cento e um). É aprovada a proposta de criação da Agência
3177 USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional. Ato seguinte, o **M.**
3178 **Reitor** passa ao **CADERNO V – ALIENAÇÃO. 1. PROCESSO 2010.1.8664.1.5**
3179 **– UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Alienação da totalidade do imóvel situado
3180 na Rua Ângelo Antonio Dian, lote 05, quadra 08, atual Rua Inocêncio Nazutto,
3181 163, Jardim Santa Lídia, Mauá, São Paulo, oriundo da herança vacante de
3182 Bronislovas Ruzinkas. - **Parecer do Co:** aprova o parecer da COP, favorável
3183 à alienação da metade ideal do referido imóvel (06.04.10). - **Manifestação do**
3184 **Departamento de Patrimônio Imobiliário:** ao examinar os autos que trata da
3185 administração do imóvel colocado à venda, percebe que houve erro em
3186 informação onde consta a descrição do bem como sendo apenas a sua metade
3187 ideal. Encaminha os autos à D.CAVI-HV e, posteriormente à COP e Co para
3188 fins de ratificação do posicionamento manifestado no sentido de autorizar a
3189 venda do imóvel tratado nos autos, e, ao mesmo tempo, declarado que tal
3190 entendimento abrange o imóvel na sua totalidade (14.12.12). **Manifestação da**
3191 **CAVI-HV:** o Sr. Presidente, Prof. Dr. Antonio Marcos de Aguirra Massola,
3192 aprova, ad referendum da Comissão, a decisão exarada na manifestação do
3193 DPI (17.12.12). **Parecer da COP:** aprova, por unanimidade dos presentes (6
3194 votos), o parecer do relator, Prof. Dr. José Antonio Visintin, favorável à
3195 alienação da totalidade do imóvel situado na Rua Ângelo Antonio Dian, lote 05,
3196 quadra 08, atual Rua Inocêncio Nazutto, 163, Jardim Santa Lídia, Mauá, São
3197 Paulo, oriundo da herança vacante de Bronislovas Ruzinkas (18.02.13). **2.**
3198 **PROCESSO 89.1.23311.1.0 – EUGÊNIO RIBEIRO DA SILVA.** - Alienação da
3199 totalidade do imóvel situado na Rua dos Economistas, 6, Engenheiro Goulart,
3200 Penha, São Paulo/SP, oriundo de herança vacante de Eugênio Ribeiro da

3201 Silva. - **Parecer Técnico da SEF:** indica a importância de R\$ 140.000,00 como
3202 sendo o mais provável valor de venda, à vista e em números redondos, que o
3203 imóvel alcançaria se exposto no livre mercado (15.02.13). - **Parecer da CAVI-**
3204 **HV:** o Sr. Presidente, Prof. Dr. Antonio Marcos de Aguirra Massola, aprova, *ad*
3205 *referendum* da Comissão, o Laudo Técnico de Avaliação com o valor de venda
3206 apontado (18.04.13). - **Parecer da COP:** aprova, por unanimidade dos
3207 presentes (6 votos) o parecer do relator, **Prof. Dr. José Antonio Visintin,**
3208 favorável à alienação do imóvel oriundo de Herança Vacante de Eugênio
3209 Ribeiro da Silva, situado na Rua dos Economistas, nº 6, Engenheiro Goulart,
3210 Penha, São Paulo/SP (03.06.13). **Cons. Sigismundo Bialoskorski Neto:** "O
3211 parecer da COP aprova por unanimidade dos presentes, 6 votos, o parecer do
3212 relator na época, Prof. Dr. José Antonio Visintin, favorável à alienação da
3213 totalidade do imóvel situado à Rua Ângelo Antonio Dian, Lote 5, oriundo da
3214 herança vacante de Bronislovas Ruzinskas." **Vice-Reitor:** "Acho que todos
3215 sabem que até 1988, as heranças vacantes ficavam para a Universidade.
3216 Normalmente, acabavam sendo imóveis bastante antigos ou em péssima
3217 conservação, e os recursos que obtemos das heranças vacantes são única e
3218 exclusivamente para a residência estudantil. Lamentavelmente, ainda temos
3219 cerca de duzentos e poucos imóveis, sendo que a maioria está com problemas
3220 de documentação, jurídicos, problemas muito difíceis. Cada vez que o nosso
3221 jurídico consegue liberar alguns imóveis, colocamos em alienação e tentamos
3222 vender. Agora, parece que dois imóveis conseguiram ficar nessas condições.
3223 Então, o recurso acaba indo para residência estudantil. Atualmente, as
3224 heranças vacantes vão para o Governo, pois mudou a Constituição Federal,
3225 desta forma, vai tudo para o Governo." **Secretário Geral:** "Elas não vêm mais
3226 para a USP e o dinheiro das alienações vai para moradia estudantil. São R\$
3227 140 mil, não é pouco." Em seguida, o **M. Reitor** passa à votação, em bloco, do
3228 Caderno V. **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado:
3229 Sim = 93 (noventa e três) votos; Não = 0 (zero) voto; Abstenções = 7 (sete);
3230 Total de votantes = 100 (cem). É aprovado parecer da COP, favorável à
3231 alienação dos referidos imóveis, obedecido o *quorum* estatutário. Ato seguinte,
3232 passa-se ao **CADERNO VI – PERMUTA DE IMÓVEIS HAVIDOS POR**
3233 **HERANÇA VACANTE. 1. PROCESSO 2011.1.11560.1.3 – CREUZA DA**
3234 **SILVA BOTELHO.** Proposta de permuta entre os percentuais que a Sra.
3235 Creuza da Silva Botelho possui sobre os imóveis e aqueles dos quais a USP é
3236 detentora, cabendo-lhe 100% dos imóveis situados na rua Brasília, 368 e na
3237 rua Paulo Horcel, 114, e à Universidade, 100% dos outros dois imóveis,
3238 situados na rua Brasília, 364 e na Praça Esperanto, 22, todos oriundos de
3239 herança declarada vacante de Maria Soares da Silva. Pareceres Técnicos da
3240 SEF, referente aos imóveis localizados à rua Brasília, nº 364, Jardim
3241 Casqueiro, Cubatão/SP, no valor de R\$ 89.210,00 (fração ideal 50% - R\$
3242 44.605,00); à rua Brasília, nº 368, Jardim Casqueiro, Cubatão/SP, no valor de
3243 R\$ 76.200,00 (fração ideal R\$ 38.100,00); à rua Paulo Horcel, nº 114, Bairro
3244 Japuí, Jardim Bechara, São Vicente/SP, no valor de R\$ 102.295,00 (fração
3245 ideal 50% - R\$ 51.147,50); à Praça Esperanto, nº 22, Jardim Castelo,
3246 Santos/SP, no valor de 103.200,00 (fração ideal 50% - R\$ 51.600,00). **Parecer**
3247 **da PG:** não vislumbra qualquer impedimento à permuta proposta, considerando
3248 viável sua realização, não sendo obrigatória a realização de procedimento
3249 licitatório para a transação em comento. **Parecer da Comissão de Heranças**
3250 **Vacantes:** o Sr. Presidente, Prof. Dr. Antonio Marcos de Aguirra Massola

3251 manifesta que, conforme acordado com parecer da douta PG, não há o que
3252 discordar, procedendo-se como estabelecido, ou seja, metade dos imóveis na
3253 alçada da USP e a outra metade aos interessados (26.10.12). **Parecer da**
3254 **COP:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), a proposta de permuta
3255 entre os percentuais que a Sra. Creuza da Silva Botelho possui sobre os
3256 imóveis e aqueles dos quais a USP é detentora, cabendo-lhe 100% dos
3257 imóveis situados na rua Brasília, 368 e na rua Paulo Horcel, 114, e à
3258 Universidade, 100% dos outros dois imóveis, situados na rua Brasília, 364 e na
3259 Praça Esperanto, 22, todos oriundos de herança declarada vacante de Maria
3260 Soares da Silva (08.04.13). **Vice-Reitor:** "O Caderno VI é uma permuta. Quero
3261 chamar a atenção para tentar acertar o sistema jurídico desses imóveis e
3262 conseguir, no futuro, também colocar à venda. Temos metade de um imóvel,
3263 metade de outro, nosso jurídico conseguiu fazer um jogo de xadrez, pegou
3264 imóveis de valores similares, vamos ficar com um imóvel, enquanto outros
3265 donos ficam com o outro imóvel. De forma que é uma permuta para uma
3266 possível futura negociação. A votação exige maioria simples, pois é permuta,
3267 não estamos vendendo." Em seguida, passa-se à votação do Caderno VI.
3268 **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 81
3269 (oitenta e um) votos; Não = 1 (um) voto; Abstenções = 18 (dezoito); Total de
3270 votantes = 100 (cem). É aprovado o parecer da COP, favorável à permuta
3271 proposta, conforme consta nos autos. Ato seguinte, passa-se ao **CADERNO VII**
3272 **– ALTERAÇÃO DE REGIMENTO DE UNIDADE. 1. PROCESSO**
3273 **2011.1.1343.47.8 – INSTITUTO DE PSICOLOGIA.** Proposta de alteração dos
3274 artigos 42, 44, 50 e 55 do Regimento do Instituto de Psicologia. Ofício da
3275 Diretora do Instituto de Psicologia, Prof.^a Dr.^a Emma Otta, ao Magnífico Reitor,
3276 Prof. Dr. João Grandino Rodas, encaminhando a proposta de alterações do
3277 Regimento do Instituto, aprovada pela Congregação em 24.10.2011 (25.10.11).
3278 **Parecer da PG:** observa que a proposta prevê a inserção, nos concursos de
3279 ingresso para a carreira docente, a critério do Departamento interessado, de
3280 arguição do Projeto de Pesquisa do candidato, segundo os mesmos critérios
3281 objetivos previstos pelos Institutos de Física e de Matemática e Estatística, que
3282 tiveram a proposta acolhida pelo Co, após pareceres favoráveis da então CJ e
3283 da CLR. Sugere redação que melhor poderá ser analisada pela Congregação,
3284 a quem caberá, inclusive, indicar os pesos das provas (16.11.11). Manifestação
3285 dos Departamentos do IP sobre a proposta de alteração sugerida pela
3286 Procuradoria Geral. **Parecer da Congregação do IP:** aprova a possibilidade de
3287 os Departamentos incluírem a exigência de apresentação de projeto de
3288 pesquisa no edital de abertura de concurso para Professor Doutor,
3289 estabelecendo que caso o Departamento opte por esta quarta avaliação, os
3290 pesos para as provas serão: 3 para a prova escrita, didática, arguição de
3291 memorial e 1 para o projeto de pesquisa. Decide, também, que caso o
3292 Departamento não opte pela quarta prova, os pesos continuarão os já
3293 estabelecidos no Regimento (22.10 e 26.11.12). **Texto atual:** Artigo 42 - As
3294 provas para o concurso referido no artigo anterior constam de: I – julgamento
3295 do memorial, com prova pública de arguição; II – prova didática; III – prova
3296 escrita. Parágrafo único – As provas referidas nos incisos I e II serão realizadas
3297 conforme o disposto nos artigos 136 e 137 do Regimento Geral. **Texto**
3298 **proposto:** Artigo 42 - As provas para o concurso referido no artigo anterior
3299 constam de: I – julgamento do memorial, com prova pública de arguição; II –
3300 prova didática; III – prova escrita. § 1º - As provas referidas nos incisos I e II

3301 serão realizadas conforme o disposto nos artigos 136 e 137 do Regimento
3302 Geral. § 2º - A critério do Departamento, a prova escrita poderá ter caráter
3303 eliminatório, hipótese em que o Departamento poderá, ainda, optar pela
3304 realização de uma quarta prova, de julgamento e arguição do projeto de
3305 pesquisa, nos termos do art. 135 do Regimento Geral. § 3º - Nos termos do
3306 parágrafo anterior, a exigência de projeto de pesquisa no ato de inscrição ficará
3307 a critério do Departamento, constando a exigência do edital de abertura do
3308 concurso. **Texto atual:** Artigo 44 - As notas das provas do concurso poderão
3309 variar de zero a dez, com aproximação até a primeira casa decimal e terão os
3310 seguintes pesos: I – julgamento do memorial com prova pública de arguição –
3311 4; II – prova didática – 3; III – prova escrita – 3. **Texto proposto:** Artigo 44 - As
3312 notas das provas do concurso poderão variar de zero a dez, com aproximação
3313 até a primeira casa decimal e terão os seguintes pesos: I – julgamento do
3314 memorial com prova pública de arguição – 4; II – prova didática – 3; III – prova
3315 escrita – 3; Ou, em caso de haver uma quarta prova: I – julgamento do
3316 memorial com prova pública de arguição – 3; II – prova didática – 3; III – prova
3317 escrita – 3; IV – julgamento do projeto de pesquisa com prova pública de
3318 arguição – 1. **Texto atual:** Artigo 50 - Na prova de arguição do memorial, cada
3319 examinador disporá de trinta minutos, no máximo, para apresentar suas
3320 questões, dispondo de igual tempo o candidato, para as respostas. Parágrafo
3321 único – A comissão examinadora, para a realização da prova, poderá
3322 apresentar questões sobre os trabalhos publicados e referidos no memorial do
3323 candidato, ou sobre problemas científicos referentes à matéria em concurso.
3324 **Texto proposto:** Artigo 50 - Na prova de arguição do memorial e, quando for o
3325 caso, do projeto de pesquisa, cada examinador disporá de trinta minutos, no
3326 máximo, para apresentar suas questões, dispondo de igual tempo o candidato,
3327 para as respostas. § 1º – A comissão examinadora, para a realização da prova,
3328 poderá apresentar questões sobre os trabalhos publicados e referidos no
3329 memorial do candidato, ou sobre problemas científicos referentes à matéria em
3330 concurso. § 2º - Os projetos de pesquisa deverão ser avaliados por seu mérito:
3331 pertinência à área definida no edital, relevância científica e social da proposta.
3332 **Texto atual:** Artigo 55 - As inscrições dos candidatos serão julgadas pela
3333 Congregação, observado o disposto nos artigos 165 e 166 do Regimento
3334 Geral. **Texto proposto:** Artigo 55 - As inscrições dos candidatos serão
3335 julgadas pela Congregação, observado o disposto nos artigos 165 e 166 do
3336 Regimento Geral. Parágrafo único – No ato da inscrição o candidato deverá
3337 apresentar, além dos documentos mencionados nos arts. 121 e 133 do
3338 Regimento Geral, projeto de pesquisa, quando assim exigido, conforme art. 42
3339 deste Regimento. **Parecer da PG:** verifica que foi adotada a redação
3340 recomendada pelo parecer anterior, contudo, a Congregação decidiu modificar
3341 os critérios por ela anteriormente definidos para o julgamento do projeto de
3342 pesquisa, que será apresentado pelos candidatos a cargos docentes. Manifesta
3343 que se trata de questão referente ao mérito da proposta, não encontrando
3344 óbices do ponto de vista jurídico (29.05.13). **Parecer da CLR:** aprova, por
3345 unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr. Luiz**
3346 **Nunes de Oliveira**, favorável à proposta de alteração dos artigos 42, 44, 50 e
3347 55 do Regimento do Instituto de Psicologia (27.08.13). Minuta de Resolução
3348 preparada pela Secretaria Geral. **2. PROTOCOLADO 2013.5.110.76.2 –**
3349 **INSTITUTO DE FÍSICA DE SÃO CARLOS.** Proposta de alteração do nome do
3350 Departamento de Física e Informática (FFI) para Departamento de Física e

3351 Ciência Interdisciplinar (FCI) e consequente alteração do Regimento do IFSC. -
3352 Ofício do Vice-Diretor em exercício do Instituto de Física de São Carlos, Prof.
3353 Dr. Osvaldo Novais de Oliveira Júnior, encaminhando a proposta de alteração
3354 do nome do Departamento de Física e Informática (FFI) para Departamento de
3355 Física e Ciência Interdisciplinar (FCI). A proposta foi aprovada pela
3356 Congregação em 07.06.2013 (10.06.13). **Parecer da CAA:** aprova, por
3357 unanimidade dos presentes (4 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr. José**
3358 **Vicente Caixeta Filho**, favorável à proposta de alteração do nome do
3359 Departamento de Física e Informática (FFI) para Departamento de Física e
3360 Ciência Interdisciplinar (FCI) (27.08.13). **Parecer da CLR:** aprova, por
3361 unanimidade dos presentes, o parecer do relator, **Prof. Dr. Francisco de**
3362 **Assis Leone**, favorável à alteração do artigo 2º do Regimento do Instituto de
3363 Física de São Carlos (27.11.13). Minuta de Resolução preparada pela
3364 Secretaria Geral. **3. PROCESSO 90.1.621.42.2 – INSTITUTO DE CIÊNCIAS**
3365 **BIOMÉDICAS.** Proposta de alteração do art. 1º do Regimento do Instituto de
3366 Ciências Biomédicas. Ofício do Diretor do ICB, Prof. Dr. Rui Curi, ao M. Reitor,
3367 Prof. Dr. João Grandino Rodas, solicitando a inclusão do Museu de Anatomia
3368 Humana "Alfonso Bovero", como um dos Centros de Apoio que integram o
3369 Instituto, tendo em vista a importância que o acervo representa ao
3370 Departamento e ao ICB pela finalidade pedagógica e científica, mas
3371 principalmente pelo interesse cultural despertado pelo grande afluxo de
3372 pedidos de visita monitorada para estudantes do ensino fundamental e
3373 secundário, configurando-se o caráter institucional e multidisciplinar de suas
3374 atividades. A proposta foi aprovada pela Congregação em sessão realizada em
3375 29.5.2013 (08.06.13). **Texto atual:** Artigo 1º - O Instituto de Ciências
3376 Biomédicas (ICB) é constituído de Departamentos e Centros de Apoio: (NR) §
3377 1º - Os Departamentos são: I - ... § 2º - Os Centros de Apoio são: I - Central de
3378 Bioterismo; II - Centro de Facilidades e Apoio à Pesquisa (CEFAP); III - Serviço
3379 de Biblioteca e Informação Biomédica; IV - Centro de Informática e
3380 Competência em Software. § 3º - ... **Texto proposto:** Artigo 1º – O Instituto de
3381 Ciências Biomédicas (ICB) é constituído de Departamentos e Centros de
3382 Apoio: (NR) § 1º - Os Departamentos são: I - ... § 2º - Os Centros de Apoio são:
3383 I - Central de Bioterismo; II - Centro de Facilidades e Apoio à Pesquisa
3384 (CEFAP); III - Serviço de Biblioteca e Informação Biomédica; IV - Centro de
3385 Informática e Competência em Software; V - Museu de Anatomia Humana
3386 "Alfonso Bovero". § 3º - ... **Parecer da PG:** descabe a esta Procuradoria emitir
3387 juízo sobre o mérito da questão, sendo de atribuição dos colegiados
3388 competentes referida apreciação. Assim, se tem o Museu a função de prestar
3389 apoio ao desenvolvimento das atividades fins da Unidade, não haverá óbice a
3390 sua inserção dentre os denominados "Centros de Apoio" da Unidade
3391 (25.07.13). Tendo em vista o equívoco na redação do texto proposto para o
3392 artigo 1º do Regimento do ICB, a Congregação aprova a redação recomendada
3393 pela PG. **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes, o parecer
3394 do relator, **Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu**, favorável à proposta de
3395 alteração do artigo 1º do Regimento do Instituto de Ciências Biomédicas
3396 (27.11.13). Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. **4.**
3397 **PROCESSO 2008.1.1808.59.0 – FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E**
3398 **LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO.** Proposta de alteração do artigo 45 do
3399 Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. -
3400 Ofício do Diretor da FFCLRP, Prof. Dr. Fernando Luis Medina Mantelatto, ao

3401 Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas, encaminhando proposta de
3402 alteração do artigo 45 do Regimento da Faculdade, aprovada pela
3403 Congregação em sessão realizada em 19.9.2013, visando a adequação à
3404 Resolução CoG nº 6565/2013 (23.09.13). **Parecer PG:** verifica que há
3405 necessidade de se acrescentar ao texto que o novo prazo para integralização
3406 de créditos se aplica aos alunos que ingressarem na Universidade a partir de
3407 2014, conforme previsto na Resolução CoG nº 6565/2013. Considerando que o
3408 novo prazo se aplica para o futuro, parece de todo conveniente deixar a regra
3409 atual consignada no Regimento, a fim de que todas as situações fiquem
3410 reguladas, sugerindo nova redação (16.10.13). **Texto atual:** Artigo 45 - O prazo
3411 máximo para a integralização dos créditos no curso de graduação fica definido
3412 pela fórmula: $2N - 3$, sendo N o número de semestres do curso. **Texto**
3413 **proposto:** Artigo 45 - O prazo máximo para a integralização dos créditos, para
3414 ingressantes a partir de 2014, será de no máximo, $1,5n$, em que n é o número
3415 ideal de semestres requerido pelo curso, resguardado aos ingressantes até o
3416 ano de 2013 o prazo máximo vigente no ano de ingresso no curso de
3417 graduação da USP. **Parecer da Congregação:** aprova, por unanimidade, a
3418 redação sugerida pela PG para o artigo 45 do Regimento da Faculdade
3419 (14.11.13). **Parecer da PG:** considerando que do ponto de vista jurídico a
3420 adequação do Regimento aos termos da Resolução CoG nº 6565/2013 é
3421 necessária, os autos se encontram em condições de prosseguimento
3422 (22.11.13). **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes, a
3423 proposta de alteração do art. 45 do Regimento da Faculdade de Filosofia,
3424 Ciências e Letras de Ribeirão Preto (27.11.13). Minuta de Resolução preparada
3425 pela Secretaria Geral. **5. PROTOCOLADO 2013.5.133.21.5 – INSTITUTO**
3426 **OCEANOGRÁFICO.** Proposta de alteração do artigo 29 do Regimento do
3427 Instituto Oceanográfico. Ofício do Diretor do Instituto Oceanográfico, Prof. Dr.
3428 Michel Michaelovitch de Mahiques, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. João
3429 Grandino Rodas, encaminhando a proposta de alteração do Regimento da
3430 Unidade, no que se refere aos concursos para provimento de cargo de
3431 Professor Doutor, aprovada pela Congregação em 26 de agosto de 2013
3432 (28.08.13). **Texto atual:** Artigo 29 - Os concursos para o cargo de Professor
3433 Doutor serão regidos pelo disposto no Estatuto e no Regimento Geral. § 1º - As
3434 provas para o concurso de Professor Doutor constam de: I - julgamento do
3435 memorial com prova pública de arguição; II - prova didática; III - prova escrita. §
3436 2º - As provas referidas no artigo anterior serão realizadas de acordo com o
3437 disposto no Estatuto e no Regimento Geral. **Texto proposto:** Artigo 29 - Os
3438 concursos para o cargo de Professor Doutor serão regidos pelo disposto no
3439 Estatuto e no Regimento Geral e serão realizados em duas fases. § 1º - As
3440 provas para o concurso de Professor Doutor constam de: I - prova escrita; II -
3441 julgamento do memorial com prova pública de arguição; III - prova didática. § 2º
3442 - A primeira prova será eliminatória e consistirá em prova escrita. O candidato
3443 que obtiver nota menor do que 7,0 (sete), da maioria dos membros da
3444 Comissão Julgadora, estará eliminado do concurso. **Parecer da PG:** manifesta
3445 que em cotejo com as normas estatutárias e regimentais da Universidade, do
3446 ponto de vista jurídico, não há óbice ao prosseguimento das alterações tal
3447 como sugeridas (21.10.13). **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos
3448 presentes, o parecer do relator, **Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu,**
3449 favorável à proposta de alteração do artigo 29 do Regimento do Instituto
3450 Oceanográfico (27.11.13). Minuta de Resolução preparada pela Secretaria

3451 Geral. **6. PROCESSO 2002.1.369.81.4 – FACULDADE DE ECONOMIA,**
3452 **ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO.** Proposta de
3453 alteração do artigo 20 do Regimento da Faculdade de Economia,
3454 Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Ofício do Diretor da
3455 Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto,
3456 Prof. Dr. Sigismundo Bialoskorski Neto, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. João
3457 Grandino Rodas, encaminhando proposta de alteração do artigo 20 do
3458 Regimento da Faculdade, aprovada pela Congregação em 28.8.2013
3459 (09.09.13). **Texto atual:** Artigo 20 - A CRIInt será composta por um
3460 representante docente de cada curso, um representante discente e um
3461 representante dos servidores técnico-administrativos dessa área, que também
3462 exercerá a função de secretário. Parágrafo único - O representante discente
3463 será eleito pelos seus pares para o mandato de 1 (um) ano e os demais
3464 membros serão indicados pelo Diretor da Unidade, bem como o presidente
3465 dessa comissão. **Texto proposto:** Artigo 20 - A CRIInt será composta por um
3466 representante docente de cada Departamento, um representante discente e um
3467 representante dos servidores técnicos e administrativos dessa área, que
3468 também exercerá a função de secretário. Parágrafo único - Os representantes
3469 discentes (um de graduação e um de pós-graduação) serão eleitos pelos seus
3470 pares para o mandato de um ano. Os demais membros terão mandato de dois
3471 anos e serão indicados pelos respectivos Departamentos da Unidade, sendo o
3472 presidente dessa comissão eleito pelos membros da mesma. **Parecer da PG:**
3473 manifesta que a proposta de aumento de representatividade do corpo docente
3474 perante a CRIInt inexistem óbices jurídicos, vez que a nova redação do
3475 dispositivo em análise encontra-se em consonância à disciplina normativa
3476 aplicada à matéria, especialmente aquela prevista no Regimento Geral, bem
3477 como no Regimento da Unidade. Ressalta que a referida alteração mantém
3478 simetria com a representação da Comissão de Cultura e Extensão Universitária
3479 pertencente à mesma Unidade em que há representação de docente de cada
3480 Departamento. Em relação às mudanças para o parágrafo único e quanto à
3481 extensão do mandato dos demais membros da Comissão, conclui que há
3482 viabilidade jurídica (11.10.13). **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos
3483 presentes, o parecer do relator, **Prof. Dr. Carlos Eduardo Falavigna da**
3484 **Rocha**, favorável à proposta de alteração do artigo 20 do Regimento da
3485 Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto
3486 (27.11.13). Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. **7.**
3487 **PROTOCOLADO 2013.5.62.41.5 - INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS.** Proposta
3488 de alteração do artigo 46 do Regimento do Instituto de Biociências. **Texto**
3489 **atual:** Artigo 46 - Além do disposto no Título VI do RGUSP, as seguintes
3490 normas se aplicam ao candidato a concurso da carreira docente: I – para o
3491 concurso de Professor Doutor as provas e seus respectivos pesos serão:
3492 julgamento do Memorial com prova pública de Arguição – quatro, prova didática
3493 – três e prova escrita que poderá ser eliminatória – três; **Texto proposto:**
3494 Artigo 46 - Além do disposto no Título VI do RGUSP, as seguintes normas se
3495 aplicam ao candidato a concurso da carreira docente: I - o concurso para o
3496 cargo de Professor Doutor poderá ser realizado em uma única fase ou em duas
3497 fases, de acordo com o Artigo 135 do Regimento Geral da USP, seguindo
3498 proposta oriunda do Departamento e aprovada pela Congregação; II - ...§ 1º -
3499 As provas para o concurso de Professor Doutor realizado em duas fases serão:
3500 prova escrita que será eliminatória (peso três), julgamento do Memorial com

3501 prova pública de Arguição (peso quatro) e prova didática (peso três). § 2º - As
3502 provas para o concurso de Professor Doutor realizado em uma única fase
3503 serão: julgamento do Memorial com prova pública de Arguição (peso quatro),
3504 prova didática (peso três) e apresentação do Projeto de Pesquisa com prova
3505 pública de Arguição (peso três). A última prova listada consistirá no julgamento
3506 de projeto de pesquisa, em que serão considerados sua adequação às linhas
3507 de pesquisa da Unidade, seu enquadramento à área existente do
3508 Departamento e sua viabilidade à luz da infraestrutura existente na Unidade.
3509 Essa prova deverá ser realizada na forma de diálogo, não devendo exceder 60
3510 (sessenta) minutos para a totalidade dos examinadores e 60 (sessenta)
3511 minutos para o candidato.” **Parecer da Congregação:** aprova em sessão
3512 realizada em 24.5.2013, a alteração do artigo 46 do Regimento do Instituto.
3513 **Parecer da PG:** observa que a proposta prevê que nos concursos realizados
3514 em fase única haverá, além das provas de memorial e didática, uma prova de
3515 apresentação de Projeto de Pesquisa com prova pública de arguição,
3516 atribuindo a cada uma das três provas, seus pesos. Prevê, por fim, o
3517 procedimento de realização dessa última prova, estabelecendo o tempo
3518 máximo de sua duração, silenciando, todavia, quanto aos critérios de avaliação
3519 dessa prova, o que é questão essencial para a continuidade da análise.
3520 Lembra que propostas com critérios objetivos foram apresentadas por
3521 Unidades que obtiveram aprovação da CLR e do Co. A título de contribuição,
3522 sugere nova redação para o parágrafo segundo, que poderá ser analisada pela
3523 Congregação do IB. Ressalta que a arguição dialogada relativa ao projeto
3524 apresentado pelo candidato se fará com base nos seguintes critérios:
3525 adequação às linhas de pesquisa da Unidade; enquadramento à área de
3526 atuação do departamento e viabilidade à luz da infraestrutura existente na
3527 Unidade. Encaminha os autos ao IB para nova análise (12.7.2013). **Parecer da**
3528 **Congregação:** aprova em sessão realizada em 30.8.2013, a proposta de
3529 redação do parágrafo segundo do art. 46 do Regimento do Instituto, conforme
3530 sugerido pela PG. **Parecer da PG:** manifesta que a proposta ora apresentada
3531 segue a sistemática que vem sendo adotada por outras Unidades da USP,
3532 razão pela qual merece aprovação, sendo os critérios da proposta idêntico aos
3533 acolhidos pela CLR e pelo Co (17.9.2013). **Parecer da CLR:** aprova, por
3534 unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr. Sérgio**
3535 **França Adorno de Abreu,** favorável à proposta de alteração do artigo 46 do
3536 Regimento do Instituto de Biociências (17.2.2014). Minuta de Resolução
3537 preparada pela Secretaria Geral. **8. PROTOCOLADO 2014.5.2.16.2 -**
3538 **FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO.** Proposta de alteração do
3539 item 1 do § 1º do artigo 3º do Regimento da Faculdade de Arquitetura e
3540 Urbanismo. Ofício do Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Prof.
3541 Dr. Marcelo de Andrade Roméro, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino
3542 Rodas, encaminhando a proposta de alteração do item 1, do § 1º, do artigo 3º
3543 do Regimento da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (16.12.13). **Texto**
3544 **Atual:** Artigo 3º - ... § 1º - A representação docente a que se refere o inciso VIII
3545 foi definida pela Congregação da Unidade, respeitando os seguintes critérios,
3546 conforme art. 45 do Estatuto: 1 - setenta e cinco por cento dos Professores
3547 Titulares da Unidade, assegurado um mínimo de cinco; **Texto Proposto:** Artigo
3548 3º - ... § 1º - A representação docente a que se refere o inciso VIII foi definida
3549 pela Congregação da Unidade, respeitando os seguintes critérios, conforme
3550 art. 45 do Estatuto: 1 - cem por cento dos Professores Titulares da Unidade em

3551 exercício; **Parecer da PG:** sob o prisma jurídico-formal, a proposta encontra
3552 fundamento no item 1 do § 1º do artigo 45 do Estatuto, de modo que a
3553 tramitação pode prosseguir (16.1.2014). **Parecer da CLR:** aprova, por
3554 unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr. Carlos**
3555 **Eduardo Falavigna da Rocha**, favorável à proposta de alteração do artigo 46
3556 do Regimento da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (17.2.2014). - Minuta
3557 de Resolução preparada pela Secretaria Geral. **M. Reitor:** "O Caderno VII inclui
3558 oito modificações de Regimentos de Unidades. Essas modificações foram
3559 aprovadas nas respectivas unidades e já foram examinadas pela PG e pela
3560 CLR e receberam todas parecer favorável. Portanto, proponho que façamos
3561 uma votação em bloco, porém, sem prejuízo de qualquer destaque." **Cons.**
3562 **Sergio Franca Adorno de Abreu:** "Como dito pelo M. Reitor, os processos
3563 foram examinados por todos os órgãos, Conselhos e pela CLR. De modo geral,
3564 esses casos suscitam dúvidas, voltam para as unidades, de forma que tudo é
3565 reprocessado, por isso tenho a convicção de que quando chegam a esse
3566 Colegiado é porque todas as normas e regulamentos foram atendidos e
3567 estariam em condições de serem votados, salvo se houver algum detalhe que
3568 tenha passado despercebido, mas, de modo geral, acho que são modificações
3569 previsíveis." **Cons. Sigismundo Bialoskorski Neto:** "A FEARP solicitou uma
3570 modificação. No artigo 20, texto proposto, consta: 'a CRInt será composta por
3571 um representante docente de cada departamento e um representante discente
3572 e um representante dos servidores.' Logo abaixo, o parágrafo único determina:
3573 'os representantes discentes, um da graduação e um da pós-graduação'.
3574 Então, na realidade, o texto de cima deveria ser: 'composto por um
3575 representante docente de cada departamento e dois representantes discentes',
3576 uma vez que será um da graduação e outro da pós-graduação. Não sei se veio
3577 errado da proposta da Unidade ou em determinado momento houve um
3578 pequeno ajuste, mas faço a sugestão apenas para ajustar os dois textos."
3579 **Cons. Walter Ribeiro Terra:** "Gostaria apenas de fazer um comentário a
3580 respeito de uma sugestão de mudança de nome de departamento. A sugestão
3581 é quanto ao Departamento de Física, que está sugerindo o nome de
3582 Departamento de Física e Ciência Interdisciplinar. Acho isso muito esquisito,
3583 pois não pode existir uma ciência interdisciplinar. Para cada duas disciplinas,
3584 pode-se, teoricamente, ter uma disciplina interdisciplinar entre elas. De forma
3585 que não pode existir uma ciência interdisciplinar. Conheço o Departamento, até
3586 acho que a razão dessa tentativa de mudança se deve ao fato de ser um
3587 Departamento muito peculiar. Embora seja um Departamento de Física, ele
3588 reúne, provavelmente, os principais biólogos estruturais do país. Além disso,
3589 eles têm grupos que fazem engenharia de moléculas para fins industriais. De
3590 forma que, realmente, é interdisciplinar. Mas considero esse nome muito infeliz.
3591 Talvez - e deixo como sugestão para os colegas - um nome do tipo
3592 Departamento Interdisciplinar de Física, porque assim fica evidente a
3593 interdisciplinaridade e, também, que essas disciplinas com as quais ela é
3594 interdisciplinar, são relacionadas à Física." **Cons. Tito José Bonagamba:**
3595 "Essa discussão foi muito longa no Departamento de Física e Informática. Esse
3596 departamento era composto por físicos e cientistas da Computação, no início
3597 das suas atividades. Porém, ao longo do tempo, essas pessoas migraram para
3598 outro departamento, outra Unidade do *Campus* e, na composição atual, temos
3599 a presença de vários profissionais. Essa discussão ficou muito complicada,
3600 pois no nome, seria muito difícil colocar 'Departamento de Física e Biologia

3601 Estrutural', já que temos várias outras atividades, como: Ciência do Petróleo,
3602 Ciência dos Materiais, Química Medicinal, Biologia Estrutural, e assim por
3603 diante. De forma que foi muito difícil encontrar um nome. Não queríamos
3604 colocar 'Física e Biologia Estrutural', porque caracterizaria uma ala da
3605 Instituição. Agora, fica realmente difícil defender um nome que dentro da
3606 própria Instituição criou muitas dúvidas. Por isso, deixo o Conselho à vontade
3607 para decidir se continuamos com esse nome ou não e, caso não seja aceito
3608 esse nome, aceitaríamos a sugestão e voltaríamos a indicar a red denominação
3609 dentro do próprio Departamento de Física e Informática. Sugiro que, se o nome
3610 proposto pela Unidade não for aceito, que o próprio departamento pudesse
3611 refletir novamente sobre sua denominação." **Cons. Luiz Gustavo da Cunha**
3612 **Soares:** "A questão é a respeito da FFCLRP, especificamente na redução do
3613 tempo de graduação, na nova redação. Consideramos que com isso pode
3614 haver o risco de perda e de diminuição de prazo. Não concordamos com isso,
3615 porque tende a uma especialização precoce, reduz o tempo de experiência na
3616 comunidade universitária, reduz toda a possibilidade, inclusive, de mudar de
3617 área. A pessoa fica apressada. Apesar de não ser grande o número, mas o
3618 fator muda de qualidade. Aqui vira uma fração do semestre e no outro tempo,
3619 uma multiplicação e depois uma redução de um número absoluto que é 3
3620 semestres. Então, queremos entender isso e, possivelmente, nos posicionar
3621 contrariamente." **Cons. Richard Charles Garratt:** "Confesso que me sinto um
3622 pouco ridículo tratando desse assunto do nome do nosso Departamento,
3623 depois de um debate tão profundo e tão importante para a nossa Universidade,
3624 que foi o orçamento e que levou em torno de cinco horas. Estamos falando do
3625 nome de um departamento, porque o grupo de informática mudou de um
3626 departamento para um único outro departamento que existe no nosso Instituto.
3627 Nosso Instituto, apesar de ser um Instituto de Física, é conhecido nacional e
3628 internacionalmente por ser um Instituto extremamente interdisciplinar, onde
3629 existem interfaces, não apenas da Física com mais alguma coisa, Biologia
3630 Estrutural, por exemplo, mas existem interfaces, entre, por exemplo, Micro-
3631 Biologia e Química Medicinal, dentro de um Instituto de Física. Como vocês
3632 devem imaginar, esse assunto foi tema de várias reuniões no Instituto. Várias
3633 discussões. A própria proposta do Professor Walter Terra foi a minha primeira
3634 e, claro que já imaginamos essa ideia de Física Interdisciplinar, mas não foi
3635 bem aceito. De forma que, depois de várias reuniões, várias discussões, foi
3636 aprovado no Conselho e depois na Congregação, na CAA, na CLR, por
3637 unanimidade e, francamente, penso que se tem pessoas competentes para
3638 decidir o nome do seu próprio departamento, são os próprios docentes que têm
3639 que conviver ali dentro. Portanto, a minha proposta é deixar para quem terá
3640 que ficar com esse nome, escolher seu próprio nome. **Cons. Fernando Luis**
3641 **Medina Mantelatto:** "Sobre esclarecimento, foi uma adequação ao Regimento
3642 da Resolução nº 6565, do CoG. Adequamos o Regimento da Faculdade de
3643 Filosofia (FFCLRP), isso passou em todas as instâncias, inclusive nas CGs e
3644 foi aprovado por unanimidade na Congregação da Unidade, sem haver
3645 prejuízo. Acredito que é de praxe adequar ao Regimento Geral, onde todas as
3646 Unidades seguem essa fórmula." **M. Reitor:** "Colocarei em votação, em bloco,
3647 excluindo, neste momento, os destaques que são os itens 2, 4 e 6, ou seja,
3648 relacionados à FEARP, IFSC e à FFCLRP. São os tópicos sob os quais não
3649 houve qualquer comentário." Em seguida, passa-se à **votação dos itens 1, 3,**
3650 **5, 7 e 8 do Caderno VII**, em bloco, tendo em vista os pedidos de destaques

3651 para os itens 2, 4 e 6. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado:
3652 Sim = 79 (setenta e nove) votos; Não = 0 (zero) voto; Abstenções = 18
3653 (dezoito); Total de votantes = 97 (noventa e sete). São aprovados os pareceres
3654 da CLR, favoráveis às propostas de alteração nos Regimentos do Instituto de
3655 Psicologia, Instituto de Ciências Biomédicas, Instituto Oceanográfico, Instituto
3656 de Biociências e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Em seguida, passa-se
3657 à **votação do item 6 do Caderno VII, referente à proposta de alteração do**
3658 **Regimento da FEARP**, incluindo o destaque feito pelo Cons. Sigismundo
3659 Bialoskorski Neto. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim =
3660 83 (oitenta e três) votos; Não = 0 (zero) voto; Abstenções = 14 (quatorze); Total
3661 de votantes = 97 (noventa e sete). É aprovada a alteração do Regimento da
3662 FEARP. A seguir, o Cons. Tito José Bonagamba manifesta-se põe favorável à
3663 votação do item 2 do Caderno VII, referente à proposta de alteração do
3664 Regimento do IFSC, como proposto. O **M. Reitor** passa à **votação do item 2**
3665 **do Caderno VII, referente à proposta de alteração do Regimento do IFSC,**
3666 **conforme proposta original**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte
3667 resultado: Sim = 62 (sessenta e dois) votos; Não = 14 (quatorze) votos;
3668 Abstenções = 21 (vinte e uma); Total de votantes = 97 (noventa e sete). É
3669 aprovado o parecer da CLR, favorável à alteração do Regimento do IFSC. Em
3670 seguida, o **M. Reitor** passa à **votação do item 4 do Caderno VII, referente à**
3671 **proposta de alteração do Regimento da FFCLRP**, tendo em vista o destaque
3672 do Cons. Luiz Gustavo da Cunha Soares. Pelo painel eletrônico, obtém-se o
3673 seguinte resultado: Sim = 77 (setenta e sete) votos; Não = 8 (oito) votos;
3674 Abstenções = 12 (doze); Total de votantes = 97 (noventa e sete). É aprovado o
3675 parecer da CLR, favorável à proposta de alteração do Regimento da FFCLRP.
3676 Ato seguinte, o **M. Reitor** passa ao **CADERNO VIII – REGIMENTO DE**
3677 **UNIDADE. 1. PROTOCOLADO 2012.5.3299.11.3 – ESCOLA SUPERIOR DE**
3678 **AGRICULTURA “LUIZ DE QUEIROZ”**. Proposta de novo regimento da Escola
3679 Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Ofício do Diretor da ESALQ, Prof. Dr.
3680 José Vicente Caixeta Filho, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino
3681 Rodas, encaminhando a proposta do novo Regimento da ESALQ, aprovada
3682 pela Congregação em sessões realizadas em 25.10 e 29.11.2012 (18.12.12).
3683 **Parecer da PG:** aponta alguns aspectos formais a serem corrigidos e no que
3684 diz respeito às disposições da proposta, manifesta-se por temas, sugerindo
3685 algumas alterações (25.3.13). - **Parecer da Congregação:** aprova, por
3686 unanimidade, as alterações proposta pela CLR da Unidade, baseadas nas
3687 recomendações da PG e encaminha o texto do Regimento devidamente
3688 corrigido (23.05.13). **Parecer da PG:** verifica que em linhas gerais a Unidade
3689 atendeu as recomendações da PG constantes do Parecer anteriormente
3690 emitido. No entanto, observa a existência de alguns lapsos na redação que
3691 devem ser revistos. Sugere ainda, algumas alterações a serem providenciadas
3692 (09.08.13). - Informação do Diretor da ESALQ e do Presidente da CLR da
3693 Unidade, Prof. Fernando Seixas, encaminhando a minuta do Regimento para
3694 reanálise, esclarecendo que foram incorporadas as sugestões constantes no
3695 parecer da PG, com exceção à recomendação para definição quanto à
3696 realização de concurso de Professor Doutor em uma ou duas fases. (16.08.13).
3697 **Parecer da PG:** observa que é desejo da Unidade que o concurso para
3698 provimento do cargo de Professor Doutor possa ser realizado em uma ou duas
3699 fases, conforme proposta aprovada pela Congregação. Recomenda, portanto,
3700 que seja feita a inclusão de um parágrafo único ao artigo 24, para indicar que o

3701 concurso será realizado em duas fases. Recomenda também, mais algumas
3702 correções a serem feitas (13.09.13). Informação do Diretor da ESALQ e do
3703 Presidente da CLR da Unidade, encaminhando a minuta do Regimento com as
3704 alterações sugeridas pela PG (23.09.13). **Parecer da PG:** em vista da
3705 adequação jurídico-formal da proposta, conforme orientado pela PG nos
3706 pareceres emitidos anteriormente, recomenda a submissão da matéria à CLR,
3707 para manifestação (07.10.13). **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos
3708 presentes, o parecer do relator, **Prof. Dr. Francisco de Assis Leone**, favorável
3709 à proposta de novo Regimento da Escola Superior de Agricultura “Luiz de
3710 Queiroz” (27.11.13). Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral.
3711 **Cons. José Vicente Caixeta Filho:** “Apenas quero sugerir uma retificação,
3712 que já foi até antecipada ao próprio Professor Poveda e à Renata. Na página
3713 44, do caderno específico, artigo 3º, inciso 11, vamos perceber que há uma
3714 repetição do texto que consta no inciso 10, o que, de fato, está inconsistente
3715 com a proposta que consta à página 30. Então, na verdade, a redação do
3716 inciso 11 diria respeito a 'um representante dos ex-alunos de graduação da
3717 ESALQ, eleito por seus pares'. É o que está escrito ao final da página 30,
3718 então, acredito ter sido um descuido na digitação.” **Cons. Alexandre Pariol**
3719 **Filho:** “Existem alguns cadernos legais, que acho interessante que nossa
3720 Universidade fique sempre atenta a eles. Um desses cadernos legais é a Lei de
3721 Diretrizes Básicas da Educação. Portanto, ficarmos atentos a ele é
3722 corresponder, basicamente, ao que existe de legalidade. Gostaria que
3723 constasse na página 44, no capítulo II (Da Congregação), representação
3724 discente equivalente a 15%, porque a LDB é muito clara no que tange à
3725 representação nos órgãos colegiais superiores. De forma que sugiro a
3726 modificação, passando a representação discente equivalente a 15% dos
3727 membros docentes da Congregação. E, no artigo 10, portanto, representação
3728 dos servidores técnicos e administrativos equivalente a 15% dos membros. É
3729 essa a correção que peço na redação, para que isso atenda aos ditames da Lei
3730 de Diretrizes Básicas da Educação, ou então que me expliquem se ela está
3731 errada.” **Professor Gustavo Ferraz de Campos Monaco:** “A questão não é
3732 nova na Universidade. Há uma série de discussões a respeito disso. Os limites
3733 que estão fixados na proposta de Regimento da ESALQ são os limites
3734 estabelecidos no Estatuto e no Regimento Geral da USP. Houve já uma série
3735 de inquéritos civis no Ministério Público para averiguar se a Universidade
3736 cumpria ou não, no que diz respeito à composição dos colegiados, às
3737 determinações das Diretrizes e Bases, e esses inquéritos foram todos
3738 arquivados, de modo que não há impositivo, neste momento, para que
3739 modifiquemos esse limite que é estabelecido no Estatuto e no Regimento.” **M.**
3740 **Reitor:** “A situação neste momento é a seguinte: este assunto é regulamentado
3741 no Estatuto da Universidade de São Paulo. A ESALQ, assim como cada uma
3742 das Unidades, não tem autonomia para alterá-lo. Quem tem autonomia para
3743 alterar é este próprio Conselho Universitário, que tratará da questão, tenho
3744 certeza, quando tratar da reforma da governança da Universidade. Por isso,
3745 neste momento, não há possibilidade de aprovação de uma mudança nesta
3746 quantidade de uma proposta da ESALQ, até que a Universidade modifique os
3747 seus limites. De forma que o limite de aprovação que temos é esse.” Em
3748 seguida, o **M. Reitor** passa à **votação** do Caderno VIII. Pelo painel eletrônico,
3749 obtém-se o seguinte resultado: Sim = 76 (setenta e seis) votos; Não = 11
3750 (onze) votos; Abstenções = 8 (oito); Total de votantes = 95 (noventa e cinco). É

3751 aprovado o parecer da CLR, favorável à proposta de novo Regimento da
3752 ESALQ. Ato seguinte, o **M. Reitor** passa ao **CADERNO IX – REGIMENTO DA**
3753 **PREFEITURA USP DO QUADRILÁTERO SAÚDE/DIREITO. 1. PROCESSO**
3754 **2013.1.7.92.1 – PREFEITURA USP DO QUADRILÁTERO SAÚDE/DIREITO.**
3755 Proposta de Regimento da Prefeitura do Quadrilátero Saúde/Direito. Ofício da
3756 Prefeita do Quadrilátero Saúde/Direito, Prof.^a Dr.^a Wanda Maria Risso Günther,
3757 ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas, encaminhando a minuta
3758 do Regimento da Prefeitura, aprovada pelo Conselho Gestor em reunião de
3759 8.3.2013 (18.03.13). **Parecer da PG:** verifica que a proposta observou as
3760 normas em vigor do Estatuto e do Regimento Geral. Sugere algumas
3761 alterações formais de redação. Opina pela reapreciação pelo Conselho Gestor
3762 (28.06.13). Ofício da Presidente do Conselho Gestor do Quadrilátero
3763 Saúde/Direito, Prof.^a Dr.^a Diná de Almeida Lopes Monteiro da Cruz, ao
3764 Procurador Geral da USP, Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco,
3765 encaminhando a minuta de Regimento da Prefeitura do Quadrilátero
3766 Saúde/Direito com as alterações sugeridas pela PG, aprovada pelo Conselho
3767 Gestor em 5.8.2013 (05.08.13). **Parecer da PG:** observa que as
3768 recomendações foram, de modo geral, acolhidas, porém reitera as sugestões
3769 de retificação em relação a dois aspectos: a expressão "Parágrafo único" no
3770 texto normativo deve ser grafada com a letra "u"; no parágrafo único do artigo
3771 7º, a expressão "Órgãos complementares" deve ser suprimida, em vista da sua
3772 substituição por "aos seus integrantes". O Senhor Procurador Geral acolhe o
3773 parecer, dizendo ser desnecessária nova oitiva pelo Conselho Gestor, podendo
3774 os autos seguir seus trâmites subsequentes (09.08.13). **Parecer da CLR:**
3775 aprova, por unanimidade dos presentes, o parecer do relator, **Prof. Dr.**
3776 **Francisco de Assis Leone**, favorável à proposta de Regimento da Prefeitura
3777 USP do Quadrilátero Saúde/Direito (27.11.13). Minuta de Resolução preparada
3778 pela Secretaria Geral. Não havendo manifestações, o **M. Reitor** passa à
3779 votação do Caderno IX. **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte
3780 resultado: Sim = 71 (setenta e um) votos; Não = 2 (dois) votos; Abstenções =
3781 23 (vinte e três); Total de votantes = 96 (noventa e seis). É aprovado o parecer
3782 da CLR, favorável à proposta de Regimento da Prefeitura do Quadrilátero
3783 Saúde-Direito. Ato seguinte, passa-se ao **CADERNO X – RECURSOS. 1.**
3784 **PROTOCOLADO 2013.5.218.3.3 – JOÃO EDUARDO BORELLI.** Recurso
3785 interposto pelo candidato João Eduardo Borelli, solicitando
3786 reconsideração/reavaliação referente ao tempo de duração de sua prova
3787 didática no concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor no
3788 Departamento de Engenharia Mecatrônica e de Sistemas Mecânicos, na
3789 especialidade "Robótica". Ofício do Diretor da EP, Prof. Dr. José Roberto
3790 Cardoso, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas, encaminhando o
3791 recurso apresentado pelo candidato João Eduardo Borelli (21.05.13). Recurso
3792 interposto pelo candidato João Eduardo Borelli: alega que não teve qualquer
3793 problema relacionado à apresentação do tema de sua prova didática e que
3794 realizou sua apresentação no tempo certo. Solicita reconsideração da questão
3795 referente ao tempo da prova (05.04.13). Relatório Final da Banca Examinadora:
3796 tendo em vista o resultado obtido, declara habilitados os candidatos Miguel
3797 Angel Calle Gonzales, Rafael Traldi Moura e Douglas Daniel Sampaio Santana
3798 e o candidato João Eduardo Borelli, não habilitado. Indica o Doutor Rafael
3799 Traldi Moura para preenchimento do cargo de Professor Doutor, na
3800 especialidade "Robótica", do Departamento de Engenharia Mecatrônica e de

3801 Sistemas Mecânicos (27.03.13). **Parecer da Congregação:** aprova o parecer
3802 dos relatores, pelo não acolhimento do recurso (16.05.13). **Parecer da PG:** da
3803 análise do relatório final do concurso, observa que a aula do candidato teve
3804 início às 9h15 e término às 9h45, isto é, em tempo inferior ao exigido pelo
3805 artigo 137, IV, do Regimento Geral, que estabelece duração mínima de
3806 quarenta minutos e a máxima de sessenta. Destarte, a comissão julgadora
3807 houve por bem atribuir nota zero à prova em questão. Observa também, que o
3808 Edital do concurso estabeleceu no item "5" que a prova didática seria realizada
3809 nos termos do art. 137 do RG. Lembra que é preceito constitucional, constante
3810 no artigo 37 da Constituição Federal, que a Administração Pública deve pautar
3811 sua atuação nos princípios da moralidade, impessoalidade, legalidade,
3812 publicidade e, conforme estabelece o artigo 111 da Constituição Estadual
3813 Paulista, devem ser observados, ainda, os princípios da razoabilidade,
3814 finalidade, motivação e interesse público. Manifesta que, embora seja a
3815 comissão julgadora a competente para o exame do candidato, sendo soberana
3816 quanto às questões de mérito acadêmico, no tocante à forma do ato fica
3817 adstrita à prescrição legal, em razão do princípio da legalidade, garantindo a
3818 lisura do procedimento e a igualdade de condições entre os participantes do
3819 concurso. Esclarece que, conforme prescreve a Lei 10.177/98, artigo 8º: "são
3820 inválidos os atos administrativos que desatendam os pressupostos legais e
3821 regulares de sua edição, ou os princípios da Administração"; entendendo válido
3822 o certame na forma realizada e opinando pelo indeferimento do recurso
3823 (18.06.13). **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos),
3824 o parecer do relator, **Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu**, contrário ao
3825 recurso interposto pelo interessado (27.08.13). **Cons. Sergio França Adorno**
3826 **de Abreu:** "São quatro recursos que foram examinados em 2012 e 2013, foram
3827 exaustivamente discutidos, porque são matérias, muitas vezes, que envolvem
3828 conflitos em concursos de professor titular, e a CLR aprovou esses pareceres.
3829 São várias matérias distintas, mas são todas elas recursos para procedimentos
3830 de concurso. Talvez fosse mais conveniente retirar de pauta esses quatro
3831 recursos para que pudéssemos reexaminar, pois faz tempo e, se for
3832 questionado, terei dificuldade em fazer algum esclarecimento. Então, talvez
3833 fosse mais adequado retirá-los e colocá-los em uma próxima reunião." **Cons.**
3834 **Alexandre Pariol Filho:** "Retirando de pauta, seria prejudicado um pedido de
3835 vista a um desses processos? Porque um desses processos foi amplamente
3836 discutido em nossa Unidade, com diversos pareceres, inclusive de professores
3837 com especialidade amplamente divulgada de administrativistas e que vem se a
3838 se colidir com relação a alguns outros pareceres que vieram aqui pela Reitoria.
3839 Por isso, gostaria conhecer esses pareceres." **Cons. Antonio Aprigio da Silva**
3840 **Curvelo:** "Quero encaminhar contrário ao pedido do Cons. Sergio Adorno, em
3841 relação à retirada de pauta, por dois motivos. O primeiro porque este processo
3842 está correndo há muito tempo e a folha de parecer, para aqueles que não
3843 tiveram tempo de ler os processos, é muito clara. Todos os casos não são
3844 inéditos. Acredito que o Conselho teria condições de resolvê-lo apenas com a
3845 leitura do parecer do representante da CLR." **M. Reitor:** "Há um coro, percebo,
3846 pela continuidade do exame. Então, vamos colocar em discussão o primeiro
3847 deles, João Eduardo Borelli, da Escola Politécnica. **Cons. Sergio França**
3848 **Adorno de Abreu:** "É um recurso a um concurso de Professor Doutor, na
3849 Escola Politécnica, junto ao Departamento de Engenharia Mecatrônica de
3850 Sistemas Mecânicos, especialidade Robótica. Houve uma contestação

3851 relacionada com o prova didática. A prova didática com duração inferior à
3852 prevista no artigo 137, IV, do Regimento Geral, que estabelece a duração
3853 mínima de 40 minutos e máxima de 60. O meu parecer é o seguinte: 'Os fatos
3854 encontram-se adequadamente descritos no parecer da Procuradoria Geral
3855 anexo. Em suma, o interessado, João Eduardo Borelli, inscreveu-se no
3856 Concurso acima referido. Na prova didática, dissertou sobre o tema Técnica de
3857 Projetos de Controle de Robôs, com início no dia 26.3.2013, às 9h15 e término
3858 às 9h45. A duração da prova encontrava-se registrada na ata correspondente.
3859 Por não haver cumprido o tempo mínimo regulamentar, o candidato mereceu
3860 atribuição de nota zero na prova didática, comportamento perfilado por todos
3861 os julgadores. O resultado do concurso foi homologado na 1200ª Reunião
3862 Ordinária da Congregação da Escola Politécnica da Universidade de São
3863 Paulo, em 16.5.2013. Em seu recurso, o candidato afirma ter ciência de haver
3864 dispendido 45 minutos em sua exposição. Não há no protocolado qualquer
3865 informação, evidências que coloquem sob suspeição o registrado em ata,
3866 aprovada e registrada pela Comissão julgadora. Os demais argumentos
3867 apresentados relacionados com a alta avaliação que o candidato faz de si
3868 próprio, em nada contribui para alterar o resultado final do Concurso. Nessa
3869 mesma sessão, o recurso foi apreciado e negado pela Congregação.' À vista
3870 do exposto, propus a manutenção do Concurso, ou seja, o não provimento do
3871 recurso, que foi aprovado pela CLR." Não havendo manifestações, o **M. Reitor**
3872 passa à votação. **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte
3873 resultado: Sim = 78 (setenta e oito) votos; Não = 6 (seis) votos; Abstenções =
3874 12 (doze); Total de votantes = 96 (noventa e seis). É aprovado o parecer da
3875 CLR, contrário ao recurso interposto pelo interessado. **2. PROCESSO**
3876 **2012.1.1576.2.3 – TEREZA APARECIDA ASTA GEMIGNANI.** Recurso
3877 interposto pela Profa. Dra. Tereza Aparecida Asta Gemignani, candidata ao
3878 concurso de Livre-Docência do Departamento de Direito do Trabalho e da
3879 Seguridade Social, contra decisão da Congregação da Faculdade de Direito,
3880 que deliberou pelo não provimento de seu pedido de reconsideração do
3881 resultado final do concurso. - Ofício da Assistente Acadêmica da FD, ao
3882 Procurador Geral, Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco,
3883 encaminhando pedido da Profa. Dra. Tereza Aparecida Asta Gemignani, para
3884 manifestação a respeito do entendimento da interessada quanto ao art. 177 do
3885 Regimento Geral (20.12.12). Recurso interposto pela Profa. Dra. Tereza
3886 Aparecida Asta Gemignani solicitando que seja consultada a eminente Profa.
3887 Dra. Maria Cristina Cacciamali, membro da Banca Examinadora, do concurso
3888 de Livre-Docência do Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade
3889 Social, que lhe atribuiu a nota 6,9, quanto ao cumprimento da possibilidade
3890 regimental de aproximação até a primeira casa decimal para que seja atribuída
3891 a nota 7 (sete) à recorrente e, em decorrência disso, a Banca Examinadora
3892 proceda a nova deliberação e nos termos do parágrafo único do art. 180 do
3893 Regimento Interno, reconsidere e reformule o ato anterior, proclamando como
3894 resultado final, que a recorrente está habilitada e aprovada no concurso para
3895 Livre-Docente, em virtude de ter alcançado nota final mínima de sete da
3896 maioria dos examinadores (17.12.12). Relatório Final da Banca Examinadora
3897 (13.12.12). **Parecer da PG:** esclarece que casa decimal é a posição que um
3898 algarismo ocupa após a vírgula em um número decimal e que a aproximação
3899 das notas, referida no art. 177 do Regimento Geral, nada mais é do que a
3900 precisão do mérito acadêmico até a primeira casa decimal dentro da escala de

3901 zero a dez. Observa que o verbo “aproximar”, no dispositivo, significa precisar.
3902 Conclui que outro não poderia ser o entendimento, visto que a norma não
3903 dispôs “aproximadas até a primeira casa decimal subsequente”, o que poderia,
3904 em tese, ensejar a interpretação pleiteada no recurso. Conclui, também, que
3905 inexistente qualquer mácula na atribuição da nota na precisão de 6,9 à candidata,
3906 visto não haver previsão de arredondamento de nota no art. 177 do Regimento
3907 Geral, preservando a legalidade do concurso. Manifesta que quanto ao aspecto
3908 jurídico-formal, nada existe a reparar, uma vez que o presente recurso
3909 preenche os pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, de
3910 modo que o pedido está apto para ser submetido à apreciação da
3911 Congregação da Faculdade (16.01.13). **Parecer da Congregação:** delibera,
3912 por unanimidade, não dar provimento ao recurso (28.02.13). Recurso interposto
3913 pela Profa. Dra. Tereza Aparecida Asta Gemignani: alega que a interpretação
3914 conferida no parecer da PG anula a norma regimental e frustra seu escopo, ou
3915 seja, descumpra o Regimento Geral. Pondera que, deixar de aplicar o referido
3916 dispositivo regimental também viola o princípio da eficiência estabelecido no
3917 artigo 37 da Constituição Federal, que vincula a atuação das Universidades
3918 públicas e não pode ser elidido pelo princípio da insignificância, como ensina a
3919 melhor doutrina. Solicita a efetiva aplicação do disposto no artigo 177 do
3920 Regimento Geral e provimento ao recurso, ou, caso mantida a decisão, o
3921 processamento ao Conselho Universitário (28.03.13). **Parecer da**
3922 **Congregação:** aprova, por unanimidade, o relatório pelo não provimento ao
3923 recurso, mantendo a decisão anterior (23.05.13). **Parecer da CLR:** aprova, por
3924 unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr. José**
3925 **Otávio Costa Auler Junior**, contrário ao recurso interposto pela Prof.^a Dr.^a
3926 Tereza Aparecida Asta Gemignani (27.08.13). **Cons. Sergio França Adorno**
3927 **de Abreu:** “Trata-se de um recurso de reconsideração, basicamente é
3928 recorrente, aprovado por dois membros da banca examinadora e pede que o
3929 voto de terceiro examinador, nota 6,9, seja aproximado até a primeira casa
3930 decimal, nos termos de sua interpretação do artigo 177 do Regimento Geral da
3931 USP. O pedido foi examinado pela Congregação da Faculdade de Direito que,
3932 em Sessão Ordinária, negou provimento ao recurso. O parecer da CLR
3933 examina as interpretações da lei e a conclusão do parecer é a seguinte. 'Em
3934 face das considerações e argumentos apresentados pela Procuradoria Geral
3935 da USP e pela Congregação da Faculdade de Direito, manifesto-me contrário
3936 ao provimento do recurso, enfatizando o fato de que as notas atribuídas pelos
3937 examinadores fora todas expressas em números inteiros, e a nota contestada
3938 pela candidata diz respeito à média ponderada, resultante das notas atribuídas
3939 por uma das examinadoras a cada uma das quatro provas do concurso, e para
3940 que essa média seja mudada é preciso haver alteração na nota dada a uma
3941 das provas realizadas.' Conforme argumenta o Professor Campilon, no seu
3942 parecer pela Congregação da Faculdade de Direito, 'o que se questiona não
3943 são notas parciais, mas sim a nota final de um dos examinadores. A questão
3944 passa a ser, pura e simplesmente, de cálculo, não há espaço para
3945 arredondamento ou aproximação, não há também direito subjetivo ao
3946 arredondamento da nota final, como pretende a recorrente.' Então, esse
3947 parecer de um membro da CLR foi aprovado, pelo não provimento do recurso.”
3948 Em seguida, o M. Reitor passa à votação. **Votação.** Pelo painel eletrônico,
3949 obtém-se o seguinte resultado: Sim = 81 (oitenta e um) votos; Não = 4 (quatro)
3950 votos; Abstenções = 11 (onze); Total de votantes = 96 (noventa e seis). É

3951 aprovado o parecer da CLR, contrário ao recurso interposto pela interessada.
3952 **3. PROTOCOLADO 2012.5.210.5.7 – FACULDADE DE MEDICINA.** Recurso
3953 interposto pelo Prof. Dr. David Everson Uip, candidato ao concurso para
3954 provimento de um cargo de Professor Titular, junto ao Departamento de
3955 Moléstias Infecciosas e Parasitárias, contra a decisão da Congregação da FM,
3956 que aprovou os nomes indicados para compor a Comissão Julgadora do
3957 referido concurso. Requer a indicação de novos nomes para compor a Banca
3958 Examinadora, para assegurar que o processo seletivo não se torne alvo de
3959 eventuais questionamentos. Ofício da Chefe do Departamento de Moléstias
3960 Infecciosas e Parasitárias, Profa. Dra. Marta Heloisa Lopes, à Assistência
3961 Acadêmica da FM, encaminhando as sugestões de nomes, aprovados em
3962 reunião do Conselho do Departamento realizada em 14.9.2011, para
3963 composição da Comissão Julgadora para o concurso visando o provimento de
3964 um cargo de Professor Titular (16.09.11). **Parecer da Comissão de Claros**
3965 **Docentes da FM:** ratifica a sugestão de nomes para composição da Comissão
3966 Julgadora do concurso para provimento de um cargo de Professor Titular, junto
3967 ao Departamento de Moléstias Infecciosas e Parasitárias (26.09.11). Recurso
3968 do Prof. Dr. David Everson Uip, candidato ao concurso para provimento de um
3969 cargo de Professor Titular, junto ao Departamento de Moléstias Infecciosas e
3970 Parasitárias, requerendo a indicação de novos nomes para compor a Banca
3971 Examinadora do referido concurso. Alega a existência de algumas relações
3972 anteriores entre um dos candidatos e membros da Banca e mesmo entre os
3973 próprios membros da Banca, permitindo que surjam questionamentos quanto à
3974 indispensável imparcialidade de ânimos, na medida em que, ainda que
3975 inconscientemente, esses contatos passados podem exercer algum tipo de
3976 influência dos Examinadores (06.10.11). **Parecer do Conselho do**
3977 **Departamento de Moléstias Infecciosas e Parasitárias:** considera
3978 improcedente a solicitação do requerente, encaminhando a sugestão de nomes
3979 para a Comissão Julgadora do concurso, aprovada em 14.9.2011 (11.11.11).
3980 **Parecer da Comissão de Claros Docentes da FM:** toma ciência do recurso
3981 impetrado pelo Prof. David Everson Uip, bem como da decisão do Conselho do
3982 Departamento, decidindo manter o seu parecer inicial aprovado em 26.9.2011
3983 (28.11.11). **Parecer da Congregação:** indefere o recurso impetrado pelo
3984 candidato, Prof. Dr. David Everson Uip, referente à sugestão de nomes para
3985 compor a Comissão Julgadora do concurso para Professor Titular, junto ao
3986 Departamento de Moléstias Infecciosas e Parasitárias (09.12.11). Publicação
3987 da decisão da Congregação, referente o recurso impetrado pelo candidato,
3988 Prof. Dr. David Everson Uip, no D.O. de 10.12.2011 (10.12.11). Publicação da
3989 aceitação das inscrições para o concurso de um cargo de Professor Titular
3990 junto ao Departamento de Moléstias Infecciosas e Parasitárias e composição
3991 da Comissão Julgadora, no D.O. de 10.12.2011 (10.12.11). Recurso impetrado
3992 pelo candidato Prof. Dr. David Everson Uip, contra decisão da Congregação da
3993 FM, que aprovou os nomes indicados para compor a Comissão Julgadora do
3994 concurso para provimento de um cargo de Professor Titular, junto ao
3995 Departamento de Moléstias Infecciosas e Parasitárias. Requer a indicação de
3996 novos nomes para compor a Banca Examinadora, para assegurar que o
3997 processo seletivo não se torne alvo de eventuais questionamentos (13.03.12).
3998 **Parecer da Comissão de Claros Docentes da FM:** toma ciência do recurso
3999 impetrado pelo Prof. Dr. David Everson Uip e aprova o seguinte parecer: “As
4000 relações apontadas não sugerem conflito que justifiquem a constituição de

4001 nova banca.” (23.04.12). **Parecer da Congregação:** indefere o recurso
4002 impetrado pelo candidato, Prof. Dr. David Everson Uip, referente à sugestão de
4003 nomes para compor a Comissão Julgadora do concurso para Professor Titular,
4004 junto ao Departamento de Moléstias Infecciosas e Parasitárias (27.04.12).
4005 Recurso interposto pelo candidato Prof. Dr. David Everson Uip, através de seus
4006 procuradores, requerendo, em caráter de urgência, a suspensão do referido
4007 concurso até que seja disponibilizada, na íntegra, a decisão proferida pela
4008 Congregação, o que ocorrerá no dia 29.6.2012, sob pena de flagrante
4009 cerceamento de defesa e violação ao devido processo legal a ensejar a
4010 impetração das medidas judiciais cabíveis (15.05.12). **Parecer da PG:** observa
4011 que não procedem as alegações do interessado. Esclarece que a previsão
4012 regimental de recurso contra decisão tomada por Congregação de Unidade
4013 contém explícita regra que permite ao recorrente, em querendo, pleitear a
4014 concessão do efeito suspensivo em caso de manutenção da decisão recorrida,
4015 pelo órgão em sede de juízo de retratação, no prazo de dez dias. Explica que o
4016 recurso do interessado não contém esse pedido que, portanto, não foi
4017 apreciado pela Congregação da FM. Tampouco esse órgão colegiado o
4018 concedeu *ex officio*, por entender que não seria o caso de o conceder. Explica
4019 também, que, quando é dado ao interessado o direito de pleitear algo em prazo
4020 previamente estabelecido e esse não o faz, ocorre o fenômeno da preclusão.
4021 Assim, a rigor, não pode o interessado, agora, às vésperas do concurso,
4022 solicitar tal efeito. Informa que, caso o Presidente do Colegiado entenda por
4023 bem apreciar o pedido, poderá fazê-lo, em sessão extraordinária, convocada
4024 para tal finalidade com ao menos 48 horas de antecedência, observado o
4025 *quórum* qualificado de 2/3 de seus membros, exigência que deflui, por
4026 analogia, do art. 39, XI, do Regimento Geral. Encaminha os autos à Unidade,
4027 retornando, após, para análise do recurso (16.05.12). Informação da
4028 Assistência Acadêmica de que, convocada sessão extraordinária da
4029 Congregação, para tratar da análise da concessão de efeito suspensivo do
4030 concurso de títulos e provas de um cargo de Professor Titular junto ao
4031 Departamento de Moléstias Infecciosas e Parasitárias, compareceram 64 de
4032 seus 131 membros. Diante da inexistência do *quórum* qualificado necessário
4033 para abertura da sessão (87 membros), o Sr. Presidente dispensou os
4034 membros presentes (21.05.12). **Parecer da PG:** informa que o recurso é
4035 tempestivo, pois foi interposto no prazo regimental de 10 dias. Sob o aspecto
4036 jurídico, frisa que a indicação da Comissão Julgadora, bem como sua
4037 composição final, seguiram as regras estabelecidas nos artigos 186 a 189 do
4038 Regimento Geral. Observa que o contato entre integrantes de Comissões
4039 Julgadoras de concursos docentes, ao menos os realizados nesta autarquia, é
4040 absolutamente normal, porquanto o desenvolvimento acadêmico e científico
4041 necessita dessa interação entre professores universitários, inclusive com os de
4042 outras instituições de ensino superior, públicas e privadas, sem que isso possa,
4043 de qualquer modo, influenciar em possíveis julgamentos futuros, como insinua
4044 o autor. Acrescenta que o concurso se realizou nos dias 22 e 23.5.2012, e que
4045 o ora recorrente não compareceu às provas e que ao decidir não participar do
4046 concurso, o presente recurso, claramente, perdeu seu objeto. Diante do
4047 exposto e por qualquer ótica que se analise o recurso, verifica que lhe falta
4048 amparo legal, motivo porque não merece ser acolhido (14.09.12). **Parecer da**
4049 **CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes (7 votos), o parecer do relator,
4050 **Prof. Dr. Luiz Nunes de Oliveira**, favorável à decisão da Congregação da

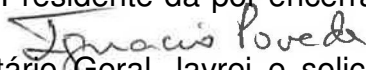
4051 Faculdade de Medicina, que negou provimento ao recurso interposto pelo Prof.
4052 Dr. David Everson Uip (24.10.12). **Cons. José Rogério Cruz e Tucci:**
4053 “Examinei esse processo, que teve uma divulgação e tinha uma dúvida, mas
4054 agora tenho duas, lendo o parecer da CLR. Peço vista desse processo. Tenho
4055 dúvidas e não posso dar o voto. Quero examinar o efeito suspensivo, se foi
4056 dado, se estava no Regimento neste caso. Enfim, tenho dúvida, não tenho
4057 condição de votar, estou pedindo vistas, mas é o Reitor que decide se tenho
4058 direito a vista ou não.” **Cons.^a Neli Maria Paschoarelli Wada:** “Também peço
4059 vistas desse processo, até por se tratar do Secretário de Saúde do Estado de
4060 São Paulo, uma figura pública.” **M. Reitor:** “Isso não vem ao caso aqui, mas a
4061 dúvida dos conselheiros, devem ser consideradas. De forma que temos dois
4062 pedidos de vista para este mesmo processo e, portanto, daremos vista
4063 subsequentemente, um ao outro e, da mesma forma, ao pedido de vista
4064 solicitado pelo Conselheiro Alexandre Pariol Filho, para o processo relativo à
4065 Faculdade de Direito, que é o item 4 deste Caderno. Eles retornarão,
4066 provavelmente, na próxima reunião, se os conselheiros tiverem resolvido suas
4067 dúvidas.” O **M. Reitor** concede vista dos autos aos Conselheiros José Rogério
4068 Cruz e Tucci e Neli Maria Paschoarelli Wada, sendo o processo retirado de
4069 pauta. 4 - PROCESSO 2011.1.1374.2.0 – FACULDADE DE DIREITO. Recurso
4070 interposto pelo candidato Humberto Bergmann Ávila, consagrado vencedor do
4071 concurso para provimento de um cargo de Professor Titular, junto ao
4072 Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, contra decisão da
4073 Congregação da FD, que deliberou, por maioria, dar provimento ao recurso
4074 interposto pelo Prof. Dr. Heleno Taveira Torres, não homologando o relatório
4075 final do concurso. Edital FD 37/2009, de abertura para concurso de um cargo
4076 de professor titular junto ao Departamento de Direito Econômico, Financeiro e
4077 Tributário, publicado no D.O. de 27.05.2009 (27.05.09). Comunicado ATC-23,
4078 publicado no D.O. de 22.05.2010, informando que a Congregação da FD, em
4079 sessão realizada em 13.05.2010, aprovou as inscrições dos candidatos ao
4080 concurso para provimento de um cargo de professor titular junto ao
4081 Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, bem como a
4082 composição dos membros da banca examinadora (22.05.10). Quadros de
4083 notas. Relatório final da Banca Examinadora: verificadas as indicações
4084 individuais e constatado o empate nas notas dos candidatos Humberto
4085 Bergmann Ávila e Heleno Taveira Torres pelo membro da banca Prof. Diogo
4086 José Paredes Leite Campos, o Senhor Presidente instou o mesmo para que
4087 procedesse à indicação, de forma a desempatar. Este fez a sua indicação na
4088 pessoa do candidato Humberto Bergmann Ávila para prover o cargo (28.10.10).
4089 Recurso interposto pelo candidato Heleno Taveira Torres, contra a deliberação
4090 contida no Relatório Final da Comissão Julgadora do concurso, alegando que a
4091 indicação do Prof. Diogo Leite de Campos somente foi feita após conhecer as
4092 notas e indicações dos demais examinadores, e todo o concurso viu-se
4093 decidido pela sua indicação com desobediência ao dever de motivar o critério
4094 de desempate, ainda que de modo verbal, ademais da falta de motivação
4095 circunstanciada dos memoriais e suspeição evidenciada de membro da Banca,
4096 e como esses vícios frustraram o critério de classificação por notas, como
4097 exigidos pelo Regimento Geral, bem assim os valores de motivação,
4098 imparcialidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e legalidade,
4099 requerendo que: seja reconhecida a nulidade do Relatório Final, dada a
4100 ilegalidade de corrente da desobediência ao art. 4º da Constituição Estadual e,

4101 igualmente, ao art. 8º da Lei Estadual 10.177, de 1998, e regras regimentais
4102 aplicáveis, dentre outras, ao art. 154, 155 e 159 do Regimento Geral da USP;
4103 que a Congregação decida pela não homologação do Relatório Final e, por fim,
4104 em atenção ao princípio de eficiência da Administração Pública, que se
4105 delibere pela abertura de novo concurso (11.11.10). Recurso interposto pelo
4106 candidato Humberto Bergmann Ávila, apresentando contra-razões ao recurso
4107 do candidato Heleno Taveira Torres, solicitando seja negado provimento ao
4108 recurso, a fim de que seja homologado o Relatório Final, com a sua
4109 consequente nomeação e, caso entenda a Congregação que tenha havido falta
4110 de fundamentação na indicação feita pelo Prof. Diogo José Paredes Leite de
4111 Campos, o que se admite somente para argumentar, entende que somente
4112 esse ato é que pode ser invalidado, jamais acarretando a nulidade de todo o
4113 concurso. Requer, também, seja o desempate entre os candidatos feito pelos
4114 critérios estabelecidos no artigo 161, parágrafo 3º, do Regimento Geral
4115 (25.11.10). Manifestação do Prof. Estevão Horvath: esclarece que não
4116 pretende apresentar contra-razões ao recurso. Expressa, simplesmente que,
4117 dada a possibilidade aberta pelo Sr. Diretor da FD, concedendo vista do
4118 recurso interposto, não poderia omitir-se nem deixar de expressar algumas
4119 impressões, no intuito de colaborar (08.12.10). Parecer da Profa. Dra. Maria
4120 Sylvia Zanella Di Pietro: conclui que a indicação do Prof. Humberto Bergmann
4121 Ávila, feita pelo Prof. Diogo José Paredes Leite de Campos, foi ilegal, por falta
4122 de motivação; a mesma indicação ainda ficou viciada por ter sido feita depois
4123 que o mesmo ficou conhecendo as indicações dos outros membros da banca,
4124 quebrando a regra do sigilo na atribuição das notas e na indicação; a avaliação
4125 dos títulos, pela forma feita pelos membros da Comissão Julgadora,
4126 descumpriu a exigência regimental de fundamentação mediante parecer
4127 circunstanciado; em consequência, o concurso não observa os requisitos de
4128 validade indispensáveis para sua homologação (21.02.11). Parecer Jurídico da
4129 Professora Titular Ada Pellegrini Grinover, solicitado pelo candidato Humberto
4130 Bergmann Ávila (15.02.11). Novo parecer jurídico da Professora Titular Ada
4131 Pellegrini Grinover, solicitado pelo candidato Humberto Bergmann Ávila
4132 (02.03.11). **Parecer da Congregação da FD:** delibera, por unanimidade,
4133 conceder vistas aos Professores Titulares Miguel Reale Junior e Elival da Silva
4134 Ramos (31.03.11). Manifestação do Prof. Miguel Reale Junior: conclui que seja
4135 reconhecida a higidez do concurso em sua integralidade, rejeitando-se, em
4136 consequência, o recurso interposto pelo candidato Heleno Taveira Torres.
4137 Caso venha a se considerar nulo o desempate, opina para que a Congregação,
4138 com base no disposto no parágrafo 3º do art. 161 do Regimento Geral,
4139 reconheça a vitória do concurso pelo candidato que recebeu a nota média geral
4140 mais alta, ou seja, o Prof. Humberto Bergmann Ávila (25.04.11). Manifestação
4141 do Prof. Elival da Silva Ramos: observa que em todos os casos de empate na
4142 classificação por notas que a história recente da FD registra, o desempate em
4143 sede de indicação, efetuado por critério diverso do desempenho nas provas,
4144 exigiu motivação explícita exatamente porque não se estava a utilizar critério
4145 fundado no desempenho no concurso em si. Na espécie, dúvida não há quanto
4146 ao sentido da manifestação de vontade do examinador Diogo Campos, que, de
4147 fato, indicou um vencedor: se não explicitou o critério de desempate é porque
4148 estava comparando, implicitamente, o desempenho nas provas dos candidatos
4149 postos inicialmente em situação de igualdade. Por essas razões é de voto
4150 favorável à homologação do certame (28.04.11). **Parecer da Congregação da**

4151 **FD:** delibera, por maioria, dar provimento ao recurso interposto pelo candidato
4152 Heleno Taveira Torres, nos termos do parecer da relatora Prof.^a Dr.^a Maria
4153 Sylvia Zanella Di Pietro e, em consequência, não homologar o concurso
4154 (28.04.11). Recurso do candidato Humberto Bergmann Ávila, contra decisão da
4155 Congregação da FD, que deliberou, por maioria, dar provimento ao recurso
4156 interposto pelo Prof. Dr. Heleno Taveira Torres, não homologando o relatório
4157 final do concurso para provimento de um cargo de Professor Titular, junto ao
4158 Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, solicitando que
4159 até o seu julgamento final, não seja aberto novo concurso (06.05.11).
4160 Contrarrazões ao recurso apresentado pelo candidato Humberto Bergmann
4161 Ávila, encaminhada pelo candidato Heleno Taveira Torres (23.05.11).
4162 Informação do Diretor da FD, deixando de atribuir efeito suspensivo ao recurso,
4163 uma vez que a competência é do órgão recorrido, não havendo qualquer
4164 prejuízo ao recorrente, até porque a abertura de novo concurso não está na
4165 pauta da Congregação. Encaminha os autos ao Professor Titular Flávio Luiz
4166 Yarshell, para relatar (30.05.11). Parecer do Prof. Flávio Luiz Yarshell: no caso
4167 examinado, não há urgência a justificar medida acautelatória neste momento,
4168 razão pela qual não é hipótese de se atribuir efeito suspensivo, nem de obstar
4169 atos com base naquilo que hoje não vai além de mera possibilidade ou, até,
4170 conjectura. Se houver modificação de fato no quadro hoje vigente, poderá o
4171 recorrente renovar o pleito cautelar, observadas as atribuições de competência
4172 acima delineadas. **Parecer da Congregação da FD:** delibera, por
4173 unanimidade, conceder vista à Professora Titular Odete Medauar (30.06.11).
4174 Parecer da Profa. Odete Medauar: conclui que a ausência de motivação ou a
4175 motivação insuficiente ou a motivação sem as qualificações de explícita, clara,
4176 congruente, lógica não podem ser vistas sob o rótulo de meras irregularidades,
4177 pois configuram, sem dúvida, ilegalidades fulcrais, a atingir requisitos
4178 essenciais para considerar uma decisão válida. Desta forma, não se vê como
4179 prosperar o recurso interposto pelo Prof. Humberto Bergmann Ávila (24.08.11).
4180 **Parecer da Congregação da FD:** aprova o voto vista da Prof.^a Odete
4181 Medauar, por maioria, mantendo-se a decisão anterior, pela não homologação
4182 do concurso, bem como negando efeito suspensivo do recurso (25.08.11).
4183 Requerimento do Prof. Humberto Bergmann Ávila, solicitando efeito suspensivo
4184 ao recurso interposto ao Conselho Universitário, a fim de impedir a abertura de
4185 novo concurso para provimento da mesma vaga, até conclusão do processo
4186 administrativo (14.09.11). **Parecer da PG (2726/11):** anota que as alegações
4187 apresentadas, de fato, são aptas a sustentar a interposição do referido recurso,
4188 como também do requerimento. Alega o interessado que a ausência de
4189 atribuição de efeito suspensivo ao recurso permite a abertura de novo concurso
4190 para o provimento da mesma vaga. A abertura de novo concurso, antes da
4191 decisão administrativa final, causará danos irreversíveis ou de difícil reparação.
4192 Sob este aspecto, assiste razão ao interessado. Assim, a concessão de efeito
4193 suspensivo ao recurso, para os fins de impedir a abertura imediata de novo
4194 concurso, no presente caso, apresenta-se como melhor solução de garantir o
4195 bom desenvolvimento das atividades administrativas da Universidade
4196 (15.09.11). Deliberação do M. Reitor: aprova o parecer da PG e concede efeito
4197 suspensivo ao recurso interposto pelo requerente (16.09.11). **Parecer da PG**
4198 **(3153/11):** o requerente (Prof. Humberto Bergmann Ávila) afirma não haver
4199 irregularidade no concurso, porque, em suma, o relatório apresenta as razões
4200 das indicações, e que a sua média geral (9,59) é superior à média geral do

4201 recorrente (9,44). Salaria que se irregularidade houvesse na indicação do
4202 Prof. Diogo deveria ser apenas essa indicação anulada, deixando para a
4203 Congregação desempatar, nos termos regimentais, conforme o parecer do
4204 Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello, proferido em caso semelhante,
4205 aproveitando-se os atos válidos do concurso. Observa que, para o concurso de
4206 professor titular devem ser observadas as normas contidas nos artigos 149 a
4207 162 do Regimento Geral, ressaltando-se, em razão das questões trazidas aos
4208 autos, o disposto no artigo 154, o qual prescreve que "o julgamento dos títulos,
4209 expressos mediante nota global, deverá refletir os méritos do candidato como
4210 resultado da apreciação conjunta" Considerando o art. 161, que estabelece
4211 os critérios para desempate no caso das indicações, não vislumbra nulidade na
4212 indicação feita pelo professor de Coimbra Diogo José Paredes Leite Campos,
4213 após perceber o empate nas notas dos candidatos e indicar um deles, como
4214 determina o Regimento Geral. No caso em questão, o relatório final da Banca
4215 Examinadora, com o respectivo quadro de notas, considerando que a maior
4216 média geral é do candidato indicado pela Banca, não há irregularidade,
4217 estando o certame em consonância com os ditames constitucionais,
4218 estatutários e regimentais. Entende que o concurso seguiu os ditames
4219 regimentais, não havendo vício de legalidade insanável que o macule, podendo
4220 o Co, como colegiado máximo da Universidade, manter a decisão da Comissão
4221 Julgadora do concurso, homologando o concurso, em benefício do interesse
4222 público. Por outro lado, se entender irregular a indicação poderá invalidá-la e
4223 adotar, expressamente, o critério de desempate prescrito pelo art. 163,
4224 parágrafo 3º, do Regimento Geral, dando-se prosseguimento ao concurso, com
4225 a indicação do candidato vencedor para provimento do cargo de Professor
4226 Titular objeto do concurso (4.11.11). **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade
4227 dos presentes (5 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr. Francisco de Assis**
4228 **Leone**, favorável ao recurso interposto pelo candidato Humberto Bergmann
4229 Ávila (08.12.11). O candidato Heleno Taveira Torres solicita cópia integral de
4230 todos os documentos juntados aos autos, desde o momento da decisão
4231 denegatória do pedido do pedido de reconsideração pela Congregação da FD,
4232 inclusive o parecer da d. Procuradoria Geral, com base na Lei nº 10.177, de
4233 30.12.98. Justifica o pedido pelo fato de o requerente ter tomado conhecimento
4234 da expedição de parecer no processo em tela, além de outros atos, dos quais,
4235 até o presente, não recebeu notificações oficiais. Alternativamente, caso o
4236 pedido de cópia não possa ser atendido, solicita que seja convertido no direito
4237 de vista aos autos (06.03.12). **Parecer da PG:** manifesta que o pedido de
4238 certidões ou cópias reprográficas à administração pública deve estar sempre
4239 acompanhado da indispensável motivação e da demonstração da necessidade
4240 para defesa de direitos e, na solicitação do requerente, este não especifica seu
4241 interesse. Esclarece, ainda, citando José Afonso da Silva, que o direito à
4242 informação depende da indicação do interesse particular. No presente caso, o
4243 parecer da CLR é apenas opinativo, os quais, quando indeferidos, são
4244 encaminhados para deliberação do Conselho Universitário e só depois da
4245 decisão do Co, todos os participantes do concurso deverão ser notificados, os
4246 quais poderão formular pedido escrito, com a especificação clara e precisa das
4247 informações que precisam, justificando a pretensão. No caso de cópias,
4248 poderão os requerentes indicar as cópias que desejam e que somente a eles
4249 se refiram, recolhendo aos cofres da USP o valor de R\$ 0,30 por folha
4250 (12.04.12). " O **M. Reitor** concede vistas dos autos ao Conselheiro Alexandre

4251 Parior Filho, sendo o processo retirado de pauta. **Cons.^a Neli Maria**
4252 **Paschoarelli Wada**: "Estou trazendo aqui uma reivindicação, que foi
4253 compromisso de campanha do M. Reitor e do Professor Vahan, durante os
4254 debates, em ouvir os funcionários da Guarda Universitária, que já estão com o
4255 grito entalado pelo autoritarismo dos coronéis. De forma que reitero que o
4256 senhor e o Professor Vahan ouçam uma comissão desses funcionários. A
4257 segunda questão que trago é a reivindicação dos médicos, radiologistas,
4258 técnicos em radiologia e todos os profissionais da área de saúde, que mantêm
4259 contrato com a Universidade através da jornada de trabalho de 24 horas
4260 semanais. Eles estão reivindicando o vale-refeição. Também quero expressar
4261 aqui uma das nossas grandes reivindicações para a área da saúde, que já é
4262 realidade no serviço público no Estado de São Paulo, e também já começou a
4263 discussão na UNICAMP, entre representações dos trabalhadores e Reitoria,
4264 que é a questão da jornada de 30 horas semanais na área da saúde. E agora é
4265 uma discussão séria. Novamente, surge a discussão sobre o Centrinho de
4266 Bauru. Todos sabem que foi inaugurado um prédio de 10 andares e esse
4267 prédio tem duas UTIs, cada UTI tem 10 leitos, são 48 leitos em cada
4268 enfermaria, totalizando 3 andares do prédio e 28 leitos semi intensivo. No dia
4269 22, o Governador do Estado de São Paulo e o senhor Secretário da Saúde,
4270 estiveram em Bauru e anunciaram, provavelmente como campanha eleitoral,
4271 que já estavam negociando com o novo Reitor da USP, a criação de leitos
4272 neste hospital, transformando parte deste hospital, que é especializado em más
4273 formações, em hospital geral. Essas foram as palavras dele, e também que o
4274 senhor daria resposta em duas semanas. Temos a reivindicação que esse
4275 prédio continue sendo da Universidade de São Paulo, exclusivamente para o
4276 tratamento e atendimento dos portadores com más formações, apesar de que
4277 já estamos atendendo a toda demanda no atendimento da especialidade de
4278 otorrinolaringologia. Então, todos os pacientes do SUS com problemas
4279 auditivos estão sendo atendidos no Centrinho. Sabemos e reconhecemos que
4280 a população de Bauru e região necessita de leitos, pois tem gente morrendo na
4281 porta do Pronto-Socorro Municipal, porque não há leitos, principalmente nas
4282 UTIs, mas, apesar de ter esse entendimento da necessidade da população, o
4283 Governo do Estado de São Paulo, que sempre naquela região propagandeou
4284 durante as campanhas eleitorais a questão da saúde, tem que encontrar outra
4285 alternativa; e continuar aquele prédio do Centrinho para o Centrinho, porque a
4286 nossa demanda é reprimida. Temos milhares de pacientes na fila, aguardando
4287 cirurgia, tratamento odontológico e gostaríamos que, antes que o senhor desse
4288 a resposta ao Governador do Estado de São Paulo, que ouvisse os
4289 trabalhadores e a direção do Centrinho. Já temos a informação que o senhor
4290 colocou para conversar, junto ao hospital, o Professor Sebastião, da Faculdade
4291 de Medicina de Ribeirão Preto, mas gostaríamos de contar com a sua
4292 sensibilidade e levar em consideração que naquele hospital existem 46 anos de
4293 amor, vida e trabalho. E temos também uma interrogação: se criados esses
4294 leitos, quem irá administrá-los? Refutamos a ideia de que um dia o Centrinho
4295 venha ser administrado pela Fundação da Faculdade de Medicina ou pela
4296 FAMESP, porque são dois organismos, duas instituições, duas fundações que
4297 vivem propagandeando a questão das organizações sociais, E no Centrinho,
4298 conseguimos criar, conforme disse o grande filósofo Ruben Alves, da
4299 UNICAMP, 'o verdadeiro socialismo', na questão da 'Conga=Nike'. Portanto,
4300 estamos reivindicando ao senhor que mantenha o Centrinho como ele está.

4301 Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente dá por encerrada a reunião,
4302 às 18h15. Do que, para constar, eu, , Prof. Dr.
4303 Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário Geral, lavrei e solicitei que fosse
4304 digitada esta Ata, que será examinada pelos Senhores Conselheiros presentes
4305 à sessão em que for discutida e aprovada, e por mim assinada. São Paulo, 25
4306 de fevereiro de 2014.